

Os vencedores do
28º Prêmio Minas
Desempenho
Empresarial
Melhores
e Maiores
MercadoComum
2026
Pág 82

O Brasil vai às
urnas no mês de
outubro e muitos
resultados podem
ser decididos já
no primeiro turno
Pág 68

Minas cai no Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros – 2026

O estado perdeu uma posição e passa a ocupar o 7º lugar nacional.
Santa Catarina é o estado brasileiro mais competitivo

Pág 46

De acordo com as estatísticas oficiais divulgadas pelo
Google Analytics Search, MercadoComum obteve:

EM AGOSTO DE 2026

9.048.596

VISUALIZAÇÕES DE LEITORES NO BRASIL E EXTERIOR

MercadoComum é um veículo independente, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais e circula mensalmente, no 1º dia de cada mês, com a sua edição eletrônica. Por ocasião de suas premiações edita as suas edições também na forma impressa.

Atualmente, encontra-se em seu 34º ano e é encaminhada em PDF - também e mensalmente, por e-mail, WhatsApp, LinkedIn, Facebook, Telegram e Instagram, a mais de 120 mil endereços eletrônicos - para um público notoriamente formador de opinião, o que inclui as mais destacadas expressões do pensamento e do mundo econômico, político, acadêmico científico e cultural de Minas Gerais e do Brasil. A sua distribuição é gratuita e direcionada aos dirigentes das grandes e médias empresas nacionais e estrangeiras, investidores institucionais e pessoas físicas, autoridades do alto escalão governamental e para diversas instituições federais, estaduais e municipais, entidades públicas e privadas, associações e sindicatos de classe, além de instituições de ensino superior do país.

Desde seu início é presidida pelo economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira. Além de um Conselho Editorial composto por expressões ilustres, dispõe de um Conselho Consultivo formado por inúmeras personalidades e lideranças empresariais e econômicas. Os artigos veiculados têm como foco economia, finanças, administração e negócios. Além de contar com jornalistas especiali-

zados, destaque especial cabe aos artigos escritos por inúmeros colaboradores espontâneos, que com a sua vivência e experiência profissional enriquecem e engrandecem a publicação.

MercadoComum não é uma publicação apenas voltada à economia e finanças. Possui regularmente, também, várias outras diferentes seções, como: Cultura, Gastronomia, Turismo, Mobilidade Urbana, Política, Ciência & Tecnologia, Opinião, Doutrina Jurídica etc.

Realiza vários eventos anuais, como: Prêmio Top of Mind - Marcas de Sucesso (31 edições); Prêmio Minas - Desempenho Empresarial (27 edições); o Ranking das Empresas de Minas Gerais (29 edições); O Poder em Minas (5 edições) e o Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/ MercadoComum (13 edições); o Troféu JK de Cultura e Desenvolvimento; os Encontros Empresariais de Economia, Finanças e Negócios (47 edições), Festa Julhina Arraiá da Esperança (17 edições) além de diversos seminários, palestras e ciclos de debates.

Coordena o Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Destacam-se, ainda, a edição de várias outras publicações especiais: "JK-50 Anos de Progresso em 5 Anos de Governo"; "A Economia com Todas as Letras e Números"; "Cultura é Desenvolvimento"; "Meandros do Poder"; "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

Acesse:

www.mercadocomum.com

**ANUNCIE NA MELHOR
REVISTA DE ECONOMIA
DE MINAS**

MinasPart Comunicação Ltda

Rua Padre Odorico, 728
10º andar - São Pedro
Belo Horizonte - MG

Tel.: **(31) 3281-6474**

newsletter@mercadocomum.com



MERCADO COMUM

HÁ 34 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
OUTUBRO DE 2026
34 ANOS - EDIÇÃO 362

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação
(31) 99503-4003

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir,
necessariamente, a opinião dos editores.
Proibida a reprodução parcial ou total sem
autorização prévia por escrito da direção desta
publicação. MercadoComum é uma publicação
independente, não associada a qualquer grupo
empresarial e não possui filiais/sucursais ou
representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4

*A Economia com Todas
as Letras e Números*



38

*Debate
Econômico*

26

*Mundo
Empresarial*



82

Especial

88

Turismo

102

Opinião

*O ponto de vista de
grandes nomes do
cenário nacional,
sobre assuntos
diversos.*

92

Gastronomia

Investidor brasileiro mantém preferência pelo CDB, mas amplia busca por proteção no exterior

Juros elevados sustentam a atratividade da renda fixa local, enquanto a diversificação internacional ganha espaço como estratégia de redução de riscos

O cenário de juros elevados mantém o CDB entre os investimentos preferidos dos brasileiros de alta renda, principalmente pela previsibilidade, liquidez e percepção de segurança oferecidas pela renda fixa. Ao mesmo tempo, porém, cresce o interesse pela internacionalização do patrimônio, em um movimento que, à primeira vista, pode parecer contraditório, mas revela uma mudança importante na forma como o investidor brasileiro administra riscos.

Na prática, as duas estratégias podem cumprir funções diferentes dentro de uma mesma carteira. Enquanto investimentos locais permitem aproveitar oportunidades de remuneração em reais, a exposição internacional reduz a dependência do patrimônio em relação a uma única moeda, economia ou jurisdição.

Para Adriano Murta, advogado tributarista e especialista em investimentos internacionais, o investidor não precisa escolher entre a segurança oferecida no mercado doméstico e a diversificação global. “Não existe contradição necessariamente. O CDB pode cumprir uma função importante de liquidez, previsibilidade e remuneração em reais, especialmente em um ambiente de juros elevados. Já a diversificação internacional atende a outro objetivo: reduzir a concentração do patrimônio em uma única moeda, economia e jurisdição.”

Mesmo quando a renda fixa brasileira oferece retornos atrativos, a decisão de manter parte do patrimônio no exterior deve ser analisada sob



uma perspectiva de longo prazo. Isso porque juros elevados não eliminam outros tipos de exposição, como riscos cambiais, fiscais, políticos ou decorrentes da concentração geográfica dos investimentos.

“A decisão de internacionalizar patrimônio não deve ser tomada apenas comparando a taxa de um CDB com o retorno de um ativo no exterior em determinado momento. Juros altos podem tornar a renda fixa brasileira muito atrativa no curto prazo, mas não eliminam riscos cambiais, fiscais, políticos e de concentração geográfica. A diversificação internacional é uma decisão estrutural”, explica Murta.

O especialista ressalta ainda que não existe um percentual de investimento no exterior que seja adequado para todos. A composição deve considerar fatores como perfil do investidor, tamanho e distribuição do patrimônio, despesas futuras, ob-

jetivos familiares e sucessórios, horizonte de investimento e tolerância ao risco.

“Mais importante do que perseguir um número é entender qual risco a diversificação internacional está ajudando a reduzir”, afirma.

Outro ponto que exige atenção é a forma como esse processo é estruturado. Segundo Murta, um dos erros mais frequentes ocorre quando o investidor escolhe produtos financeiros e envia recursos para outro país antes de avaliar aspectos tributários, jurídicos e sucessórios.

“Primeiro é necessário compreender os objetivos do patrimônio, a residência fiscal, a forma de titularidade dos ativos, as obrigações de declaração e os impactos sucessórios. Depois, escolhem-se os instrumentos financeiros. A internacionalização patrimonial precisa começar pelo planejamento, não pelo produto”, conclui.

O agro ganhou prazo, mas não ganhou tempo

Adequação tardia pode elevar retrabalho, custos e exposição fiscal na virada para o novo modelo



A agropecuária cresceu 2,8% no segundo trimestre de 2026 e 6,8% na comparação com igual período do ano anterior, segundo o IBGE. Com o setor novamente entre os destaques da economia, a reforma tributária no agronegócio coloca uma tarefa imediata sobre produtores rurais, cooperativas e empresas: organizar dados, documentos, contratos e sistemas antes das próximas etapas de implantação da CBS e do IBS. A preparação ganha relevância após o governo transferir para 1º de janeiro de 2027 algumas obrigações cadastrais e documentais aplicáveis ao produtor rural pessoa física.

Altair Heitor, contador e psicólogo, CFO da Palin & Martins, consultoria especializada em gestão tributária para produtores rurais, empresas

do agro e exportadores, avalia que a ampliação do prazo não deve servir como justificativa para postergar ajustes. “A reforma tributária no agronegócio começa antes da cobrança do novo imposto. Ela passa pelo cadastro, pela nota fiscal, pelo contrato e pela qualidade da informação que circula dentro da empresa. Deixar tudo para 2027 significa corrigir falhas com a operação já rodando”, afirma.

Em julho, o Decreto nº 13.075 de julho de 2026 adiou para janeiro de 2027 a obrigatoriedade de inscrição no CNPJ e a emissão de determinados documentos fiscais previstos na regulamentação da CBS para pessoas físicas enquadradas como contribuintes ou responsáveis tributários. A Receita Federal informou que a alteração

amplia o período de adaptação dos contribuintes, das administrações tributárias e dos desenvolvedores de tecnologia.

A transição, no entanto, continua. Em agosto, a Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS regulamentaram o Programa Nacional de Conformidade Tributária para 2026, destinado a apoiar a adaptação às obrigações relacionadas aos documentos fiscais da CBS e do IBS.

Para o contador e especialista em gestão tributária, esse intervalo deve ser usado para testar rotinas e localizar inconsistências capazes de afetar o faturamento, o recolhimento de impostos e o aproveitamento de créditos. “Descobrir em janeiro que

o cadastro de produtos está incorreto, que o sistema não está integrado à contabilidade ou que um contrato não contempla a nova lógica tributária aumenta o risco de retrabalho, custo e exposição fiscal”, ressalta.

REFORMA TRIBUTÁRIA NO AGRONEGÓCIO EXIGE REVISÃO DA OPERAÇÃO

Cadastros de produtos, insumos, fornecedores e clientes estão entre os primeiros itens que precisam ser verificados. Classificações fiscais e natureza das transações devem coincidir nos sistemas internos, na escrituração contábil e nos documentos eletrônicos. Uma informação incorreta na origem pode provocar divergências nas etapas seguintes da apuração.

As notas fiscais formam outro ponto sensível. No modelo atual, inconsistências em NCM, CFOP, enquadramento tributário ou destaque de impostos já podem comprometer o aproveitamento de créditos e exigir retificações. Com CBS e IBS, a conexão entre emissão, escrituração e cálculo amplia a importância de registros corretos desde o início da operação.

ERRO NA ORIGEM PODE VIRAR CUSTO NO FECHAMENTO

A adaptação ultrapassa o departamento fiscal. Compras, vendas, financeiro, tecnologia e contabilidade precisarão utilizar bases compatíveis para reduzir diferenças entre a transação comercial, os documentos emitidos e a apuração dos tributos.

“Quando cada área trabalha com uma informação diferente, a divergência aparece no fechamento. O novo modelo exige olhar para todo o fluxo da operação e não apenas para a guia que será paga”, aponta o CFO da Palin & Martins.

A experiência com o ICMS já demonstra o efeito financeiro de falhas documentais no campo. Erros em



códigos fiscais, classificação de mercadorias ou destaque do imposto podem dificultar o aproveitamento de créditos tributários, ponto que exige atenção adicional diante de uma sistemática baseada na integração entre diferentes etapas da cadeia.

CONTRATOS TAMBÉM ENTRAM NA CONTA

A revisão precisa alcançar ainda contratos de fornecimento, compra de insumos, prestação de serviços, armazenagem e comercialização. A nova estrutura tributária pode modificar a formação de preços, a geração de créditos e a distribuição de custos entre fornecedores e compradores.

“Um contrato adequado às regras atuais não necessariamente produzirá o mesmo resultado no novo sistema. É preciso saber onde o crédito nasce, como o tributo interfere no preço e quem absorve eventual aumento de custo antes de renovar ou assumir compromissos”, explica o especialista em tributação do agronegócio.

A dimensão econômica reforça a necessidade de planejamento. Além do avanço no segundo trimestre, a agropecuária acumulou crescimento de 3,6% no primeiro semestre de

2026, segundo o IBGE. Trata-se de uma cadeia que conecta produtores, cooperativas, indústrias, transportadores, fornecedores e exportadores, com efeitos tributários distribuídos entre diferentes etapas da atividade.

O QUE PRECISA SER ORGANIZADO ANTES DE 2027

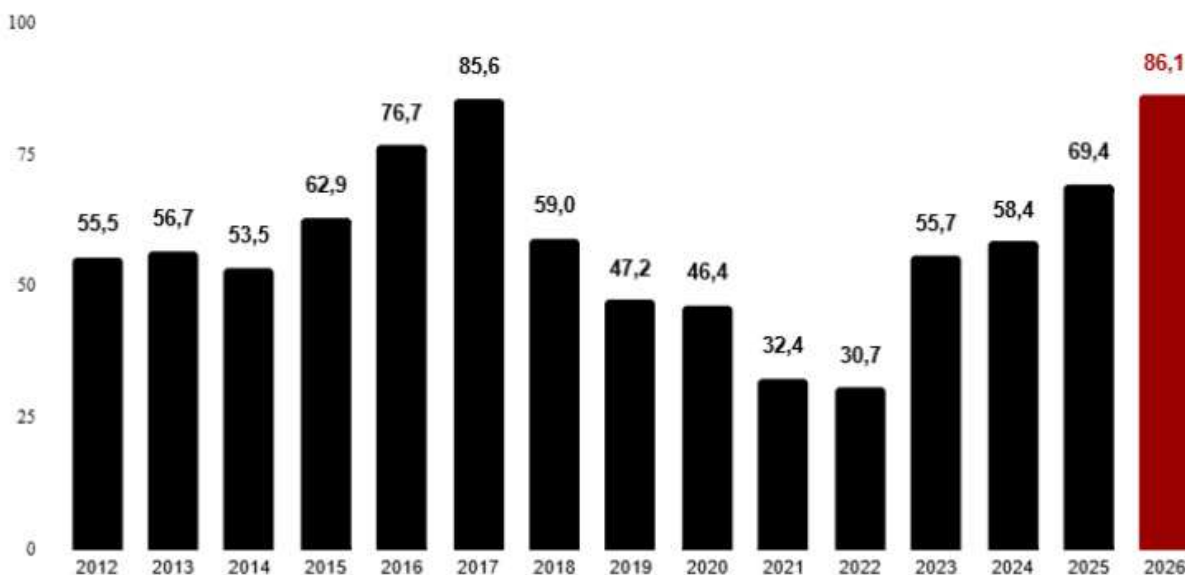
Na avaliação do contador e CFO, os próximos meses devem funcionar como período de diagnóstico. Entre as prioridades estão o mapeamento dos fluxos de compra e venda, a correção de cadastros, a revisão de notas fiscais, os testes de integração entre sistemas, a análise de contratos e a verificação de créditos tributários já existentes.

A Palin & Martins informa ter movimentado mais de R\$ 730 milhões em créditos tributários para seus clientes. Para Heitor, o histórico reforça a importância de identificar problemas antes que eles afetem a caixa e a operação. “O custo da preparação pode entrar no planejamento. O de encontrar uma falha quando faturamento, compras e apuração já dependem do novo modelo é muito mais difícil de controlar. O que for organizado em 2026 terá efeito direto sobre a forma como o agronegócio entra em 2027”, conclui o contador e CFO.

Empresas registram maior inadimplência da série histórica e crédito em atraso chega a R\$ 86,1 bilhões, aponta FecomercioSP

Pequenas e médias empresas são as mais afetadas pela alta dos juros; em um ano, volume de atrasos cresceu R\$ 17 bilhões

CRÉDITO DAS EMPRESAS EM ATRASO (PJ)



Fonte: Banco do Brasil/FecomercioSP

O empresariado encontra dificuldade para pagar dívidas, resultado do ciclo alto de juros de 2022 a 2025. De acordo com o levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), com base nos dados do Banco Central (BC), no segundo trimestre deste ano, as empresas deviam, em média, R\$ 86,1 bilhões em contas atrasadas há mais de três meses, de pelo menos uma parcela — maior valor já registrado na história. Em um ano, o volume em atraso registrou alta de 24%, quase R\$ 17 bilhões a mais neste ano, já considerando a inflação do período.

De acordo com a FecomercioSP, o aumento da inadimplência não está relacionado a uma maior contratação de crédito pelas empresas, já que o volume de crédito avançou apenas 2,3%. A parcela em atraso subiu de 2,7% para 3,3%, indicando que o principal problema está no pagamento, e não no tamanho das dívidas. Os atrasos registrados também refletem, em grande medida, os juros contratados pelas empresas há cerca de um ano, mostrando-se um efeito defasado do ciclo de juros elevados entre 2022 e 2025, que começa a aparecer com mais força neste momento.

No entanto, o ciclo de juros não é o único fator. O País já registrou juros altos sem ter um atraso dessa magnitude. A principal diferença é que, recentemente, o crédito está disponível para mais negócios, ao passo que o aperto reflete um momento difícil para vários setores — como o Agromercado com commodities estabilizadas e câmbio para baixo, a Indústria pressionada pelos importados e o Comércio apontando um consumo enfraquecido pela inflação e pelo avanço das apostas esportivas. O efeito não é sazonal, visto que o recorde vale mesmo quando comparamos com outro trimestre ao longo do ano.



PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS SOFREM MAIS PRESSÃO

As pequenas (com receita de R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões por ano) e as médias empresas estão com o maior nível de atraso de toda a sua história. Juntas, têm cerca de 43% da carteira de crédito, mas respondem por R\$ 3 de cada R\$ 4 em atraso. As pequenas devem R\$ 33,4 bilhões (39% do total) e as médias, R\$ 31,7 bilhões (37%). Nestas últimas, o valor atrasado cresceu 34%. Entre as pequenas, cerca de R\$ 8 de cada R\$ 100 emprestados estão atrasados; já as médias, perto de R\$ 4,50 — a média nacional é de pouco mais de R\$ 3.

Quase metade de todo o crédito (48%) está concentrado nas grandes empresas, que possuem caixa e conseguem financiar condições mais vantajosas. Por isso, o atraso está bem abaixo da própria média, indicando que, neste ano, não estamos sofrendo uma crise geral das empresas, mas uma pressão sobre as mais frágeis. Por outro lado, as microempresas foram as que mais pioraram no último ano, com o valor saltando 45%, de R\$ 6,9 para R\$ 9,9 bilhões.

Piora generalizada nos estados; São Paulo acumula dívida em atraso de R\$ 23 bilhões

A análise do mapa confirma o quadro disseminado pelo Brasil: o atraso bateu o maior nível da história em 18 das 27 Unidades Federativas (UFs) ao mesmo tempo. Para efeito de comparação, no período pós-pandemia, o recorde chegou a 25 das 27 UF's.

As maiores altas em um ano vieram de UF's e de perfis econômicos diferentes entre si — Paraíba (123%), Amapá (73%), Rio Grande do Sul (67%) e Amazonas (66%), reforçando que não é um problema setorial ou regional, mas de uma piora generalizada.

Em São Paulo, o valor corresponde a R\$ 23 bilhões, sendo 27% de todo o atraso das empresas do país. Em Minas Gerais, o valor corresponde a 7,5%, corresponde a 8,75% do total nacional. As cinco maiores UF's somam quase 60%, mas é longe dos centros urbanos que a piora corre mais rápido.

Segundo a FecomercioSP, o mais preocupante é a falta de sinal de melhoria das empresas. A relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB) em alta e as tensões globais tendem a manter juros e inflação pressionados. E mesmo que os juros comecem a cair, o alívio demora: leva cerca de um

ano para o impacto da queda nos juros chegar às contas em atraso, e mais tempo ainda para as empresas recuperarem o caixa e voltarem a investir.

Nas outras vezes em que o atraso das empresas ficou tão alto — começou dos anos 2000 e em 2016 e 2017 —, a economia ofertava menos crédito e menos empresas tinham acesso a bancos, ou o País vivia uma recessão econômica. A situação atual é diferente. O atraso bate recorde e o calote está perto do maior nível de sempre, mesmo com a economia crescendo (perto de 2%). Ainda assim, o resultado não chega ao caixa das empresas na velocidade necessária para pagar as contas.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Brasil bate recorde de inadimplência e reforça importância da educação financeira desde a infância

Com 83,7 milhões de brasileiros negativados, especialista defende que hábitos relacionados a planejamento, consumo e crédito sejam desenvolvidos antes do primeiro salário



O Brasil atingiu em junho um novo recorde de inadimplência: 83,7 milhões de brasileiros estavam negativados, segundo o Mapa da Inadimplência e Negociação da Serasa. O número é o maior da série histórica e foi registrado após 18 meses consecutivos de alta. A maior concentração está entre pessoas de 41 a 60 anos, que representam 35,7% dos inadimplentes, seguidas pela faixa de 26 a 40 anos, com 33,3%.

O cenário coloca em evidência um desafio que começa muito antes da primeira dívida: como preparar crianças e adolescentes para tomar decisões financeiras mais conscientes quando chegarem à vida adulta? Para Rodrigo Amorim, gerente de Expansão e educador financeiro da Cooperemb, muitos dos comportamentos que influenciam a relação com o dinheiro são construídos ao longo da vida e podem começar a ser desenvol-

vidos ainda na infância.

“Muitos adultos chegam à vida profissional sabendo ganhar dinheiro, mas não necessariamente sabendo administrá-lo. Faltam, muitas vezes, conhecimentos básicos sobre planejamento, orçamento, diferenciação entre necessidade e desejo, consumo consciente, formação de reserva financeira e uso responsável do crédito”, afirma.

Segundo o especialista, o problema financeiro nem sempre está relacionado exclusivamente ao nível de renda. A ausência de planejamento e de hábitos financeiros também pode levar ao consumo impulsivo e ao uso inadequado do crédito. “Quando não aprendemos a organizar o dinheiro, é comum que o consumo seja orientado pelo desejo imediato e que o crédito passe a ser utilizado para complementar renda, e não como uma ferramenta planejada”, explica.

O APRENDIZADO COMEÇA ANTES DO PRIMEIRO SALÁRIO

A educação financeira pode ser introduzida de maneira gradual, acompanhando o desenvolvimento da criança. Na infância, conceitos como diferença entre necessidade e desejo, valor das coisas, espera e consumo consciente podem ser trabalhados em situações cotidianas.

Na adolescência, entram questões como planejamento, orçamento, definição de metas, poupança e responsabilidade nas escolhas. Já na vida adulta, esses conceitos se conectam a decisões mais complexas, como uso do crédito, juros, endividamento, investimentos e construção de patrimônio.

Para Amorim, o objetivo não é ensinar crianças a simplesmente guardar dinheiro, mas desenvolver capacidade de escolha. “Educação financeira não é privação; é aprender a fazer escolhas de forma consciente, considerando prioridades e consequências”, afirma.

A família tem papel central nesse processo, principalmente porque as crianças aprendem observando o comportamento dos adultos. Conversar sobre escolhas de consumo, comparar preços, estabelecer metas para adquirir algo desejado ou mostrar como funciona o orçamento doméstico são algumas formas de transformar situações cotidianas em oportunidades de aprendizado.



CRÉDITO NÃO É RENDA

Um dos conceitos que, segundo o especialista, merece atenção especial durante a formação financeira é a diferença entre renda e crédito. “Crédito não representa aumento de renda. É uma antecipação de recursos que deverá ser paga no futuro e, por isso, precisa estar alinhado à capacidade de pagamento e utilizado de forma planejada, evitando a impulsividade e o consumismo”, explica.

A compreensão desse conceito pode se tornar especialmente importante em uma realidade na qual os meios de pagamento estão cada vez mais digitais. Pix, cartões por aproximação e carteiras digitais tornam o ato de comprar praticamente instantâneo e podem dificultar a percepção sobre quanto dinheiro está sendo efetivamente comprometido. Nesse contexto, ensinar planejamento significa também ajudar crianças e adolescentes a compreender que uma compra digital continua tendo uma consequência financeira real, mesmo quando o dinheiro não é fisicamente retirado da carteira.

FAMÍLIA, ESCOLA E INSTITUIÇÕES TAMBÉM EDUCAM

A educação financeira não depende de um único ambiente. Para Amorim, família e escola possuem papéis complementares: enquanto os pais oferecem o primeiro contato da criança com comportamentos financeiros, a escola pode transformar esses conceitos em

conhecimento e estimular sua aplicação em diferentes situações.

Instituições financeiras e cooperativas de crédito também podem contribuir para esse processo, especialmente por meio de orientação e iniciativas de educação financeira.

Na Cooperemb, esse trabalho inclui o Programa de Educação Financeira, a Clínica Financeira, palestras, atendimentos consultivos, cursos on-line, conteúdos educativos e ferramentas para organização das finanças pessoais. A experiência da cooperativa no acompanhamento financeiro de trabalhadores e famílias reforça, segundo Amorim, a importância de começar essa conversa antes que os problemas apareçam.

“São hábitos aparentemente simples, mas que podem produzir impactos importantes ao longo da vida: planejar antes de comprar, diferenciar necessidade de desejo, estabelecer prioridades, evitar decisões por impulso, poupar para alcançar objetivos e compreender que toda escolha financeira tem uma consequência”, afirma.

Para o especialista, o propósito da educação financeira vai além de ensinar a gastar menos. “Educação financeira não deve ter como objetivo formar pessoas que simplesmente gastam menos. Deve formar pessoas capazes de tomar melhores decisões com o dinheiro que possuem. E esse aprendizado começa muito antes do primeiro salário”, conclui.

Recorde de passageiros mostra avanço da aviação, mas expõe desafio de ampliar conexão pelo Brasil

Crescimento do setor reflete décadas de expansão, enquanto infraestrutura, custos e ligações regionais ainda limitam o acesso em parte do país

A aviação doméstica brasileira alcançou 8,31 milhões de passageiros em maio de 2026, o maior volume registrado para o mês desde o início da série histórica da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em 2000. Entre janeiro e maio, 42 milhões de pessoas viajaram em voos nacionais, crescimento de aproximadamente 6% em relação ao mesmo período de 2025. Os números ajudam a dimensionar uma transformação que alterou a forma como diferentes regiões brasileiras se conectam.

Ao longo de quase um século, a consolidação das companhias aéreas, a expansão da infraestrutura aeroportuária, os avanços tecnológicos das aeronaves e o crescimento da malha de voos permitiram que o transporte aéreo deixasse de atender uma parcela restrita da população e passasse a exercer papel relevante na mobilidade nacional. Em um território com mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, essa evolução reduziu os tempos de deslocamento, aproximou regiões e criou novas possibilidades de circulação de pessoas, negócios e serviços.

Para a Fundação Memória do Transporte (FuMTran), o recorde atual precisa ser analisado dentro dessa trajetória. “A aviação brasileira cresceu junto com as transformações econômicas e territoriais do país. À medida que novas regiões se desenvolveram, surgiu uma demanda maior por conexões; ao mesmo tempo, a chegada de novas rotas ajudou essas cidades a acessar mercados, serviços e oportunidades. Transporte e desenvolvimento sempre tiveram uma relação muito próxima”, afirma Antonio Luiz Leite, presidente da FuMTran.

Essa relação é particularmente relevante fora dos grandes centros. Ao longo



do século XX, a expansão das rotas aéreas reduziu o isolamento de localidades da Amazônia, do Centro-Oeste e do interior do país que enfrentavam limitações de infraestrutura terrestre. Além de encurtar viagens que poderiam levar dias, a aviação facilitou o acesso a centros de saúde, educação, negócios e serviços especializados, além de favorecer turismo, investimentos e novos polos regionais.

Manaus representa um dos exemplos mais claros dessa função. As grandes distâncias em relação aos principais mercados consumidores e as características geográficas da Amazônia fizeram do transporte aéreo um elo estratégico para a capital amazonense. A ampliação das conexões facilitou a circulação de empresários, trabalhadores e técnicos, apoiou atividades relacionadas à Zona Franca e ao Polo Industrial de Manaus e aproximou a região de outros centros econômicos brasileiros.

“Em muitas regiões, uma ligação aérea reduz o tempo de acesso a serviços, mercados e oportunidades. Essa capacidade de encurtar distâncias e aproximar diferentes partes do território é uma das principais contribuições históricas da aviação para a integração brasileira”, destaca Leite.

Na avaliação da FuMTran, o aumento no número de passageiros também convive com desafios que permanecem relevantes para a próxima etapa dessa

expansão. Infraestrutura aeroportuária, ligações com cidades de menor porte, custos operacionais, previsibilidade regulatória e sustentabilidade estão entre os fatores que poderão determinar até onde a conectividade aérea conseguirá avançar no território nacional.

“O recorde mostra o quanto a aviação se desenvolveu e passou a fazer parte da mobilidade de milhões de brasileiros. Ainda há, porém, regiões com oferta limitada de conexões. O próximo desafio é ampliar essas ligações e combinar crescimento, eficiência e acessibilidade”, finaliza o presidente.

A FuMTran – Fundação Memória do Transporte nasceu em março de 1996, instituída pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), com a missão de preservar e divulgar a memória, a história e a cultura do transporte brasileiro em todas as modalidades. Seus objetivos envolvem organizar, preservar e tornar acessíveis os registros históricos da atividade dos transportes. A entidade tem, ainda, a missão de contribuir para a manutenção do patrimônio histórico-cultural do Brasil por meio da conservação da memória e da cultura do transporte brasileiro em todos os modais – rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário –, seja de carga ou de passageiros, mais a infraestrutura e a logística, tornando-os acessíveis à população. O projeto de memória, acervo e portal é perene, um processo contínuo, um trabalho sem fim.

Mansueto estima crescimento do PIB de no máximo 1% para 2027 e critica juros altos

Em evento com executivos do varejo, economista-chefe do BTG Pactual apontou o avanço das despesas públicas como principal motor da taxa de juros elevada no país

O ano de 2027 promete ser difícil para a economia brasileira, com uma projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) limitada a 1%, podendo ser nula ou até negativa. A avaliação foi feita por Mansueto Almeida, sócio e economista-chefe do BTG Pactual, durante o V Encontro de Líderes do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), realizado em Campinas.

Segundo o economista, o ritmo de expansão do país dependerá do comportamento dos juros, que figuram hoje entre os mais altos do mundo. "Em 2025, o crescimento foi de 2,3%, puxado pela agricultura, pois, setorialmente, o desempenho não foi bem. Se o Brasil conseguir crescer 2% ao ano, manterá uma taxa de desemprego baixa por muitos anos", destaca.

Mansueto atribuiu o patamar elevado da taxa básica de juros ao aumento expressivo dos gastos públicos. Ele lembrou que, entre 2014 e 2022, o crescimento real das despesas do governo ficou em 9%, mas deu um salto para 21% neste ano, o que pressiona o Banco Central a manter a política monetária contracionista.

O economista ressaltou ainda o peso da carga tributária brasileira, atualmente em 32% do PIB, contra uma média de 22% nos demais países da América Latina. Por outro lado, apontou como sinal favorável a trajetória de desaceleração dos preços: a expectativa é que a inflação feche este ano em 5% e recue para 4% em 2027.

O V Encontro de Líderes do Ins-



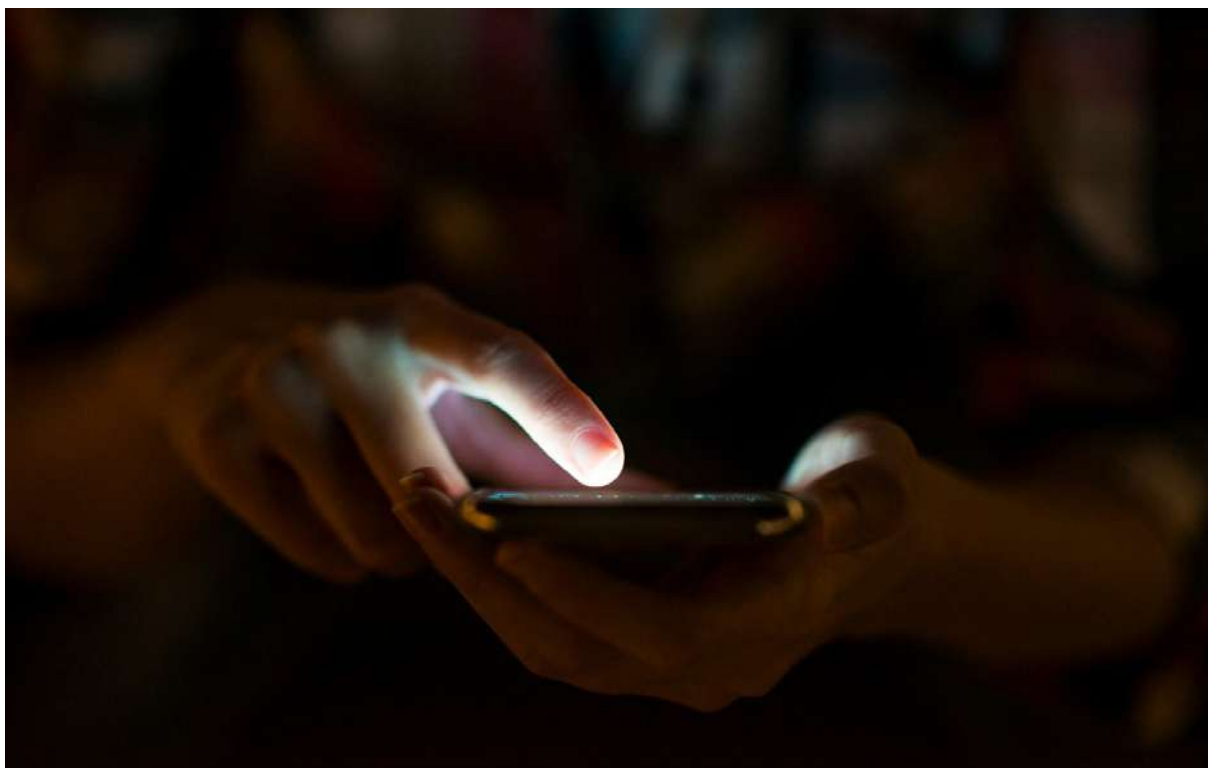
tituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), realizado de sexta a domingo, em Campinas, reuniu executivos e especialistas para debater os principais rumos do setor. O evento abrangeu temas como inteligência artificial, eficiência logística, futuro do trabalho e conjuntura econômica, entre outros temas. "O encontro possibilitou discutirmos assuntos variados com os grandes líderes do varejo", destaca Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV.

O IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) representa 72 empresas varejistas de diferentes setores, como alimentos, eletrodomést-

ticos, móveis, utilidades domésticas, brinquedos, produtos de higiene e limpeza, cosméticos, esportes, material de construção, medicamentos, vestuário e calçados. Juntas, somam um faturamento aproximado de R\$ 624 bilhões por ano, geram 938,8 mil empregos diretos e possuem, aproximadamente, 36,7 mil estabelecimentos comerciais e 820 centros logísticos. Atuante em todo o território nacional, o IDV tem como principal objetivo contribuir para o crescimento sustentável da economia brasileira, além do desenvolvimento do varejo ético e formal, que contribua para as mudanças estruturais do Brasil e para a melhoria da vida dos brasileiros.

Bets: considerado tardio e eleitoreiro o pacote do governo contra as apostas

A Abrasel avalia que pacote de medidas contra as apostas online anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 25 de setembro chega de afogadilho e pode trazer insegurança a quem empreende no Brasil



A Abrasel e outras entidades do comércio e dos serviços pediram providências contra os efeitos das bets sobre o orçamento das famílias. Projetos de leis foram elaborados e enviados ao Congresso Nacional, mas nunca tiveram o apoio e a atenção necessários por parte do governo.

As medidas defendidas tratavam a publicidade das apostas como já se trata a de cigarros e de outros produtos nocivos à saúde. "Há muito defendemos restrições às propagandas das bets, a exemplo do que temos para os produtos nocivos à saúde como os cigarros. Lamentável que o governo

tenha demorado tanto para agir e que só o tenha feito em função das dificuldades eleitorais de momento. Se houvesse agido tempestivamente e com antecipação, não estaríamos vivendo este drama que traz prejuízos aos indivíduos, às suas famílias, às empresas e ao país", afirma Paulo Solmucci, presidente-executivo da Abrasel.

O governo preferiu interromper de forma abrupta uma atividade autorizada e regulamentada no país. Para a Abrasel, a decisão tomada desse jeito gera enorme insegurança para quem empreende no Brasil. Qualquer negócio passa a correr o risco de aca-

bar da noite para o dia com uma canetada do presidente.

"São novamente interesses puramente eleitorais açodados que trazem enorme prejuízo e insegurança aos envolvidos", diz Solmucci.

A medida contra as bets é eleitoreira e se equipara, no processo decisório, à proibição da escala 6x1. O mesmo presidente que tolerou as bets até agora, em dezembro não apoiava o fim da escala 6x1. Nos dois casos, o cálculo das urnas se sobrepõe ao impacto sobre a sociedade e economia como um todo.

Proibição das bets pode fortalecer mercado clandestino de apostas

Hábito de apostar não desaparece com uma eventual proibição e pode abrir espaço para operadores ilegais e crime organizado

A retirada das plataformas de apostas legalizadas do mercado brasileiro não significa, necessariamente, o desaparecimento da demanda por jogos online. Para Leonardo David Quintiliano, professor de Direito da Faculdade ESEG, parte dos apostadores pode migrar para operações clandestinas, criando novos desafios de fiscalização e abrindo espaço para a exploração da atividade pelo crime organizado.

O Brasil passou, nos últimos anos, por um processo de regulamentação das apostas de quota fixa, estabelecendo regras para autorização, fiscalização e funcionamento das empresas. Com isso, também foram criados mecanismos de controle sobre uma atividade que já tinha demanda entre os consumidores.

Segundo Quintiliano, o desafio de uma eventual proibição está justamente em lidar com um comportamento que já foi incorporado por parte da população.

“O poder público estimulou um comportamento que não vai desaparecer da noite para o dia. As pessoas que têm esse hábito não vão simplesmente perdê-lo da noite para o dia e procurarão alternativas, parte das quais ilícitas”, afirma.

Para o professor, a previsão de punições, por si só, não necessariamente seria suficiente para eliminar a procura por apostas clandestinas.

“Não é a previsão de pena que vai impedir um ludopata, por exemplo, de procurar jogos clandestinos.



Tampouco sabemos que a previsão de pena vai impedir a oferta desses jogos”, explica.

Fora do mercado regulado, operadores clandestinos não estão submetidos às mesmas exigências de fiscalização e controle impostas às empresas autorizadas. Isso pode dificultar o acompanhamento das transações e das práticas adotadas pelas plataformas.

“Uma extinção abrupta desse mercado pode gerar um mercado paralelo, estimulando sua exploração pelo crime organizado”, afirma Quintiliano.

REDUÇÃO GRADUAL PODE SER ALTERNATIVA

Diante desse cenário, o professor aponta que uma possibilidade que poderia ter sido estudada seria uma redução gradual do mercado, em vez de uma interrupção imediata da atividade.

Outra alternativa seria a partici-

pação do próprio poder público na oferta de apostas online, a exemplo do que já ocorre com outras modalidades de loteria.

Na avaliação de Quintiliano, um modelo desse tipo poderia combinar arrecadação e mecanismos de controle, permitindo ao Estado acompanhar o comportamento dos apostadores e estabelecer limites para a atividade.

“A oferta pelo poder público de um modelo de apostas online, além de gerar arrecadação para o próprio governo, poderia contribuir para uma educação gradual do apostador, limitando suas apostas e cruzando dados com beneficiários de programas sociais”, afirma.

Para o professor, a discussão sobre o futuro das bets, portanto, não envolve apenas a continuidade ou não das plataformas atuais, mas também o destino da demanda que já existe e os mecanismos necessários para impedir que ela seja absorvida por operadores clandestinos.

Seguro-fiança ganha espaço com aumento da inadimplência nos aluguéis; o que acontece com o inquilino após a seguradora pagar a dívida

Com crescimento dos atrasos nos aluguéis, modalidade passou a ser mais utilizada por proprietários e imobiliárias

O aumento da inadimplência dos aluguéis vem impulsionando a contratação do seguro-fiança no mercado imobiliário. Segundo dados da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), os prêmios do seguro-fiança somaram R\$ 1,2 bilhão no primeiro semestre de 2026, alta de 30,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. As indenizações pagas aos proprietários chegaram a R\$ 380,3 milhões, crescimento de 31,1%.

Nesse cenário, o seguro-fiança aparece como uma alternativa às modalidades tradicionais de garantia locatícia, como caução e fiador. Para o proprietário, a principal vantagem é contar com uma proteção financeira diante do eventual inadimplemento do inquilino. Já para o locatário, é importante entender que a indenização paga pela seguradora ao proprietário não significa, necessariamente, que a dívida deixou de existir.

O advogado Stéfano Ribeiro Ferri, especialista em Direito Imobiliário, explica os principais pontos que devem ser observados por quem pretende contratar um imóvel com seguro-fiança.

O QUE ACONTECE COM O INQUILINO DEPOIS QUE A SEGURADORA PAGA O ALUGUEL ATRASADO AO PROPRIETÁRIO?

Segundo o especialista, o pagamento feito pela seguradora ao pro-



O QUE É O
SEGURO
FIANÇA?

prietário não significa que o inquilino esteja liberado da dívida. O seguro funciona como uma proteção para o locador diante do inadimplemento, mas a obrigação do locatário continua existindo. Assim, depois da indenização, a seguradora poderá buscar o ressarcimento dos valores pagos, conforme as condições da apólice e a legislação aplicável.

O SEGURO-FIANÇA QUITA A DÍVIDA DO LOCATÁRIO OU APENAS PROTEGE O PROPRIETÁRIO CONTRA O PREJUÍZO?

“Em regra, o seguro-fiança não é uma forma de quitação da dívida pelo locatário. Ele é uma garantia contratada para proteger o proprietário contra

os prejuízos decorrentes do inadimplemento, dentro das coberturas e dos limites previstos na apólice. Portanto, é importante que o inquilino não interprete o pagamento da seguradora como uma espécie de perdão da dívida”.

QUAIS DESPESAS PODEM ESTAR COBERTAS PELA APÓLICE ALÉM DO ALUGUEL?

“Além do aluguel, a apólice pode contemplar outras obrigações do locatário, como condomínio, IPTU, contas de água, luz e gás e até danos físicos ao imóvel. Mas isso não significa que todas essas despesas estejam automaticamente cobertas. É necessário verificar quais coberturas adicionais foram efetivamente contratadas, seus limites e as respectivas exclusões.”

Renova Seguros

O INQUILINO PODE SER COBRADO PELA SEGURADORA DEPOIS DA INDENIZAÇÃO AO PROPRIETÁRIO?

“Sim. O pagamento da indenização ao proprietário não elimina a responsabilidade do inquilino pelas obrigações assumidas no contrato de locação. A seguradora pode buscar o ressarcimento dos valores que desembolsou, observadas as condições do seguro e os direitos que decorrem da relação contratual. Por isso, o seguro-fiança deve ser entendido como uma garantia para o locador, e não como um mecanismo que transfere definitivamente a dívida para a seguradora.”

QUEM DEVE PAGAR O SEGURO-FIANÇA E COMO ESSE CUSTO DEVE APARECER NO CONTRATO?

“Em regra, o prêmio do seguro é pago pelo locatário, que é quem contrata a garantia em favor do proprietário. Esse custo deve estar claramente informado na contratação, com indicação do valor e das condições de pagamento. É importante também diferenciar o prêmio do seguro das demais despesas da locação, para que o inquilino saiba exatamente o que está pagando e qual cobertura está recebendo.”

O PROPRIETÁRIO PODE EXIGIR SIMULTANEAMENTE SEGURO-FIANÇA E CAUÇÃO OU FIADOR?

“Não. A Lei do Inquilinato permite diferentes modalidades de garantia, mas proíbe que mais de uma seja exigida no mesmo contrato de locação. Portanto, o proprietário não pode exigir simultaneamente seguro-fiança e, por exemplo, caução ou fiador como garantias do mesmo contrato. A utilização cumulativa dessas modalidades pode levar à nulidade da garantia adicionalmente exigida.”

QUAIS CUIDADOS O CONSUMIDOR DEVE TER ANTES DE ASSINAR UMA APÓLICE DE SEGURO-FIANÇA?

“O principal cuidado é não olhar



apenas para o preço do seguro. O consumidor deve verificar quais riscos estão efetivamente cobertos, os limites de indenização, as exclusões, eventuais franquias ou períodos de carência e as obrigações impostas ao locatário. Também é importante conferir se a seguradora é autorizada a operar pela SUSEP e ter acesso às condições gerais e específicas da apólice antes da contratação. Em um seguro, muitas vezes, a diferença entre uma boa cobertura e uma cobertura insuficiente está justamente nas cláusulas que não aparecem com destaque na apresentação comercial.”

O QUE ACONTECE QUANDO A COBERTURA DA APÓLICE TERMINA DURANTE A LOCAÇÃO?

“O término da apólice exige atenção porque a existência da locação não significa, necessariamente, que o seguro continuará automaticamente. Em uma prorrogação da locação por prazo indeterminado, a continuidade da cobertura depende de nova análise de risco e da aceitação da seguradora. Se a garantia deixar de existir, o proprietário poderá exigir a substituição da garantia nas hipóteses previstas na Lei do Inquilinato, inclusive para evitar que a locação permaneça sem a proteção contratada.”

SE HOVER INADIMPLÊNCIA, O PROPRIETÁRIO PRECISA ESPERAR A SEGURADORA PARA INICIAR MEDIDAS CONTRA O INQUILINO?

“O seguro-fiança não impede o proprietário de adotar as medidas

previstas na legislação diante do inadimplemento. O seguro é uma garantia financeira, enquanto a relação de locação continua submetida às regras próprias do contrato e da Lei do Inquilinato. A comunicação do sinistro à seguradora e a adoção das medidas para cobrança ou retomada do imóvel são procedimentos que podem caminhar de forma relacionada, mas não se confundem. Por isso, é importante observar os prazos e procedimentos previstos tanto no contrato de locação quanto na apólice.”

COMO FICAM OS DIREITOS DO CONSUMIDOR DIANTE DE CLÁUSULAS POUCO CLARAS OU COBRANÇAS QUE ELE CONSIDERA INDEVIDAS?

“O fato de existir um contrato e uma apólice não significa que qualquer cobrança seja automaticamente válida. Cláusulas que estabeleçam limitações, exclusões ou obrigações devem ser apresentadas de forma clara e compreensível, e eventuais cobranças precisam ter fundamento contratual e legal. Se o consumidor identificar uma cobrança que considere indevida ou uma negativa de cobertura que não esteja de acordo com o que foi contratado, deve primeiro solicitar esclarecimentos e a documentação à seguradora ou à administradora e, não havendo solução, buscar os canais administrativos e, se necessário, a via judicial.”

SEGURO-FIANÇA EXIGE ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES DA APÓLICE

A contratação do seguro-fiança envolve uma relação que precisa ser compreendida tanto pelo proprietário quanto pelo inquilino. A existência da cobertura não elimina a necessidade de observar as condições estabelecidas na apólice e no contrato de locação, especialmente quanto às coberturas contratadas, limites, exclusões, obrigações das partes e consequências do inadimplemento.

IPC-15 (+0,70% acima do esperado pelo mercado): Inflação 43% acima da meta pode manter Selic elevada com a economia desacelerando

"Prolonga condições financeiras restritivas e pode aprofundar a desaceleração antes que o Banco Central tenha segurança para flexibilizar a política monetária de forma mais intensa", Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos



A OPINIÃO DE ECONOMISTAS:

"O IPCA-15 de 0,70% veio acima do esperado e pede mais cautela, mas eu não mudaria toda a leitura da inflação por um único dado. Parte importante da alta já era esperada pela recomposição da energia elétrica depois do bônus de Itaipu em agosto. O que precisa ser acompanhado agora é se a pressão também está ficando mais disseminada em serviços e nos núcleos, porque é isso que mostra se

a inflação está realmente mais resistente. Para o Copom, o resultado reduz um pouco o espaço para acelerar os cortes.

A Selic já caiu para 13,75%, mas o Banco Central deixou claro na última ata que pretende continuar dependente dos dados. Se inflação corrente, expectativas e serviços vierem acima do esperado, cresce a possibilidade de uma pausa ou de cortes mais espaçados. Não significa necessariamente

interromper o ciclo, mas reforça uma postura mais gradual. Para 2027, juros elevados por mais tempo significam uma recuperação também mais lenta. Crédito, consumo e investimentos sentem a política monetária com defasagem. Se a inflação permitir continuidade dos cortes, a atividade tende a melhorar ao longo do ano. Se a desinflação perder força, o Banco Central terá menos espaço e o crescimento pode permanecer mais próximo de 1% a 1,5%, com crédito ainda

seletivo principalmente para empresas mais alavancadas”, afirma Valdir Piran Jr., CEO do Grupo Intra.

“O que surpreendeu não foi a direção, foi a intensidade. Todo mundo sabia que setembro traria alta, porque a deflação de agosto veio do bônus na conta de luz e esse desconto acabou, tanto que a energia elétrica saiu de uma queda de 6,25% para uma alta de 7,42%. O problema é que o número veio acima do teto de todas as projeções do mercado, e tem um detalhe que preocupa mais do que o índice cheio, porque os nove grupos pesquisados subiram. Se fosse apenas efeito da conta de luz, você veria energia subindo e o resto parado, e não foi isso. Pressão espalhada em nove de nove grupos não é evento pontual, é inflação disseminada.

E o número que realmente muda a conversa é o acumulado em doze meses, que saiu de 4,24% para 4,47%, ou seja, praticamente encostado no teto da meta, que é 4,5%. Isso torna o próximo corte de juros bem mais difícil, e eu diria que o Banco Central ganhou razão, porque a ata dizia justamente que num ambiente de expectativas desancoradas se exige restrição maior e por mais tempo. Para 2027 a consequência é direta, porque juro alto por mais tempo significa crédito caro por mais tempo, e isso posterga a recuperação do investimento num momento em que o próprio Banco Central já cortou a projeção de crescimento do ano que vem para 1,4%”, considera André Matos, CEO da MA7 Capital.

“O IPCA-15 acima do esperado aumenta a chance de o ciclo de redução da Selic ser mais lento do que se imaginava, porque o Banco Central ainda enfrenta um problema de expectativas. Para 2027, o mercado projeta inflação de 4,3%, 1,3 ponto percentual acima do centro da meta de 3%. Portanto, mesmo com a atividade econômica perdendo força, o Copom não pode olhar apenas para o crescimento ao decidir os próximos cortes.



Se reduzir os juros rapidamente e as expectativas continuarem desancoradas, existe o risco de prolongar o próprio processo de desinflação.

Essa cautela tem uma consequência importante para o crédito: a Selic pode cair sem que as condições financeiras deixem rapidamente de ser restritivas. O Banco Central projeta crescimento do PIB de 1,8% em 2026 e de apenas 1,4% em 2027, o que representa uma redução de cerca de 22% no ritmo de expansão da economia. Para empresas e famílias, isso significa atravessar parte de 2027 ainda em um ambiente no qual prazo, garantia, capacidade de pagamento e estrutura da dívida continuarão tendo peso relevante na contratação de crédito. A redução gradual dos juros tende a melhorar essas condições, mas o IPCA-15 reforça que essa me-

lhora deve ocorrer de forma progressiva, acompanhando a convergência da inflação”, analisa Alberto Friggi, CEO da Friggi & Secco.

“Existe uma diferença importante entre uma economia desacelerar porque os juros estão funcionando e desacelerar o suficiente para produzir a inflação que o Banco Central precisa. Hoje, ainda não há evidência de que essas duas coisas estejam acontecendo na mesma velocidade. O PIB saiu de uma expansão de 1,1% no primeiro trimestre para 0,5% no segundo, e o BC agora projeta crescimento de apenas 1,4% em 2027. Mesmo assim, sua projeção de inflação no horizonte relevante continua em 3,2%, acima da meta de 3%. O IPCA-15 mais forte acrescenta justamente essa dúvida: quanto mais a atividade terá de perder força para completar a desinflação?



O dado que chama atenção é o consumo. Em junho, o BC esperava crescimento de 2,1% do consumo das famílias em 2026; agora espera 1,2%. É uma revisão de 0,9 ponto percentual, ou aproximadamente 43% da expansão que era projetada há três meses. Se a inflação exigir juros altos por mais tempo, parte desse ajuste pode atravessar 2027. Para venture capital, isso não significa ausência de oportunidade, mas muda a régua. Em ciclos de capital mais caro, crescimento financiado exclusivamente por liquidez abundante perde espaço para negócios capazes de demonstrar eficiência, receita e escalabilidade. Startups são investimentos de horizonte longo, então a questão relevante não é uma reunião específica do Copom, mas como atravessar um período de custo de capital elevado até que a política monetária possa efetivamente se normalizar”, relata Antônio Patrus, CEO da Bossa Invest.

“O principal sinal do IPCA-15 é que o Banco Central pode precisar conviver por mais tempo com uma combinação difícil: inflação resistente e economia desacelerando. As expectativas do mercado apontam inflação de 4,3% em 2027 e de 3,8% em 2028, ambas acima do centro da meta de 3%. Isso reduz o espaço para acelerar os cortes da Selic, porque o Copom precisa evitar que uma flexibilização muito rápida das condições financeiras estimule novamente a demanda

antes de as expectativas estarem mais próximas da meta.

O problema é que a economia já está sentindo o aperto monetário. O Banco Central espera crescimento de apenas 1,4% em 2027 e projeta expansão de 8,8% do crédito, sendo 9,4% para pessoas físicas e 7,7% para empresas. Essa diferença mostra que o ambiente financeiro corporativo ainda deve exigir bastante eficiência no uso de capital. Para as empresas, portanto, 2027 pode ser menos uma discussão sobre esperar a Selic cair e mais sobre como administrar caixa, pagamentos, capital de giro e financiamento durante essa transição. É nesse contexto que estruturas financeiras integradas ganham espaço, porque permitem às companhias buscar eficiência e novas fontes de receita mesmo enquanto o custo do dinheiro permanece relativamente elevado”, esta é a opinião de Letícia Moschioni, sócia da Finscale.

“O IPCA-15 acima do esperado não interrompe necessariamente o ciclo de queda da Selic, mas reduz bastante o espaço para o Copom acelerar os cortes. Minha leitura é que o Banco Central tende a preservar uma estratégia mais conservadora, com movimentos pequenos e condicionados à confirmação de que essa pressão não está contaminando serviços, núcleos e expectativas. Se a inflação continuar surpreendendo para cima, o risco

passa a ser de uma Selic elevada por mais tempo, justamente quando a atividade econômica já mostra perda de força. Para 2027, essa combinação é particularmente negativa para crédito, investimento e consumo, porque prolonga condições financeiras restritivas e pode aprofundar a desaceleração antes que o Banco Central tenha segurança para flexibilizar a política monetária de forma mais intensa”, destaca Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos.

“O IPCA-15 acima das expectativas reforça que o Copom dificilmente poderá definir os próximos cortes olhando apenas para a desaceleração da economia brasileira. Existe também uma restrição externa. O cenário internacional continua marcado por juros elevados, pressões sobre energia e outros insumos e ciclos monetários diferentes entre as principais economias. Nesse ambiente, acelerar demais a redução da Selic pode diminuir o diferencial de juros do Brasil, afetar fluxos de capital e câmbio e, por essa via, criar uma nova fonte de pressão sobre a inflação doméstica. É justamente aí que 2027 se torna mais complexo.

O mercado espera inflação de 4,3% no próximo ano, enquanto o Banco Central projeta crescimento do PIB de apenas 1,4%. Ou seja, o país pode chegar a 2027 com atividade mais fraca sem que o problema inflacionário esteja completamente resolvido. Isso favorece uma postura mais cautelosa do Copom e reduz a probabilidade de uma sequência acelerada de cortes enquanto as expectativas permanecerem distantes da meta. Para o investidor, esse cenário reforça a importância de não concentrar a estratégia em uma única trajetória para Selic ou câmbio. A diversificação internacional permite distribuir exposição entre economias, moedas e ciclos de juros diferentes, principalmente num período em que Brasil e grandes mercados podem seguir caminhos monetários distintos”, finaliza Fábio Murad, consultor da Wiser Asset.

Parcelamento sem cartão se torna novo meio de pagamento e muda a disputa entre marketplaces

Com mercado estimado em R\$ 205 bilhões por ano e presente em mais da metade dos e-commerces brasileiros, crédito integrado impulsiona vendas e transforma serviços financeiros em vantagem competitiva



A competição entre os marketplaces está entrando em uma nova fase. Se durante anos a diferenciação esteve concentrada em preço, logística e variedade de produtos, agora o crédito começa a ocupar um papel estratégico na conquista e retenção de consumidores. Segundo estudo da consultoria GMattos, encomendada pela Pagaleve, o mercado de Buy Now, Pay Later (BNPL) tem potencial para movimentar R\$ 205 bilhões por ano no Brasil. Ao mesmo tempo, levantamento mais recente da própria GMattos mostra que 54,2% dos

e-commerces brasileiros já oferecem alguma modalidade de parcelamento sem cartão, demonstrando que esse tipo de serviço deixa de ser um diferencial pontual para se consolidar como parte da estratégia competitiva do comércio eletrônico.

Esse avanço acompanha uma mudança no comportamento do mercado. Em vez de atuar apenas como alternativa de pagamento, o crédito também funciona como uma ferramenta para ampliar conversão, elevar o ticket médio e aumentar a recorrência de

compras, fortalecendo a relação entre consumidores e marketplaces.

O crescimento desse modelo também está ligado à inclusão financeira. De acordo com o estudo da GMattos, mais de um terço dos adultos brasileiros não possui cartão de crédito, cenário que limita o acesso ao parcelamento tradicional e amplia o espaço para modalidades alternativas de financiamento. Ao reduzir essa barreira, os marketplaces conseguem alcançar novos consumidores e expandir seu potencial de vendas.

Esse movimento já pode ser observado nas principais plataformas do país. Nos últimos meses, marketplaces intensificaram investimentos em soluções de crédito integradas à jornada de compra. Algumas das principais iniciativas do mercado incluem:

- **Shopee:** lançou o SParcelado, modalidade que permite parcelar compras em até 12 vezes sem cartão de crédito, com a primeira parcela em até 40 dias.
- **Mercado Livre:** Mercado Crédito, solução integrada ao Mercado Pago que amplia as opções de parcelamento e de crédito para consumidores elegíveis.
- **Magazine Luiza:** Carnê Digital MagaluPay, que permite compras parceladas sem cartão de crédito para clientes pré-aprovados.
- **Amazon:** reforçou sua estratégia financeira por meio da parceria com o Nubank, oferecendo benefícios e condições diferenciadas aos clientes do cartão co-branded.

Para os sellers, o principal impacto dessa transformação está na necessidade de acompanhar o aumento da demanda. Mais consumidores aprovados significam maior volume de pedidos e exigem operações capazes de manter estoques sincronizados, catálogos atualizados e integração entre diferentes canais de venda.

"O crédito não funciona apenas como forma de pagamento. Ele se tornou parte da estratégia de crescimento dos marketplaces. Hoje, a competitividade também passa pela capacidade de oferecer uma experiência financeira integrada ao processo de compra", afirma Victor Cobo, CEO do ANYMARKET.

Essa mudança altera a lógica de



competição entre as plataformas. Além de disputar consumidores por preço, logística e variedade de produtos, os marketplaces também competem pela capacidade de oferecer serviços financeiros que ampliem o acesso ao consumo e fortaleçam a fidelização.

Nesse modelo, o risco da operação permanece, na maior parte dos casos, com a instituição responsável pela concessão do crédito, enquanto o seller recebe normalmente pela venda. O desafio para os vendedores é operacional. Eles precisam estar preparados para absorver o crescimento da demanda sem comprometer estoque, logística ou reputação.

Para o ANYMARKET, hub de integração do Grupo DB1 especializado em operações de marketplace, o avanço das modalidades de crédito reforça a importância de uma operação preparada para ganhar escala. A plataforma conecta sellers a mais de 150 marketplaces, centraliza pedidos, estoques e catálogos em um único ambiente e sustenta operações de alto volume, com mais de 1,5 mi-

lhão de anúncios publicados por mês, cerca de 200 mil pedidos importados por dia e mais de 300 mil rupturas de estoque evitadas diariamente.

"Quanto maior a oferta de crédito, maior tende a ser o fluxo de pedidos. Por isso, o diferencial dos sellers passa a estar menos na capacidade de vender e mais na capacidade de operar de forma integrada e que sustente o crescimento de vendas, mantendo eficiência mesmo em cenários de crescimento acelerado", afirma Cobo.

O avanço do Open Finance, do Pix Parcelado e de modelos mais sofisticados de análise de crédito deve acelerar essa transformação nos próximos anos. Nesse cenário, marketplaces disputarão consumidores não apenas pela melhor oferta ou pela entrega mais rápida, mas também pela capacidade de oferecer uma infraestrutura financeira eficiente. Para os sellers, a competitividade dependerá cada vez mais da integração operacional para transformar essa nova demanda em crescimento sustentável.



Bolsa Família, orçamento e eleições: alerta da IFI não pode ser ignorado

Cláudio Gonçalves dos Santos

Economista e professor da Fundação FIPECAFI. Fundada em 1974, a FIPECAFI é uma instituição sem fins lucrativos dedicada ao ensino, à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento de projetos técnicos nas áreas de Contabilidade, Finanças, Controladoria e Atuária. Reconhecida pela excelência acadêmica, mantém nota máxima nos principais indicadores oficiais de qualidade do ensino superior, conforme documentação comprobatória.



Déficit fiscal projetado já é bem maior que o previsto pela equipe econômica

Em 31 de agosto de 2026, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2027, prevendo superávit primário de R\$ 18,6 bilhões e destinando R\$ 157,1 bilhões ao Bolsa Família. Apenas 17 dias depois, anunciou reajuste de 15,04% nos benefícios, elevando o valor mínimo de R\$ 600 para R\$ 691 e o benefício médio para aproximadamente R\$ 777. Segundo o governo, a medida terá impacto adicional de R\$ 5,8 bilhões ainda em 2026 e de cerca de R\$ 22,7 bilhões em 2027.

A proximidade entre os dois acontecimentos é relevante: o PLOA foi apresentado ao Congresso sem contemplar a nova despesa, que agora deverá ser acomodada em um orçamento já submetido a forte pressão fiscal. A questão, portanto, não é discutir a importância social do Bolsa Família, que atende aproximadamente 19,3 milhões de famílias, mas compreender como uma despesa permanente de R\$ 22,7 bilhões será incorporada às contas públicas. É justamente nesse ponto que o alerta da Instituição Fiscal Independente (IFI),

vinculada ao Senado Federal, ganha importância.

No mesmo dia do anúncio do reajuste, a IFI divulgou seu Relatório de Acompanhamento Fiscal de setembro, apresentando uma leitura significativamente mais preocupante das contas públicas de 2027. Enquanto o PLOA elaborado pelo governo prevê superávit primário de R\$ 18,6 bilhões, a IFI projeta déficit de R\$ 86,1 bilhões.

A diferença resulta de premissas macroeconômicas e avaliações dis-

tintas sobre receitas e despesas: o governo trabalha com crescimento real do PIB de 2,5%, contra 1,8% projetados pela IFI e 1,5% pelo Boletim Focus; na inflação, considera IPCA de 3,6%, enquanto a IFI projeta 4,0%.

Também existem diferenças relevantes nas estimativas para massa salarial, despesas previdenciárias, Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono salarial, seguro-desemprego e sentenças judiciais.

Mais importante do que a divergência entre as projeções é sua consequência fiscal. Segundo a IFI, mesmo após as exclusões legais consideradas na apuração do resultado primário, o superávit projetado ficaria inferior a R\$ 1 bilhão, insuficiente para assegurar o cumprimento da meta fiscal nos parâmetros do arcabouço fiscal.

Como acomodar os R\$ 22,7 bilhões adicionais do Bolsa Família?

A instituição estima, por isso, que seria necessário contingenciar pelo menos R\$ 35,7 bilhões em despesas ao longo de 2027. É nesse cenário que surge a pergunta central: como acomodar os R\$ 22,7 bilhões adicionais do Bolsa Família? A projeção da IFI foi elaborada antes da incorporação dessa nova despesa e, portanto, não significa que o déficit estimado de R\$ 86,1 bilhões será automaticamente ampliado nesse mesmo valor.

O governo afirma que pretende realizar remanejamentos, sem ampliar o limite global das despesas. Mas, se o limite não aumenta, quais outras despesas perderão espaço? Essa é uma questão essencial, porque orçamento é, por definição, escolha: quando uma despesa permanente cresce dentro de um limite global, outra precisa perder espaço, salvo aumento correspondente de receitas ou outra fonte de financiamento. O verdadeiro debate, portanto, não deveria se limitar ao valor que o beneficiário



receberá a mais, mas alcançar o custo de oportunidade dessa decisão para o conjunto da sociedade.

Se os recursos vierem do combate a fraudes, da revisão de benefícios indevidos ou de ganhos efetivos de eficiência administrativa, o impacto será de uma natureza. Se resultarem da redução de investimentos, infraestrutura, educação, saúde ou outras políticas públicas, será de outra.

Se forem financiados por receitas extraordinárias ou pelo aumento do endividamento, também será necessário avaliar sua sustentabilidade e seus efeitos sobre a trajetória da dívida pública. O Bolsa Família possui indiscutível relevância social, e o debate responsável não deve colocar responsabilidade social e responsabilidade fiscal em campos opostos.

Não existe política social sustentável sem equilíbrio das contas públicas, assim como não existe responsabilidade fiscal que possa ignorar a realidade social. O desafio está justamente em conciliar essas duas dimensões.

A pergunta central permanece simples: de onde virão os R\$ 22,7 bilhões? O Brasil precisa de políticas sociais, mas também de um Estado capaz de financiá-las de forma sustentável. Transferências de renda podem aliviar a pobreza no presente; sua redução estrutural, porém, depende também de crescimento econômico, produtividade, educação de qualidade, investimentos, geração de empregos formais e aumento da renda do trabalho.

Quando o orçamento se torna excessivamente rígido, cada nova despesa permanente reduz o espaço para outras escolhas igualmente importantes. Por isso, o debate sobre o reajuste do Bolsa Família deveria ser maior do que uma disputa entre governo e oposição.

Trata-se de uma discussão sobre prioridades, responsabilidade fiscal, transparência orçamentária e qualidade do gasto público. O calendário eleitoral explica por que a decisão desperta questionamentos políticos. O alerta da IFI explica por que ela também exige atenção econômica.

Desenrola Brasil 3.0 muda modelo de renegociação de dívidas

MP nº 1.393 permite compra de carteiras inadimplidas com deságio mínimo de 90% e cria nova estrutura para renegociação com pessoas físicas



A Medida Provisória nº 1.393, publicada em 25 de setembro de 2026, instituiu o Desenrola Brasil 3.0 e introduziu uma mudança relevante na forma de tratamento das dívidas de pessoas físicas inadimplentes.

A principal novidade está no modelo. Em vez de se limitar à negociação entre credor e devedor, o programa autoriza a União a adquirir carteiras de créditos inadimplidos de instituições financeiras e de outras pessoas jurídicas credoras e, posteriormente, promover a reestruturação dessas dívidas.

A aquisição poderá ocorrer diretamente ou por meio de fundos privados, fundos de investimento em direitos creditórios e outros instrumentos financeiros. Pela regra geral, poderão ser incluídas dívidas inadimplidas há mais de 720 dias e menos de 1.645 dias, contados em 25 de setembro de 2026, com valor original inferior a R\$ 10 mil. O credor deverá oferecer deságio mínimo de 90% sobre o valor de face da carteira.

Esses critérios, contudo, poderão ser flexibilizados em determinadas hipóteses por ato do Ministério da

Fazenda. A MP admite, por exemplo, a inclusão de dívidas mais recentes e, sob condições específicas, de débitos originalmente superiores a R\$ 10 mil.

As propostas serão submetidas a procedimento competitivo. Quanto maior o deságio oferecido, melhor poderá ser a classificação da carteira, observados os limites orçamentários e financeiros disponíveis.

A norma também determina que o credor ofereça a totalidade dos créditos inadimplidos elegíveis de sua titularidade em relação a cada devedor,

evitando a seleção apenas de determinados débitos.

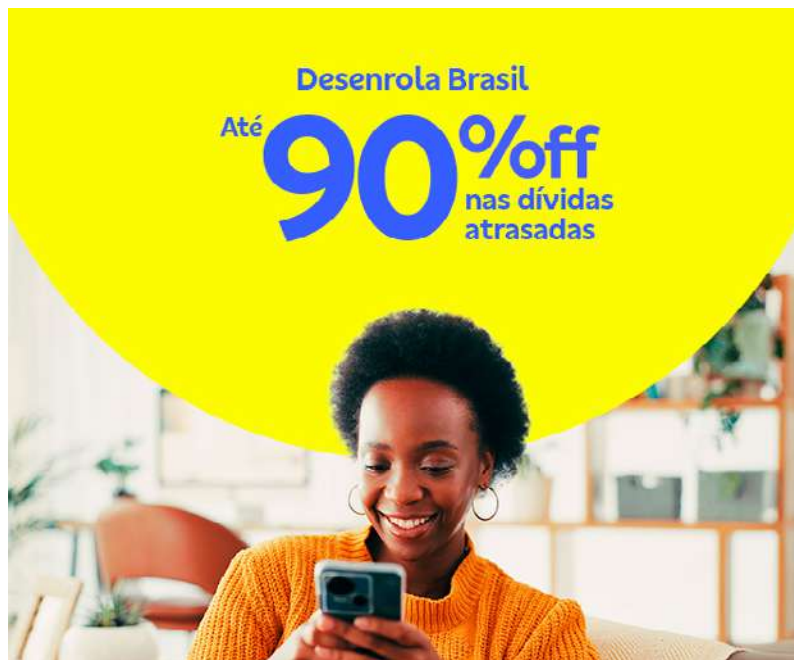
O programa não alcança apenas dívidas bancárias. Também poderão ser incluídos créditos de varejistas, prestadores de serviços e empresas de serviços públicos ou de utilidade pública. Para as instituições, a nova estrutura cria uma alternativa de desmobilização de carteiras antigas e de baixa expectativa de recuperação. A participação, porém, exigirá avaliação econômica sobre o deságio, revisão da documentação dos créditos e organização das informações necessárias à cessão e posterior renegociação.

“A principal mudança é que o Desenrola 3.0 passa a combinar política pública de renegociação com mecanismos de mercado de crédito, como cessão de carteiras, procedimentos competitivos e utilização de fundos. O credor original deixa de ser necessariamente o responsável pela renegociação final da dívida”, explica Thiago do Amaral Santos, sócio do Barcellos Tucunduva Advogados e especialista em meios de pagamento.

Para os devedores pessoas físicas, o principal efeito potencial é a possibilidade de regularizar dívidas antigas em condições mais favoráveis. Os créditos adquiridos poderão ser quitados à vista ou parcelados, com deságio equivalente a até o mesmo percentual obtido na aquisição da carteira.

Isso não significa, porém, que o desconto concedido pelo credor na venda será automaticamente repassado de forma integral ao devedor. Se uma carteira for adquirida com deságio de 90%, por exemplo, a MP admite que a renegociação possa alcançar desconto equivalente a até esse mesmo percentual, mas não determina que ele seja obrigatoriamente transferido integralmente à pessoa física.

Esse é um dos principais pontos que ainda dependem de regulamentação.



O Ministério da Fazenda deverá definir as regras do procedimento competitivo, os requisitos para participação dos credores, os critérios adicionais de elegibilidade e de priorização dos créditos e as condições aplicáveis à cessão das carteiras.

O Conselho Monetário Nacional, por sua vez, deverá estabelecer os encargos financeiros, os prazos e as demais condições dos parcelamentos oferecidos aos devedores.

Também permanecem sem detalhamento questões como a forma de adesão ao programa, o tratamento de dívidas judicializadas ou contestadas, os efeitos da renegociação sobre registros de inadimplência e as responsabilidades em caso de créditos inexistentes, inexigíveis ou insuficientemente documentados.

“Boa parte da efetividade do programa ainda será definida na regulamentação. Será importante acompanhar quem terá prioridade, como funcionarão os procedimentos competitivos e, principalmente, em que medida o deságio obtido na aquisição das carteiras será refletido nas

condições oferecidas aos devedores”, afirma Amaral.

A União poderá destinar até R\$ 15 bilhões à aquisição das carteiras ou à integralização de cotas em fundos. O valor representa um limite máximo e sua utilização depende da disponibilidade orçamentária e financeira.

A MP também determina que o Conselho Monetário Nacional adote medidas destinadas à concessão responsável de crédito, ao aumento da transparência dos produtos financeiros, ao fortalecimento da capacidade de decisão dos consumidores e à redução de fatores associados à vulnerabilidade financeira.

O Desenrola Brasil 3.0 cria, assim, uma nova arquitetura para o tratamento de créditos inadimplidos. Para as instituições, abre uma alternativa de saída para carteiras problemáticas. Para as pessoas físicas, amplia a possibilidade de regularização de dívidas em condições favorecidas. O alcance concreto do programa, porém, dependerá das regras que ainda serão editadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Conselho Monetário Nacional.

Edmar Paiva, CFO da Pottencial Seguradora, é eleito o Executivo de Finanças de 2026 pelo IBEF-MG

Profissional com mais de 30 anos de experiência em setores como seguros, mobilidade e saúde receberá o troféu do tradicional “Prêmio O Equilibrista”, promovido pelo IBEF-MG - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais, em cerimônia marcada para o dia 25 de novembro.

O diretor financeiro (CFO) da Pottencial Seguradora, Edmar Vidigal Paiva, foi eleito o Executivo de Finanças de 2026 na 41ª edição do “Prêmio O Equilibrista”. O resultado foi definido por meio de votação realizada pelos associados da entidade. A solenidade oficial de premiação ocorrerá no dia 25 de novembro.

Com mais de três décadas de carreira, Edmar Paiva acumula passagens por empresas de grande porte em segmentos de alta complexidade e ambientes regulados, como o bancário, locação de veículos, auditoria, aviação, saúde e seguros.

Na Pottencial Seguradora, onde atua como CFO desde 2018, ele lidera as áreas de Tesouraria, Investimentos, Controladoria, Regulatório, Jurídico e Gestão de Projetos, exercendo papel estratégico na governança, na rentabilidade e no crescimento sustentável da companhia.

Anteriormente, o executivo integrou a Diretoria Estatutária da Localiza, onde conduziu projetos estruturantes, como a criação do Centro de Serviços Compartilhados e processos de M&A (fusões e aquisições).

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Edmar Paiva possui pós-MBA pela Kellogg School of Management at Northwestern University, MBA Executivo Empresarial e Programa de Desenvolvimento de Executivos pela Fundação Dom Cabral, pós-graduação em Finanças pelo IBMEC e graduação em Ciências Contá-



Guilherme Carrara, da AeC, Edmar Paiva, Pottencial Seguradora, Alexandre Barcelos, presidente do Conselho de Administração do IBEF-MG e Fábio Abreu de Paula, sócio da PwC Brasil

beis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Além de suas funções executivas, atua institucionalmente como conselheiro do próprio IBEF Minas Gerais, além de integrar o Conselho Fiscal do IFL Brasil e do Instituto Liberal Brasil.

RECONHECIMENTO E PERSPECTIVA

Ao celebrar a premiação, Edmar Paiva destacou o significado da honraria para sua trajetória: “Receber o Prêmio Equilibrista é um dos maiores reconhecimentos da minha vida profissional. Ao olhar para trás, vejo uma trajetória construída com muito trabalho, dedicação, aprendizado contínuo, humildade

e o apoio de pessoas extraordinárias, às quais sou muito grato. Este prêmio aumenta ainda mais meu senso de responsabilidade e o nível de exigência que tenho comigo mesmo, além de contribuir para que eu me mantenha ainda mais focado e engajado em contribuir para o crescimento da Pottencial Seguradora”.

A PREMIAÇÃO EQUILIBRISTA DO ANO

Considerado um dos mais tradicionais reconhecimentos do cenário empresarial mineiro, o Prêmio O Equilibrista homenageia executivos e empresários que se destacaram por trajetórias profissionais sólidas, gestões inovadoras e contribuições de sucesso para o desenvolvimento econômico do Estado.

Da CLT ao trabalho por conta própria: o que está mudando na escolha dos profissionais

Mais alternativas de trabalho mudam a relação dos profissionais com as empresas em um mercado que também enfrenta dificuldade para contratar e reter

Cerca de 5 milhões de trabalhadores que deixaram empregos formais entre janeiro de 2022 e março de 2026 passaram a atuar como pessoa jurídica no mesmo mês ou no mês seguinte ao desligamento, segundo levantamento divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O estudo também aponta que cerca de três em cada dez MEIs já tinham trabalhado com carteira assinada.

Os dados colocam em discussão uma mudança na relação dos profissionais com o emprego formal. A passagem para o modelo PJ pode estar relacionada a situações diferentes. Para alguns profissionais, representa uma forma de trabalhar com mais autonomia; para outros, pode ser uma alternativa encontrada depois da saída de um emprego formal.

O trabalho por conta própria já representa uma parcela expressiva da ocupação no país. Segundo o IBGE, o Brasil tinha 26,1 milhões de trabalhadores por conta própria no trimestre de maio a julho de 2026. No quarto trimestre de 2025, eram 10,5 milhões de trabalhadores por conta própria e empregadores com registro no CNPJ, alta de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ao mesmo tempo, o emprego formal continua crescendo. O mercado de trabalho registrou saldo positivo de 1,28 milhão de postos com carteira em 2025, enquanto o número de assalariados do setor privado com carteira chegou a 42,4 milhões no quarto trimestre do ano.

Para Renato Mendes, especialista em mercado de trabalho e CEO da Mendes Talent, os números não indicam simplesmente que o profissional esteja deixando a CLT, mas que passou a contar com mais alternativas para trabalhar.



“Não estamos falando de uma substituição da CLT pelo trabalho por conta própria. Os dois modelos convivem e atendem a perfis e momentos profissionais diferentes. O trabalhador hoje consegue comparar mais possibilidades e avaliar o que faz sentido para sua realidade, considerando renda, jornada, autonomia e flexibilidade”, afirma.

MAIS ALTERNATIVAS, MAIOR DISPUTA POR PROFISSIONAIS

A diversidade de formas de trabalho aparece em um momento em que as empresas também enfrentam dificuldades para preencher suas vagas. Pesquisa da FGV IBRE mostrou que 62,3% das empresas de indústria, serviços, comércio e construção tinham dificuldade para contratar ou reter profissionais no final de 2025, alta de 3,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Entre as empresas que relataram dificuldades, 43,4% investiram em capacitação interna, 36,2% ampliaram a oferta de benefícios e 18,9% aumentaram salários. A pesquisa permitia mais de uma resposta.

Para o especialista, a dificuldade de contratação não pode ser analisada apenas pela quantidade de pessoas disponíveis no mercado.

“Uma vaga pode estar aberta e ainda assim não encontrar candidatos interessados. Existe uma diferença entre ter pessoas disponíveis para trabalhar e ter profissionais dispostos a aceitar determinada oportunidade. Remuneração continua sendo importante, mas jornada, ambiente, desenvolvimento e flexibilidade também pesam na decisão”, diz Renato.

Esse contexto exige que as empresas tenham mais clareza sobre o que oferecem ao profissional. Em um mercado com diferentes formas de inserção, uma oportunidade de emprego precisa ser competitiva não apenas no salário, mas também nas condições de trabalho e nas possibilidades de desenvolvimento.

A expansão do trabalho por conta própria mostra que o profissional não está necessariamente escolhendo entre estar ou não empregado. Em muitos casos, ele está avaliando diferentes maneiras de trabalhar e de gerar renda, enquanto as empresas precisam encontrar formas de tornar suas oportunidades mais atrativas.

“O mercado de trabalho não está deixando de ter emprego formal. O que mudou foi a quantidade de alternativas disponíveis para o profissional. Para as empresas, o desafio é entender esse novo processo de escolha e construir propostas que façam sentido para as pessoas que elas precisam atrair e manter”, conclui Renato Mendes.

Stellantis ultrapassa marca de 600 mil veículos comercializados e lidera mercado na América do Sul

*Conglomerado de marcas detém mais de 26% de participação no mercado regional
Fiat caminha para ser líder de vendas no continente por mais um ano
Jeep Avenger atingiu 5.000 encomendas*



A Stellantis, por meio de suas marcas Fiat, Ram, Jeep, Peugeot, Citroën e Leapmotor, superou o marco de 600 mil unidades vendidas na América do Sul em 2026. Brasil, com quase 504 mil unidades emplacadas no acumulado do ano, e Argentina, com aproximadamente 96 mil veículos comercializados, lideram o conglomerado no continente, proporcionando uma participação de mercado de 26,6%. Isso significa que mais de um a cada quatro carros novos que saem das concessionárias pertence a uma marca Stellantis.

Em agosto deste ano, Brasil e Argentina comercializaram juntos mais de 76 mil unidades, o que representa crescimento continental de 2% em comparação com o mesmo mês de 2025.

BRASIL

Considerando apenas o Brasil, a Stellantis emplacou mais de 65 mil unidades no mês de agosto, volume que representa 7,6% de crescimento em comparação com o mesmo mês de 2025.

Pelo oitavo mês consecutivo, a Fiat segue na liderança do mercado brasileiro. Com 48.467 unidades emplacadas em agosto e 18,4% de market share, a marca colocou dois modelos entre os quatro mais vendidos do período: a Strada segue líder com 13.798 unidades vendidas, enquanto o Argo ocupou o quarto lugar, com 8.811 unidades comercializadas.

Entre os segmentos, destaque para as picapes e vans. No segmento de picapes, a Fiat lidera com 19.763 unidades vendidas da Strada, Toro e



Titano (45% de market share entre todos os subsegmentos de caminhonetes). Entre as vans, a Fiat lidera o segmento com 2.327 unidades vendidas, sendo 1.845 somente da Fiorino, modelo que também é líder da categoria B-van.

O Fiat Fastback atingiu seu maior número de emplacamentos do ano: 5.133 unidades comercializadas no mês de agosto.

No acumulado do ano, a Fiat se mantém na liderança absoluta do mercado com 368.447 unidades emplacadas, o que representa mais de 57 mil à frente da segunda colocada. Além disso, três modelos aparecem entre os 10 carros mais vendidos do ano: a Strada em primeiro lugar, com 111.746 unidades emplacadas; o Argo em terceiro, com 63.453 unidades vendidas, e o Mobi em décimo, com 44.272 unidades comercializadas.

A Jeep emplacou em agosto 9.027 unidades entre o Jeep Renegade, o Jeep Compass e o Jeep Commander. Esse número de emplacamentos somado às vendas para clientes finais do Novo Jeep Avenger, desde 20 de agosto, proporcionaram a melhor quinzena da Jeep nos últimos 5 anos. O novo modelo registrou mais de 5

mil vendas nas concessionárias, com entregas e emplacamentos a partir do mês de setembro.

O início das vendas oficiais do Novo Jeep Avenger mais do que dobrou as vendas da marca nos últimos 15 dias do mês de agosto. A procura por todas as versões do mais recente lançamento da Jeep foi muito grande, o que proporcionou também um incremento nas vendas dos demais modelos.

Os resultados de agosto de 2026 mostram que a Ram, única marca premium e exclusiva de picapes do mercado, continua em alta na preferência dos brasileiros. Nos primeiros oito meses deste ano foram vendidas 21.492 unidades de veículos da marca, crescimento de 19,7% em relação ao mesmo período de 2025. Quando a comparação é com agosto do ano passado, os números se mostram ainda mais robustos: no oitavo mês de 2026, a Ram comercializou 3.369 picapes, alta de 60,3%. O número também representa o melhor resultado mensal da marca desde novembro de 2023.

Na eletrificação, a Leapmotor superou mil veículos pelo segundo mês seguido, com o C10 na liderança entre os D-SUVs 100% elétricos. E a marca

segue acelerando sua expansão no Brasil: durante o Festival Interlagos, confirmou a chegada do B10 Ultra-Híbrido ainda este ano.

O Citroën C3 registrou crescimento de 15% em volume em agosto de 2026, na comparação com agosto do ano passado. O avanço foi impulsionado pela versão Citroën C3 Live Go, a mais acessível da categoria B-Hatch, e também pelo modelo topo de gama Citroën C3 YOU! Turbo 200 AT. No acumulado de 2026, o Citroën C3 mostra crescimento de 8% em volume frente ao mesmo período de 2025.

No segmento de veículos utilitários, a Citroën Jumpy apresentou crescimento de 165% em agosto, versus o mesmo mês do ano passado.

A Peugeot Expert apresenta crescimento de 145% em volume em agosto de 2026, na comparação com agosto de 2025. No acumulado do ano, o modelo que figura no segmento D-Van, apresenta avanço de 184%. No segmento E-Van, a Peugeot Boxer registra avanço de 36% em volume na comparação entre agosto de 2026 e agosto do ano passado. Enquanto no acumulado do ano, o modelo avança 81%.

Moda de Minas Gerais soma mais de 115 mil empregos e movimentou a economia

Com o tema Made in Minas, o Minas Trend 36 será realizado de 20 a 22 de outubro e mostra como criação, produção e qualificação movimentam a cadeia produtiva do estado



Entre a primeira ideia de uma coleção e a peça pronta no varejo existe uma engrenagem que passa por matéria-prima, desenho, modelagem, produção, acabamento, logística, serviços especializados e mão de obra qualificada. É essa moda que também é indústria que estará no centro da 36ª edição do Minas Trend, de 20 a 22 de outubro, no BH Shopping, em Belo Horizonte.

Com o tema Made in Minas, o evento coloca em cena não apenas a identidade criativa do estado, mas a estrutura produtiva que sustenta marcas e negócios. Em 2025, os segmentos de produtos têxteis, vestuário e acessórios e couro e calçados somavam mais de 8,4 mil estabelecimentos e cerca de 115 mil empregos formais em Minas Gerais. Aproximadamente uma em cada seis empresas da indústria mineira estava ligada a essas atividades.

“Os números evidenciam a relevância da indústria da moda na es-

trutura produtiva de Minas Gerais”, afirma Luiza de Mello, economista da FIEMG. No cenário nacional, entre janeiro e julho deste ano, Minas representou aproximadamente 18% da geração líquida de empregos formais dessa cadeia no país. Em 2025, o estado concentrava cerca de 13% dos estabelecimentos e 10% dos empregos registrados no país nessas atividades.

A dimensão desses números aparece no cotidiano das empresas. Na Patogê, expositora do Minas Trend 36, a construção de uma coleção começa pela pesquisa de tendências e pelo planejamento da quantidade e do volume de peças. Depois vêm os desenhos, a análise de viabilidade, a peça-piloto, a aprovação da modelagem e do custo. Só então a produção avança para etapas como costura, lavanderia, acabamento, finalização e expedição.

Para Patrícia Castro, diretora da Patogê, um dos principais entraves está justamente em encontrar profis-

sionais preparados para essa rotina. “Os principais desafios são: dificuldade de encontrar mão de obra especializada, na maioria das vezes nos exigindo treinar e formar equipes; altos custos de matérias-primas, a maioria deles tem seus aumentos baseados na flutuação do dólar; alta carga tributária, tornando a margem de retorno bem apertada”, avalia

FORMAÇÃO ACOMPANHA A INDÚSTRIA

A demanda por profissionais especializados coloca a formação técnica no centro dessa cadeia. No SENAI MODATEC, o trabalho parte das necessidades das próprias empresas e acompanha mudanças em processos, tecnologias e formas de produzir.

Segundo Hérika Sendas, coordenadora do SENAI MODATEC, a indústria procura profissionais que consigam reunir diferentes competências. “O profissional da moda de hoje precisa transitar entre o criativo

Sebastião Jacinto Júnior



Espaço do SENAI MODATEC no Minas Trend 35

e o industrial. Ele precisa entender o produto, mas também entender processo, custo, qualidade, produtividade, tecnologia e viabilidade”, ressalta.

Para ela, não basta dominar uma tarefa ou incorporar uma nova tecnologia. A indústria precisa de profissionais capazes de combinar conhecimento técnico, criatividade e visão de processo. É nesse ponto que a formação profissional entra como parte da própria estratégia de produtividade e inovação das empresas.

JOIAS E ACESSÓRIOS COMPLETAM ESSA CADEIA

O universo da moda mineira também passa pela indústria de joias, bijuterias e acessórios. Em Minas Gerais, o segmento de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes reúne 220 empresas e quase mil empregos formais. Em 2025, as exportações chegaram a aproximadamente US\$ 54 milhões.

“A indústria de joias e acessórios tem papel fundamental na cadeia produtiva da moda. Ela ocupa posição de elo entre os agentes que fornecem a matéria-prima, transformando, criando e executando para entregar aos atores que atuam no varejo”, afirma Murilo Graciano, presidente do Sindijoias Ajomig.

Essa conexão entre fornecimento, criação, transformação e venda ajuda a explicar por que a moda ultrapassa o campo estético. Em diferentes segmentos, o produto final depende de uma rede que movimenta empresas, profissionais, fornecedores e investimentos.

Na avaliação de Luiza de Mello, parte dos desafios para aumentar a produtividade e a competitividade está fora das fábricas. Juros elevados encarecem o crédito e dificultam projetos de expansão e modernização, enquanto custos logísticos, regulatórios e tributários também pesam sobre as empresas. A economista apon-

ta ainda a necessidade de condições mais equilibradas de concorrência em relação aos produtos importados.

É nesse ambiente que o Minas Trend 36 aproxima quem produz de quem compra. Sob o conceito Made in Minas, o salão leva ao mercado uma moda que nasce da criatividade, mas depende de conhecimento técnico, capacidade produtiva, profissionais qualificados e uma extensa rede de negócios para chegar ao consumidor.

O Minas Trend é uma realização do Sistema FIEMG com o apoio máster do Sebrae Minas.

SERVIÇO

Minas Trend 36 - Made in Minas

Data: 20 a 22 de outubro de 2026

Local: BH Shopping

Piso Ouro Preto - Belo Horizonte

Horário: dias 20 e 21, das 10h às 20h; dia 22, das 10h às 17h

Tadros é reeleito presidente da CNC e Nadim Donato é eleito um dos vice-presidentes para a gestão 2026/30

Jessica Saraland

As federações estaduais e as federações nacionais filiadas à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) elegeram, na manhã desta quarta-feira (23), a nova Diretoria e o Conselho Fiscal da entidade para o mandato de 19 de novembro de 2026 a 18 de novembro de 2030. Em chapa única, José Roberto Tadros foi reeleito presidente da CNC, enquanto Nadim Donato, presidente do Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac, foi eleito um dos vice-presidentes da Confederação.

A nova composição da CNC reúne representantes das federações que integram o sistema de representação do comércio de bens, serviços e turismo no país e terá a responsabilidade de conduzir a entidade pelos próximos quatro anos. A eleição também amplia a participação de Minas Gerais na estrutura nacional de representação empresarial, com a presença de Nadim Donato em uma das posições da diretoria da Confederação.

Para Nadim Donato, assumir a vice-presidência da CNC representa, além de uma responsabilidade nacional, uma oportunidade de levar para o debate brasileiro as demandas e as particularidades do setor produtivo mineiro. “Representar Minas Gerais na CNC é uma responsabilidade que ultrapassa a dimensão institucional. Minas tem uma economia diversa, uma forte presença do comércio, dos serviços e do turismo e uma realidade empresarial que precisa estar presente nas discussões nacionais. Quero contribuir para que essa experiência mineira esteja cada vez mais integrada às decisões da CNC e, ao mesmo tempo, fortalecer a interlocução entre o Estado e a Confederação”, afirma.



À frente do Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac há quatro anos, Nadim Donato tem participado da articulação institucional em torno de temas relacionados ao ambiente de negócios, ao desenvolvimento econômico e à atividade empresarial em Minas Gerais. Na CNC, sua atuação como vice-presidente acrescenta à estrutura da entidade a perspectiva de um dos principais mercados estaduais do país.

A reeleição de José Roberto Tadros mantém a continuidade da presidência da CNC para o novo ciclo de quatro anos. A nova Diretoria e o Conselho Fiscal assumirão oficialmente seus mandatos em 19 de novembro de 2026, com vigência até 18 de novembro de 2030.

O Sistema Fecomércio MG é formado pela Fecomércio MG, pelo Sesc em Minas e pelo Senac em Minas, em parceria com os Sindicatos Empresariais, e integra a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e

Turismo (CNC), presidida por José Roberto Tadros. Por meio da cooperação estratégica entre essas instituições, a atuação do Sistema tem o objetivo de fortalecer o comércio mineiro e contribuir com o desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais.

Seu escopo de atividades ainda inclui a capacitação profissional e a promoção da qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do comércio de bens, serviços e turismo, incluindo dependentes, por meio de serviços de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Ação Social.

O Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac defende os interesses de empresas e de trabalhadores e trabalhadoras do comércio de bens, serviços e turismo de Minas Gerais. As três instituições oferecem soluções que ajudam no desenvolvimento, na redução de custos, na capacitação e na qualidade de vida, melhorando a performance e a competitividade das empresas parceiras.

Vale transforma antiga Mina de Águas Claras, em Minas Gerais, em território de natureza, esporte e convivência

Primeiro processo de fechamento de uma mina e transição para novos usos conduzido pela Vale no Brasil prevê conservação ambiental de 93% da área e abertura gradual do espaço à sociedade



Pela primeira vez em seus 84 anos, a Vale realiza, de forma gradual, a transição para novos usos em uma mina sem operação no Brasil. A Mina de Águas Claras (MAC), localizada em Nova Lima (MG), na divisa com Belo Horizonte e vizinha à Serra do Curral, com mais de 1.900 hectares, será gradualmente aberta para novos usos de interesse da sociedade, como esporte, lazer, cultura e turismo sustentável. Cerca de 93% do território será destinado à conservação da biodiversidade, incluindo a proteção de nascentes, cursos d'água, vegetação nativa e fauna lo-

cal. A título de comparação, a área da MAC equivale a cerca de 98 vezes o território do Parque Municipal de Belo Horizonte, importante espaço de conservação ambiental, cultura e lazer situado na região central da capital mineira.

O projeto representa uma nova abordagem para o fechamento de minas, na qual as intervenções de segurança e recuperação ambiental acontecem paralelamente à definição e à implantação dos usos futuros. A proposta é transformar uma antiga área minerada em um território integrado

à cidade e à natureza, com benefícios ambientais, sociais e econômicos.

A ampliação da trilha que conecta a MAC ao Parque da Serra do Curral integra essa transformação, o que possibilita sair Nova Lima, cruzar a Serra do Curral e chegar à Belo Horizonte caminhando em meio à natureza. Por meio de acordos de comodato com a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de Belo Horizonte, quase 108 mil metros quadrados de áreas verdes foram cedidos pela Vale e incorporados ao parque para conservação e lazer da população.



A Mina de Águas Claras abriga áreas verdes protegidas, entre elas a Reserva Particular do Patrimônio Natural Mata do Jambreiro, além de reservas legais e áreas de preservação permanente associadas ao cerrado, aos campos rupestres e às florestas estacionais.

“A MAC está se transformando em um grande ativo para Nova Lima, Belo Horizonte e toda a região. Junto aos órgãos competentes, às autoridades e às comunidades, estamos construindo uma nova forma de fechar uma mina, conciliando segurança, recuperação ambiental e tecnologia com a abertura gradual do território para a sociedade. Esse processo de escuta e construção coletiva permitirá criar um espaço de convivência capaz de gerar valor compartilhado, fortalecer vínculos e deixar para a população um legado importante”, destaca Gleuza Jesué, diretora de Gestão de Territórios Sul/Sudeste e Reparação da Vale.

UM NOVO TERRITÓRIO CONSTRUÍDO COM A SOCIEDADE

Nos últimos anos, a Vale vem promovendo pesquisas de opinião, oficinas, visitas, reuniões públicas e

ações de escuta em Nova Lima e Belo Horizonte para conhecer as expectativas da população em relação ao território, com mais de 22 mil pessoas envolvidas no processo participativo até aqui. Essa construção coletiva também acontece de forma contínua na Casa Uso Futuro, situada dentro da MAC. Reinaugurado em 31 de agosto de 2026, o espaço apresenta a história da mina, as intervenções de fechamento realizadas e as possibilidades de destinação da área. A Casa funciona como um ambiente permanente de diálogo com comunidades, instituições, representantes do poder público e da sociedade civil.

A vocação da área para o esporte e o lazer já vem sendo experimentada em diferentes iniciativas desde 2022. Em julho de 2026, a MAC recebeu uma etapa do XTERRA Brasil, um dos principais circuitos off-road do mundo, com provas de corrida em trilha, mountain bike e duatlo. A etapa reuniu mais de 3.500 atletas profissionais e amadores.

Outro projeto em desenvolvimento é a implantação de um Bike Park em uma área de aproximadamente 30 mil metros quadrados. O futuro par-

que deverá contar com cerca de 2,5 quilômetros de trilhas, pista de terra para crianças e adultos, estrutura de apoio, aluguel de bicicletas, lanchonete e áreas destinadas a eventos e projetos sociais ligados ao esporte.

DA MINERAÇÃO A UM LEGADO COLETIVO

A Mina de Águas Claras produziu minério de ferro por cerca de 30 anos, entre 1972 e 2002, quando teve suas atividades produtivas encerradas. A unidade era operada pela Minerações Brasileiras Reunidas, MBR, e passou à gestão da Vale em 2006, após a aquisição da empresa. Desde então, a Vale é responsável pelas intervenções necessárias à recuperação ambiental e ao fechamento da unidade.

Mais do que marcar o encerramento de um ciclo minerário, a transformação da MAC aponta para uma nova relação entre mineração, território e sociedade. O objetivo é preservar o patrimônio ambiental da Serra do Curral e da Mata do Jambreiro e, ao mesmo tempo, criar um espaço capaz de promover saúde, bem-estar, conhecimento, convivência e desenvolvimento sustentável.

Inter Asset lança fundo Inter Evolution ETF Ações

Carteira será construída e monitorada pela gestora, que realiza a seleção das exposições, os rebalanceamentos e a gestão dos riscos

A Inter Asset, gestora de investimentos do Inter, que possui mais de R\$ 22 bilhões sob gestão, amplia seu portfólio com o lançamento do Inter Evolution ETF Ações, fundo de fundos (FoF) de renda variável que investe exclusivamente em ETFs. A carteira será construída e monitorada pela gestora, que realiza a seleção das exposições, os rebalanceamentos e a gestão dos riscos de acordo com os diferentes cenários de mercado.

Com aporte inicial de R\$ 100, o Inter Evolution ETF Ações é voltado a investidores em geral. O fundo possui taxa de administração de 1% ao ano e taxa de performance de 20% sobre o que exceder o Ibovespa, índice de referência utilizado pelo fundo. A aplicação ocorre em D+0, enquanto o resgate é realizado em D+1, com pagamento em D+2 dias úteis. A administração é realizada pela Inter DTVM.

“O Inter Evolution ETF Ações combina duas características importantes para a construção de uma carteira de renda variável, que é a eficiência dos ETFs e uma gestão ativa de alocação. Os ETFs são os instrumentos utilizados para acessar diferentes exposições, enquanto a gestão define como combiná-las de acordo com a leitura de mercado e as teses de investimento”, afirma Daniel Castro, CEO da Inter Asset.

Para a seleção dos ETFs, a Inter Asset considera diferentes dimensões, como estrutura e custos, liquidez, qualidade da exposição e fundamentos. A carteira pode combinar ETFs amplos de mercado, com



exposições locais e globais, posições temáticas e setoriais, além de posicionamentos táticos e estratégias de gestão de riscos, incluindo diversificação, rebalanceamentos e possíveis estruturas de proteção.

“O processo de gestão combina diferentes etapas na construção da carteira de renda variável, como a análise do cenário macroeconômico, avaliação de setores e temas, seleção dos ETFs e construção da carteira, seguida de monitoramento e rebalanceamento. A gestão de riscos também faz parte da estratégia, com o uso de diversificação e ajustes de exposição ao longo do tempo”, explica Marcelo Mattos, CIO da Inter Asset.

Pioneiro no mercado financeiro, o Inter foi a primeira instituição financeira a lançar um banco digital, em 2015, o primeiro marketplace integrado ao app de um banco, em 2019 e, por último, a primeira rede

social financeira em 2025. Hoje, posiciona-se como um Super App Financeiro Global, atendendo mais de 45 milhões de clientes em todo o mundo. Seu ecossistema completo oferece serviços de banking, investimentos, crédito, seguros, shopping, remessas internacionais, programa de pontos, entre outros. Com um índice de eficiência de 42,1%, o Inter administra uma carteira de crédito de R\$55,3 bilhões, mantém um patrimônio líquido de R\$10,6 bilhões e conta com ativos totais de R\$102,9 bilhões. Ao disponibilizar soluções integradas em um único aplicativo, o Inter reafirma sua posição na vanguarda da inovação, estabelecendo-se como o parceiro ideal para uma vida financeira inteligente.

O Banco Inter é vencedor da Categoria Empresa Excelência do 28º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores - 2026, uma realização de MercadoComum.

Manifesto sobre a estabilidade das instituições brasileiras e o Estado de Direito

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF, por meio de suas 11 Seccionais espalhadas pelo território brasileiro congregando mais de 6.000 executivos e empresários de diversos setores da economia, reunidas em seu Conselho Diretor Nacional / CDN – IBEF, vem a público manifestar sua preocupação com os recentes acontecimentos, amplamente noticiados, envolvendo integrantes do Supremo Tribunal Federal e reafirmar seu compromisso permanente com a Democracia, o Estado de Direito e a Estabilidade das Instituições da República.

A confiança na Justiça, a previsibilidade das decisões e a integridade dos Poderes constituídos não são temas alheios à atividade econômica. Ao contrário, constituem condições essenciais para o desenvolvimento sustentável do País. Investimentos de longo prazo, geração de emprego e renda, e o próprio funcionamento ordenado dos mercados dependem de um ambiente institucional sólido, transparente, previsível e confiável. Episódios que fragilizem essa confiança repercutem, portanto, muito além do debate público: alcançam o cotidiano de quem decide investir, contratar e planejar o futuro no Brasil.

O IBEF entende que instituições fortes se distinguem, entre outros atributos, pela capacidade de se auto-examinar com transparência, sem se furtrar ao legítimo escrutínio público e sem comprometer o funcionamento regular e independente dos Poderes. Nesse espírito, o Instituto associa-se ao apelo já manifestado por diversas entidades da sociedade civil, da advocacia e do próprio Judiciário para que os fatos sejam devidamente esclarecidos de forma célere, transparente e



imparcial, com pleno respeito ao devido processo legal, ao contraditório e às garantias constitucionais.

Defendemos, igualmente, que o diálogo institucional entre os Poderes prevaleça sobre o confronto e que a serenidade, a responsabilidade e a moderação orientem

as manifestações de todas as autoridades. Não porque as divergências deixem de importar, de serem legítimas ou relevantes, mas porque a estabilidade das instituições é um bem coletivo que transcende qualquer episódio específico e a qualquer um de seus protagonistas.

O IBEF reconhece, ainda, a legitimidade do debate sobre aperfeiçoamentos estruturais do Poder Judiciário, incluindo critérios de conduta, regras de impedimento e suspeição e mecanismos de transparência. Esse debate, contudo, deve ser conduzido pelas vias institucionais próprias, com amplo diálogo entre os Poderes e principalmente a sociedade civil e a comunidade jurídica, sempre res-

guardando a independência judicial, pilar indispensável de qualquer democracia consolidada.

Por fim, o IBEF reitera sua confiança na capacidade das instituições brasileiras de superar este momento de forma responsável e fortalecidas e coloca-se à disposição, como sempre o fez ao longo de seus 55 anos de história, para contribuir com o debate público sobre segurança jurídica, estabilidade institucional e desenvolvimento econômico e social do País. Nossa comunidade seguirá atenta aos desdobramentos desta crise e não se furtará em cobrar dos responsáveis as providências cabíveis, adotadas com rigor, equilíbrio e absoluto respeito à Constituição Federal.

Rio de Janeiro,
10 de setembro de 2026.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE
EXECUTIVOS DE FINANÇAS – IBEF**
Conselho Diretor
Nacional / CDN – IBEF

Despesas com juros sobre a dívida pública brasileira batem recorde e somaram R\$ 1.182,2 bilhões - 8,86% do PIB no acumulado dos últimos doze meses até agosto

A dívida bruta brasileira consolidada somou 82,9% do PIB (R\$ 11,1 trilhões) em agosto de 2026

No acumulado em doze meses até agosto, o déficit nominal alcançou R\$1.264,2 bilhões (9,48% do PIB)

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

O Banco Central do Brasil divulgou, no dia 30 de agosto, as estatísticas sobre as contas públicas brasileiras consolidadas - União, Estados e Municípios, que evidenciam uma deterioração do quadro econômico do país.

Assim, por exemplo, as despesas com os juros nominais sobre a dívida pública brasileira consolidada atingiram, nos últimos doze meses até agosto, a impressionante cifra de R\$ 1.182,2 bilhões - equivalentes a 8,86% do PIB - Produto Interno Bruto. Trata-se de um aumento de R\$ 235,7 bilhões em apenas um ano: eram R\$ 946,5 bilhões (7,61% do PIB) nos doze meses até agosto de 2025.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$115,9 bilhões em agosto último. No acu-



mulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.264,2 bilhões (9,48% do PIB), elevando-se 0,12 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. Somente os juros incidentes sobre a dívida pública consolidada foram responsáveis por 93,5% desse total.

A Dívida Pública do Go-

verno Geral - que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais - atingiu 82,9% do PIB (R\$11,1 trilhões) em agosto de 2026. O mercado financeiro já projeta que esse indicador feche o ano em 83,7% do PIB.

A seguir, apresentamos o relatório do Banco Central:

1. RESULTADOS FISCAIS

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$10,0 bilhões em agosto, ante déficit de R\$17,3 bilhões no mesmo mês de 2025. No Governo Central houve déficit de R\$14,7 bilhões e, nos governos regionais e nas empresas estatais, superávits respectivos de R\$2,7 bilhões e R\$2,0 bilhões. Em doze meses, o setor público consolidado acumulou déficit de R\$82,1 bilhões, equivalente a 0,62% do PIB, 0,06 p.p. do PIB inferior ao déficit acumulado até julho.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$105,9 bilhões em agosto de 2026, ante R\$74,3 bilhões em agosto de 2025. Contribuiu para esse aumento, o resultado das operações de swap cambial no período (ganho de R\$19,9 bilhões em agosto de 2025 e perda de R\$9,3 bilhões em agosto

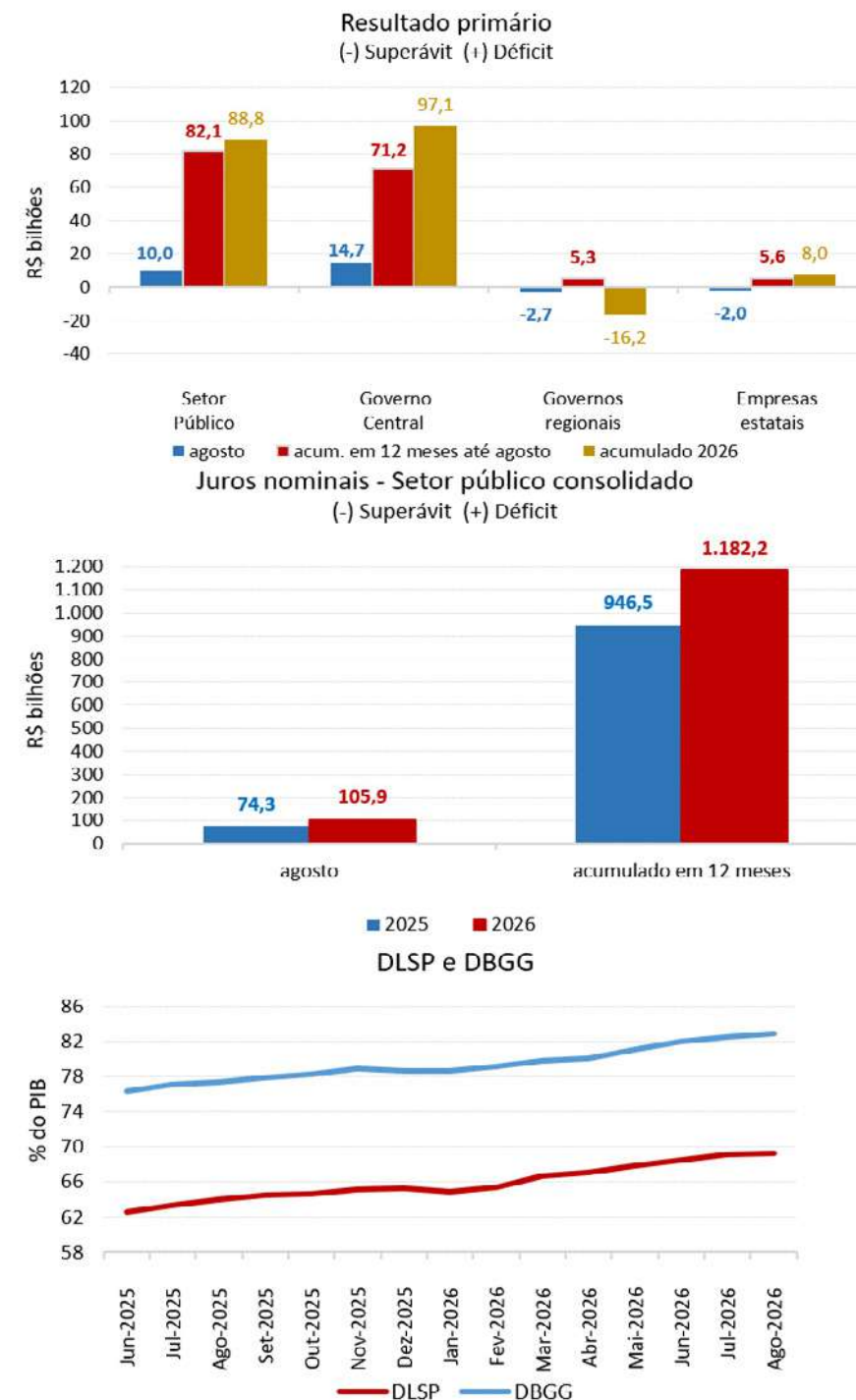
de 2026). No acumulado em doze meses até agosto, os juros nominais alcançaram R\$1.182,2 bilhões (8,86% do PIB), comparativamente a R\$946,5 bilhões (7,61% do PIB) nos doze meses até agosto de 2025.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$115,9 bilhões em agosto. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.264,2 bilhões (9,48% do PIB), elevando-se 0,12 p.p. do PIB em relação ao mês anterior.

2. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

A DLSP atingiu 69,3% do PIB (R\$9,2 trilhões) em agosto, elevando-se 0,1 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos dos juros nominais apropriados (0,8 p.p.), do déficit primário (0,1 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,1 p.p.), da desvalorização cambial de 2,1% no mês (-0,2 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.). No ano, a DLSP cresceu 4,0 p.p. do PIB, refletindo, em especial, os impactos dos juros nominais (5,8 p.p.), do déficit primário acumulado (0,7 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada de 5,8% (0,6 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-3,0 p.p.).

A DBGG – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 82,9% do PIB



(R\$11,1 trilhões) em agosto de 2026, aumento de 0,3 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. A evolução mensal decorreu, principalmente, dos juros nominais apro-

priados (0,8 p.p.), da desvalorização cambial (0,1 p.p.) e do efeito da variação do PIB nominal (-0,5 p.p.). No ano, o aumento de 4,2 p.p. do PIB resultou da incorporação de

juros nominais (6,5 p.p.), das emissões líquidas de dívida (1,5 p.p.), do crescimento do PIB nominal (-3,6 p.p.) e do efeito da valorização cambial (-0,2 p.p.).

Copom reduziu a taxa Selic em 0,25 p.p., para 13,75% a.a., em decisão unânime e em linha com a expectativa do mercado

Análise feita por Vitor Kayo, economista sênior da Nomad, destaca “que o comunicado do BACEN manteve a estrutura e boa parte do diagnóstico de agosto. O cenário externo segue marcado pela incerteza sobre os conflitos no Oriente Médio e pela política monetária em economias avançadas. O balanço de riscos permanece com assimetria altista, e o Copom repete que segue acompanhando os desenvolvimentos da política fiscal e monitora com atenção a desancoragem das expectativas de inflação para prazos mais longos. O texto também mantém a mensagem de serenidade e cautela diante do significativo aumento da incerteza.

A mudança mais relevante está na inflação corrente. Em agosto, o índice cheio ainda estava acima do limite superior da meta. Agora, a inflação cheia e a média dos núcleos desaceleraram para um patamar abaixo do teto do intervalo de tolerância, ainda que acima do centro da meta. Na atividade, o comunicado passou a localizar a moderação principalmente nos setores mais cíclicos, em vez de falar em sinais mistos genéricos.

Chama atenção que as projeções do próprio Copom para 2026 e 2027 su-



biram na margem, mesmo com a melhora na inflação corrente. O horizonte relevante, o primeiro trimestre de 2028, seguiu estável em 3,2%. A combinação de um discurso praticamente repetido com números um pouco piores sugere que o Comitê optou por não reagir a uma deterioração marginal, mantendo o ritmo do ciclo de cortes.

O Copom não sinalizou os próximos passos, mas deixa a porta aberta para um novo corte na próxima reunião. A decisão final dependerá da evolução dos dados até lá. A leitura

é de continuidade, com serenidade, cautela e política monetária dependente de dados.”

Já para a 4intelligence, “na reunião realizada no dia 16 de setembro, o Banco Central cortou a Selic em 25 pontos-base, de 14,00% para 13,75% ao ano. A decisão foi unânime e coincidiu com o consenso de mercado. O comunicado mudou pouco: aponta desaceleração da atividade e melhora da inflação corrente, mas preserva a cautela prospectiva.

No ambiente externo, o

Comitê repetiu o diagnóstico de agosto: conflitos no Oriente Médio, incerteza sobre a política monetária nas economias avançadas e maior volatilidade de ativos e commodities sustentam condições adversas para emergentes.”

De acordo com a 4intelligence, “no cenário doméstico, o Copom trocou a referência a sinais mistos por moderação concentrada nos setores mais cíclicos, o que sugere transmissão mais visível da restrição monetária. Ainda assim, a atividade permanece resiliente e o mercado de trabalho, aquecido. A desaceleração é gradual e insuficiente para reduzir o hiato do produto ou a pressão sobre preços de serviços.”

Para a 4intelligence “a inflação corrente melhorou. Em setembro, a cheia e as medidas subjacentes ficaram abaixo do limite superior da meta, mas ainda acima dela: há desinflação de curto prazo, sem convergência plena. As expectativas seguem desancoradas e com composição desfavorável - a mediana de 2026 recuou de 5,0% para 4,9%, enquanto a de 2027 subiu de 4,2% para 4,3%. O Comitê retirou o termo “adicional” ao tratar da desancoragem de longo prazo e reconheceu esta-

bilidade desde agosto, mas manteve o alerta sobre o custo da desinflação com expectativas elevadas.”

Ela destaca que “no cenário de referência, a projeção para o 1º trimestre de 2028 permaneceu em 3,2%, nível considerado “ao redor da meta”. As estimativas para 2026 e 2027 subiram para 5,2% e 3,9%, com revisão altista de preços livres nos dois anos e de administrados no primeiro. A convergência, portanto, ainda depende de restrição monetária prolongada.

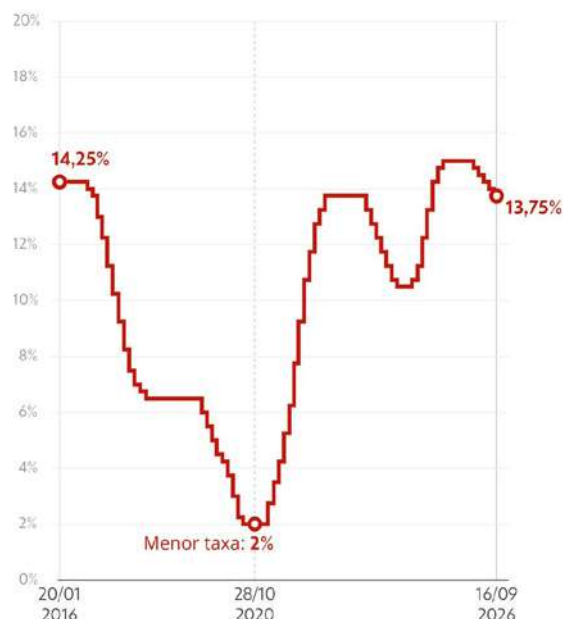
O balanço de riscos seguiu inalterado, com assimetria altista. O Comitê reiterou o alerta sobre a política fiscal e seus efeitos nos ativos, o que reforça a sensibilidade do ciclo aos prêmios de risco.

Como esperado, o Copom não deu sinalização explícita para a próxima reunião (5 de novembro). A orientação futura repetiu que a magnitude do ciclo dependerá de novas informações e que incerteza, desancoragem e riscos exigem serenidade e cautela. O Comitê preserva flexibilidade para avaliar a calibração da restrição necessária à convergência da inflação à meta.

A mensagem central combina progresso corrente com conservadorismo prospectivo: o Copom aceita cortes graduais, mas condiciona a continuidade e a extensão do ciclo à desaceleração efetiva da demanda, à melhora das expectativas de inflação e à preservação de condições financeiras compatíveis com a convergência à meta.”, finaliza.

Selic: a trajetória da taxa

Em % ao ano



g1 Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)
Infográfico elaborado em: 16/09/2026

EUA: FED eleva taxa de juros e, unido, adota tom firme

Destaca a 4intelligence, que na reunião do dia 16 de setembro o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) elevou por unanimidade a taxa básica de juros em 25 pontos-base, de 3,5%-3,75% para 3,75%-4,00% ao ano. A decisão coincidiu com a expectativa do mercado e com nosso cenário.

O comunicado adotou tom mais firme que o de julho. O Comitê afirmou que a alta contribuirá para um retorno “mais tempestivo” da inflação à meta de 2%, o que reforça a urgência da convergência e reduz a ênfase anterior em choques



temporários ou setoriais.

A persistência inflacionária ocupou o centro da avaliação e reflete a solidez da atividade, sobretudo a resiliência do gasto doméstico e do investimento em capital.

Nas projeções de se-

tembro, os participantes reconheceram economia um pouco mais forte e mais inflacionária do que estimavam em junho. Com o mercado de trabalho próximo da neutralidade, o FOMC revisou para cima a trajetória esperada para a Fed Funds Rate. Além

da elevação das projeções para 2026, a dispersão entre os diretores diminuiu: 12 esperam mais uma alta neste ano. Para o fim de 2027, oito projetam uma elevação adicional, seguida de manutenção.

Na entrevista coletiva, Kevin Warsh reiterou o compromisso com a meta de inflação e definiu a decisão como retirada da acomodação monetária, sem estimativa para a taxa neutra.

A mensagem central é mais restritiva: a economia comporta juros elevados por mais tempo e a conver-

gência da inflação exigirá política monetária mais apertada do que se previa em junho. Nosso cenário para os juros está sob revisão, com viés de alta.

A seguir, apresentamos alguns comentários sobre as referidas decisões do COPOM do Banco Central do Brasil e do FOMC, do Federal Reserve Bank dos Estados Unidos:

“O dado mais importante da decisão não é a redução isolada da Selic para 13,75%, mas o fato de o Copom ter preservado a possibilidade de continuar o ciclo sem prometer sua duração. Essa postura mostra que o Banco Central enxerga melhora suficiente na inflação e na atividade para avançar, mas ainda não possui segurança para acelerar. O ambiente global estreitou essa margem: ao subir os juros e sinalizar preocupação persistente com a inflação, o Fed aumentou o custo de oportunidade do capital e prolongou um cenário no qual investidores internacionais podem exigir retornos maiores para assumir risco fora dos Estados Unidos.

Novos cortes ainda podem ocorrer em 2026, sobretudo se a inflação de serviços perder força e os dados de atividade confirmarem a desaceleração. Entretanto, o ciclo pode ser interrompido se o dólar responder de forma intensa ao aperto americano, se o petróleo voltar a pressionar os preços ou se as expectativas de inflação doméstica se afastarem da meta. A ameaça não está em um indicador isolado,



mas na combinação entre choque externo e perda de confiança interna. Em 2027, o fiscal tende a se tornar a principal variável para os juros de longo prazo. A Selic pode cair por decisão do Copom, enquanto o custo de capital de prazo maior permanece pressionado pelo risco associado à dívida pública. Para o venture capital, o início da flexibilização ajuda a reconstruir gradualmente as referências de valuation e amplia a disposição para investimentos de duração mais longa. Esse processo, porém, será seletivo: startups com receita consistente, eficiência no uso do capital e capacidade de crescer sem depender continuamente de novas rodadas devem ganhar mais espaço do que negócios sustentados apenas pela expectativa de liquidez abundante”, declarou Antônio Patrus, CEO da Bossa Invest.

“A queda da Selic para 13,75% melhora a direção da política monetária, mas não resolve a origem do estresse financeiro acumulado nas empresas. Companhias

que passaram um período prolongado com crédito caro, margens comprimidas e dificuldade de refinanciamento não recuperam liquidez após um único corte de 0,25 ponto percentual. O Copom reconheceu uma atividade mais fraca e inflação mais comportada, mas manteve cautela porque o ambiente externo e as expectativas domésticas ainda podem alterar rapidamente essa leitura.

Novos cortes são possíveis em 2026, sobretudo se a desaceleração econômica se aprofundar sem nova pressão inflacionária. Ainda assim, o ciclo pode parar se o dólar se valorizar de forma persistente, o petróleo avançar ou a inflação de serviços resistir. A alta dos juros americanos acrescenta um obstáculo porque mantém o capital global mais caro e reduz a disposição dos investidores para assumir riscos fora dos Estados Unidos. O fiscal deverá ser a principal questão de 2027 porque condicionará o custo de refinanciamento de longo prazo. Se a dívida

pública elevar o prêmio da curva, empresas poderão continuar encontrando crédito caro mesmo com a Selic em queda.

Esse descasamento tende a prolongar processos de renegociação e a ampliar a oferta de ativos estressados. Para esse mercado, a questão não é apostar no insucesso das companhias, mas identificar ativos economicamente viáveis que perderam liquidez, separar dificuldades transitórias de problemas estruturais e reorganizar capital em operações complexas. Um ciclo de juros menores pode ajudar na recuperação desses ativos, mas a criação de valor dependerá da análise jurídica, financeira e operacional de cada caso”, afirmou André Matos, CEO da MA7 Capital.

“O corte de 0,25 ponto percentual confirma o início de uma flexibilização cautelosa, não uma mudança abrupta na política monetária. Ao levar a Selic para 13,75%, o Copom reconhece que a desaceleração da ati-

vidade e o comportamento mais favorável da inflação permitem reduzir parte da restrição, mas mantém os juros em patamar suficientemente elevado para não comprometer a convergência à meta. A decisão do Fed de elevar a taxa americana para a faixa de 3,75% a 4% reforça essa prudência: juros mais altos nos Estados Unidos fortalecem o dólar, disputam capital com os emergentes e podem transmitir pressão aos preços brasileiros por meio do câmbio. Ainda há espaço para novos cortes em 2026, provavelmente em passos de 0,25 ponto percentual, desde que os próximos indicadores confirmem perda de força da atividade e melhora dos núcleos e da inflação de serviços.

Chegar a 13,25% no fim do ano é um cenário possível, mas não contratado. Uma alta do petróleo, uma depreciação persistente do real ou a interrupção da desinflação dos serviços poderia levar o Banco Central a fazer uma pausa. No longo prazo, a questão central deixa de ser apenas até onde a Selic pode cair neste ciclo e passa a ser em que nível ela conseguirá permanecer. É nesse ponto que o fiscal ganha protagonismo em 2027. Se a trajetória da dívida e das despesas elevar o prêmio exigido pelos investidores, os juros longos podem continuar altos mesmo diante de novos cortes na Selic. Para a gestão patrimonial, isso exige distinguir o movimento da taxa básica daquele observado na curva: existe espaço para capturar oportunidades em



renda fixa, crédito privado e fundos estruturados, mas com seleção de risco, diversificação e gestão ativa, porque a queda dos juros não será uniforme entre prazos e ativos”, comentou Gustavo Assis, CEO da Asset.

“O comunicado foi cauteloso e não encerra o ciclo de cortes, muito menos garante novas reduções ainda em 2026. A desaceleração da atividade e a melhora recente da inflação dão espaço para a Selic cair mais, desde que as expectativas continuem convergindo. O principal risco para esse processo é uma nova deterioração das expectativas de inflação, especialmente se vier acompanhada de pressão cambial, inflação de serviços resistente ou piora fiscal. Para os juros de longo prazo, o fiscal segue sendo uma questão central em 2027, já que sem uma trajetória mais convincente para dívida e resultado primário, o prêmio de risco pode permanecer elevado mesmo com a Selic em queda. Na prática, o ciclo pode ser interrompido se o BC perceber que a flexibilização começa a comprometer a conver-

gência da inflação para a meta, e hoje o risco fiscal é provavelmente o principal fator doméstico capaz de limitar até onde os juros poderão cair”, declarou Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos.

“Para o crédito, o corte da Selic representa uma mudança de direção, mas ainda não uma transformação imediata das condições oferecidas ao tomador. A taxa básica caiu para 13,75%, porém as operações de prazo longo continuam refletindo custo de captação, risco de inadimplência, qualidade das garantias e comportamento da curva futura. Por isso, o efeito inicial tende a aparecer mais na expectativa e no planejamento das operações do que em uma redução automática e proporcional das parcelas. O cenário-base permite imaginar novos cortes graduais em 2026, possivelmente levando a Selic a 13,25% no fim do ano, desde que a desinflação avance e a atividade continue moderando. Esse caminho, contudo, pode ser interrompido por uma combinação de dólar

mais forte, petróleo mais caro e inflação de serviços resistente.

A elevação dos juros americanos também limita a velocidade brasileira, porque aumenta a competição internacional por capital e pode pressionar o câmbio. A partir de 2027, a questão fiscal será decisiva para saber se o alívio alcançará efetivamente o crédito de longo prazo. Se a percepção de risco sobre a dívida pública mantiver elevados os juros futuros, o Copom poderá reduzir a Selic sem que financiamentos imobiliários, crédito rural, capital de giro e crédito para construção acompanhem o movimento na mesma intensidade. Nesse contexto, garantia, capacidade de pagamento e estrutura da operação continuarão sendo determinantes. A queda gradual dos juros tende a ampliar alternativas, mas o tomador precisará comparar custo total, prazo e previsibilidade, em vez de esperar que todas as linhas bancárias se tornem mais baratas no mesmo momento”, analisou Alberto Friggi, CEO da Friggi & Secco.

“A Super Quarta expôs 2 velocidades opostas do dinheiro: o Brasil iniciou uma redução cautelosa do custo básico, enquanto os Estados Unidos elevaram os juros e indicaram que o combate à inflação ainda exigirá condições financeiras restritivas. O corte da Selic para 13,75% mostra que o Copom enxerga espaço doméstico para flexibilizar, mas a decisão de não antecipar os próximos passos revela que esse espaço pode ser revisto a cada reunião. Novas re-

duções ainda em 2026 são plausíveis, especialmente se atividade, núcleos e serviços confirmarem uma trajetória de desaceleração. O risco de interrupção surge quando variáveis externas e internas se reforçam. Um dólar pressionado pelo Fed, combinado a petróleo mais caro ou deterioração das expectativas de inflação,

pode reduzir a margem do Banco Central.

Isso significa que as empresas não devem elaborar seus planos financeiros com base em uma queda linear da Selic. O fiscal será central em 2027 porque influencia o custo de capital além da taxa básica. Se a dívida e as despesas aumentarem a percep-

ção de risco, a curva longa pode permanecer elevada e encarecer captações, mesmo com o Copom cortando os juros de curto prazo. Para empresas que estruturam verticais financeiras, esse cenário reforça a necessidade de precificar crédito de forma dinâmica, separar risco do cliente do risco macroeconômico e administrar

corretamente funding, prazo e inadimplência. A redução da Selic pode abrir espaço para novos produtos e maior demanda por crédito, pagamentos e capital de giro, mas a geração de valor dependerá de governança, dados e desenho financeiro, não apenas do nível nominal dos juros”, concluiu Letícia Moschioni, sócia da Finscale.

Relatório Focus divulgado pelo Bacen em 28 de setembro

Focus

MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

25 de setembro de 2026

	2026				2027				2028				2029			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%)	5,01	4,92	4,99	▲ (2)	4,28	4,30	4,31	▲ (1)	3,80	=	(9)	3,50	=	(58)		
PIB (var. %)	1,92	1,88	1,86	▼ (3)	1,50	1,43	1,41	▼ (3)	1,83	▼ (1)		2,00	=	(80)		
CÂMBIO (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	= (15)	5,30	5,28	5,28	= (2)	5,30	=	(10)	5,35	▼ (1)			
SELIC (% a.a.)	13,75	13,50	13,50	= (1)	12,00	12,00	12,00	= (15)	10,50	=	(13)	10,00	=	(21)		

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade
em relação ao Focus anterior

Para Valdir Piran Jr, CEO do Grupo Intra, “as medianas do Relatório Focus divulgado em 28 de setembro pioraram a combinação entre crescimento e inflação. A projeção do PIB caiu para 1,86% em 2026, 1,41% em 2027 e 1,83% em 2028, enquanto o IPCA subiu para 4,99% neste ano e 4,31% no próximo. A economia está perdendo força sem que a inflação recue na mesma velocidade. Isso acontece porque parte relevante da pressão de preços não responde

apenas à demanda. Serviços ainda mostram resistência, e petróleo, alimentos, câmbio, preços administrados e expectativas continuam influenciando a inflação. Ao mesmo tempo, juros elevados e crédito mais seletivo já reduzem consumo, investimento e disposição das empresas para assumir novas dívidas. É uma combinação ruim: crescimento menor sem uma desinflação suficientemente rápida.

O mercado ainda proje-

ta Selic de 13,50% no fim de 2026 e 12% em 2027, mas juros básicos menores não garantem uma recuperação forte. Se o prêmio fiscal e os juros de longo prazo permanecerem elevados, o custo de capital continuará alto mesmo com a Selic caindo. Para as empresas, isso significa crédito mais seletivo, menor espaço para investimento e pressão maior sobre quem chegar a 2027 alavancado ou dependente de refinanciamento. Sobre a Bolsa, na reta final da elei-

ção eu evitaria transformar o cenário em uma decisão binária de entrar ou sair. O Ibovespa ainda acumula alta relevante no ano e o fluxo estrangeiro permanece positivo, embora a volatilidade tenha aumentado. Para o investidor institucional, eleição é uma variável importante, mas não substitui fundamentos. Balanço, geração de caixa, valuation, liquidez e custo de capital continuam sendo os critérios mais consistentes para avaliar risco”.

Corte da Selic é positivo, mas juros ainda são muito altos

Segundo o presidente em exercício da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas, Marcos Brafman, a redução de 0,25 ponto percentual na Selic é positiva e mostra que a melhora dos indicadores de inflação começa a abrir espaço para uma

política monetária menos restritiva.

“Mas ainda temos juros muito elevados, que encarecem o crédito, dificultam investimentos e pesam principalmente sobre as micro e pequenas empresas”, disse.

Na sua avaliação para que os juros possam continuar caindo de forma sustentável, é fundamental atacar as causas do problema: equilíbrio das contas públicas, controle dos gastos, redução do endividamento e segurança jurídica.

“O empresário precisa de crédito, previsibilidade e confiança para investir. Juros menores ajudam, mas a solução passa também pela responsabilidade fiscal e pela criação de um ambiente favorável à produção e ao crescimento”, destaca Brafman.

O Brasil mantém a primeira posição do ranking mundial de juros reais, com taxa de 8,45% ao ano, após o Banco Central promover no dia 16 de setembro, um corte de 0,25 ponto na taxa Selic

A análise foi elaborada pela MoneYou e pela Lev Intelligence. A taxa real brasileira é de 8,45%, considerando a taxa de juros de mercado para os próximos 12 meses e a inflação projetada para o mesmo período. O levantamento foi divulgado no dia 16 de setembro.

De acordo com esse levantamento da MoneYou em parceria com a Lev Intelligence, o país aparece à frente de Rússia (6,79%), Colômbia (6,33%) e Turquia (6,25%). A média dos 40 países analisados é de 1,62%.

A liderança brasileira ocorre apesar de o país ocupar a quarta posição no ranking de juros nominais. Com taxa de 13,75% ao



ano, o Brasil fica atrás de Turquia (37%), Argentina (29%) e Rússia (14%).

A diferença entre os rankings é explicada pela inflação projetada. Para calcular os juros reais, o levantamento considera a taxa de juros de mercado para 12 meses e a inflação esperada para o mesmo período.

No caso brasileiro, a projeção de inflação utilizada foi de 4,71%, com

base no relatório Focus do Banco Central.

Nove das 40 economias analisadas apresentam juros reais negativos. A menor taxa é a da Nova Zelândia, de -0,91%, enquanto Japão, Suíça, Filipinas e Taiwan também registram resultado abaixo de zero.

Segundo o levantamento, as expectativas de inflação para os próximos 12 meses foram revisadas para cima na

maioria dos países analisados, reduzindo os juros reais.

JURO NOMINAL

No ranking de juros nominais, o Brasil ocupa a 4ª posição, com taxa de 13,75% ao ano. Está atrás da Turquia, com 37%, da Argentina, com 29%, e da Rússia, com 14%. Colômbia, África do Sul e México aparecem depois do Brasil, com taxas de 12%, 7% e 6,50%, respectivamente.

A liderança brasileira no juro real, portanto, não ocorre porque o país tenha a maior taxa nominal entre os 40 países analisados. O resultado é influenciado pela combinação entre o nível dos juros e a inflação projetada.

Fonte: CNN, Poder 360 e MoneYou

Japão sobe juros para 1,25% ao ano, nível mais alto em 3 décadas

Juros nas “alturas”. O Banco Central do Japão (BoJ) elevou, no dia 18 de setembro, a taxa básica de juros do país de 1% para 1,25% ao ano – seu maior nível desde 1995.

Pode parecer pouco perto dos atuais 13,75% da Selic brasileira, mas, para os padrões japoneses, o movimento é significativo.

A decisão era esperada pelo mercado e busca conter a inflação. Além disso, juros mais altos podem ajudar a fortalecer o iene, que enfrenta mínimas de anos.

Quanto maiores os juros, maior tende a ser o rendimento dos títulos públicos – atraindo mais investimentos para o país e fortalecendo a moeda local.

Por trás desse cenário, está a alta do petróleo em meio à guerra no Irã. Como o Japão depende da energia importada do Oriente Médio, o avanço do barril (que



superou US\$ 100 nos últimos dias) aumenta a pressão sobre os preços no país.

O Japão encerrou os juros negativos em 2024, depois de décadas convivendo com inflação muito baixa ou até deflação.

Parece bom, mas pode virar um ciclo ruim. Se as pessoas acreditam que um produto estará mais bara-

to no futuro, podem adiar compras. Assim, empresas vendem menos e investem menos, enfraquecendo ainda mais a economia.

Nesse cenário, o Japão manteve os juros muito baixos por anos. A ideia era deixar o crédito barato, incentivar bancos a emprestar, empresas a investir e consumidores a gastar. Com mais dinheiro circu-

lando, o objetivo era fazer a economia crescer e os preços voltarem a subir.

E é por isso que o momento atual chama atenção. Empresas e famílias passaram décadas acostumados a dinheiro barato. Agora, o Japão conseguiu fazer os preços subirem – mas precisa aprender a viver com as consequências.

Fonte: Daily Fin



CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós-graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.

Ranking de Competitividade dos Estados Brasileiros – 2026

*Minas Gerais perde uma posição e passa a ocupar o 7º lugar nacional
Santa Catarina é o estado brasileiro mais competitivo*

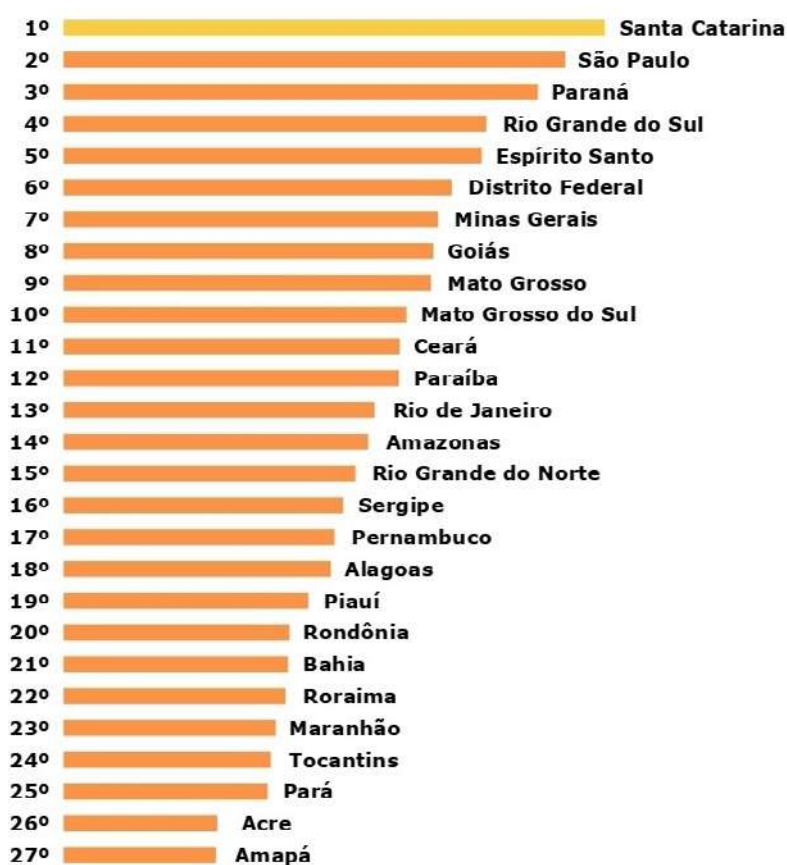
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Os Rankings de Competitividade dos Estados e dos Municípios 2026 foram lançados pelo CLP - Centro de Liderança Pública, no último dia 27 de agosto, na Casa Natura, em São Paulo. A edição deste ano analisa as 27 unidades da Federação e 423 municípios brasileiros a partir de indicadores públicos que ajudam a identificar avanços e desafios da gestão pública.

O Ranking de Competitividade dos Estados tem como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da federação, trazendo para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados.

O Rankings de Competitividade dos Estados é uma ferramenta do CLP (Centro de Liderança Pública), com o objetivo de mensurar a capacidade dos entes federativos brasileiros em gerar bem-estar para a população. Com base em dados oficiais, o ranking oferece um raio-X da gestão pública local a partir de indicadores estruturados em pilares como educação, saúde, segurança pública, infraestrutura, inovação e sustentabilidade ambiental.

Ao mesmo tempo, o Ranking de Competitividade dos Estados pode representar também uma ferramenta bastante útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas



entre os Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento.

Para definir a estrutura, composição e a metodologia de cálculo do Ranking de Competitividade dos Estados, foi empreendido um amplo estudo da literatura acadêmica especializada, bem como da experiência nacional e internacional na confecção de rankings de competitividade.

Como resultado final, foram selecionados 100 indicadores considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos Estados brasileiros, distribuídos em 10 pilares temáticos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

OS ESTADOS QUE MAIS SE DESTACARAM POR REGIÃO

Competitividade regional! O Ranking de Competitividade dos Estados 2026 mostra lideranças bem definidas entre as regiões. O Amazonas é o estado mais competitivo da região Norte, ocupando a 14ª posição no ranking nacional. O estado também lidera regionalmente em Eficiência da Máquina Pública, Inovação e Segurança Pública. Em outros pilares, a liderança fica distribuída entre Tocantins, Pará, Rondônia e Roraima.

Já no Nordeste, o Ceará lidera e aparece na 11ª colocação geral do país. Entre os pilares, o estado também apresenta o melhor desempenho regional em Educação, Capital Humano e Eficiência da Máquina Pública. A região conta ainda com destaques como Alagoas em Inovação, Maranhão em Solidez Fiscal, Paraíba em Infraestrutura e Piauí em Potencial de Mercado.

O Distrito Federal é o líder do Centro-Oeste e ocupa a 6ª posição no ranking geral. Também apresenta os melhores resultados da região em Educação, Segurança Pública, Sustentabilidade Social e Sustentabilidade Ambiental. Mato Grosso lidera regionalmente em Infraestrutura e Solidez Fiscal, enquanto Goiás ocupa a primeira posição regional em Eficiência da Máquina Pública e Potencial de Mercado.

No Sudeste, São Paulo segue como o estado mais competitivo. Também lidera a região em Educação, Infraestrutura, Inovação, Segurança Pública, Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Ambiental e Potencial de Mercado. O Espírito Santo se destaca como líder regional em Capital Humano, Eficiência da Máquina Pública e Solidez Fiscal.

Por fim, Santa Catarina é o líder do Sul e, também, o estado mais competitivo do Brasil em 2026. O estado lidera regionalmente em Capital Humano, Educação, Segurança Pública, Sustentabilidade Social e Potencial de



Mercado. O Rio Grande do Sul aparece à frente em Eficiência da Máquina Pública e Inovação, enquanto o Paraná lidera a região em Infraestrutura e Sustentabilidade Ambiental.

CIDADES SE DESTACAM FORA DO SUL-SUDESTE

Excelência em resultados. Além da classificação geral, o Ranking de Competitividade dos Municípios permite entender em quais áreas cada cidade se destaca e quais registraram os maiores avanços no último ano. A seguir, reunimos os líderes dos 13 pilares avaliados e os muni-

cípios que mais ganharam posições entre 2025 e 2026.

Entre os 13 pilares do Ranking de Competitividade dos Municípios 2026, Vitória-ES é o único município a aparecer na liderança de duas áreas: Sustentabilidade Fiscal e Funcionamento da Máquina Pública. São Paulo-SP lidera em Inovação e Dinamismo Econômico, São Caetano do Sul-SP em Inserção Econômica, Salto-SP em Saneamento, Votuporanga-SP em Acesso à Educação, Várzea Paulista-SP em Segurança e Ubatuba-SP em Telecomunicações. Fora do Sudeste, Porto Alegre-RS lidera Capital Humano, Balneário Camboriú-

-SC ocupa o 1º lugar em Qualidade da Saúde, Sobral-CE mantém a liderança em Qualidade da Educação, Goiana-PE fica na frente em Acesso à Saúde e Breves-PA lidera Meio Ambiente.

Entre os municípios que mais avançaram no ranking geral de 2025 para 2026, São Cristóvão-SE teve o maior salto, com ganho de 158 posições, seguido por Bento Gonçalves-RS, com 155, Barbacena-MG, com 135, Alfenas-MG, com 126, Sarandi-PR, com 119, Rondonópolis-MT, com 117, Itaperuna-RJ, com 111, Paço do Lumiar-MA, com 109, Varginha-MG, com 104, e Gurupi-TO, com 98. Os avanços vieram de melhorias em diferentes áreas, com destaque para gestão fiscal, saneamento, telecomunicações, inserção econômica e funcionamento da máquina pública.

Segundo o CLP, em um ambiente onde existe a competição saudável entre pessoas, equipes e organizações, é natural que ocorram maiores incentivos para a excelência de resultados, bem como para a inovação em instrumentos e métodos que possibilitem a superação de desafios.

O setor privado é uma esfera social competitiva por natureza. Já o setor público seria, para alguns, um ambiente não competitivo. Sob essa perspectiva, justamente por não ser regido por leis de mercado, o setor público deveria ser guiado por critérios como justiça e equidade, princípios que não são objetivos-fins do setor privado. Aliás, estaria aí justamente uma das principais justificativas para a atuação estatal: sendo o mercado orientado muito mais para objetivos individuais, em detrimento de objetivos coletivos, ocorreriam as chamadas “falhas de mercado”, que seriam corrigidas pela ação do Estado.

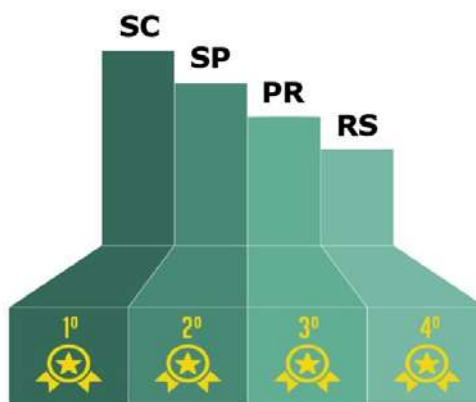
O Ranking de Competitividade dos Estados surge a partir de uma visão diferente: a competição saudável no setor público, além de possível, é

Peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados (Edição 2026)



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

RANKING GERAL

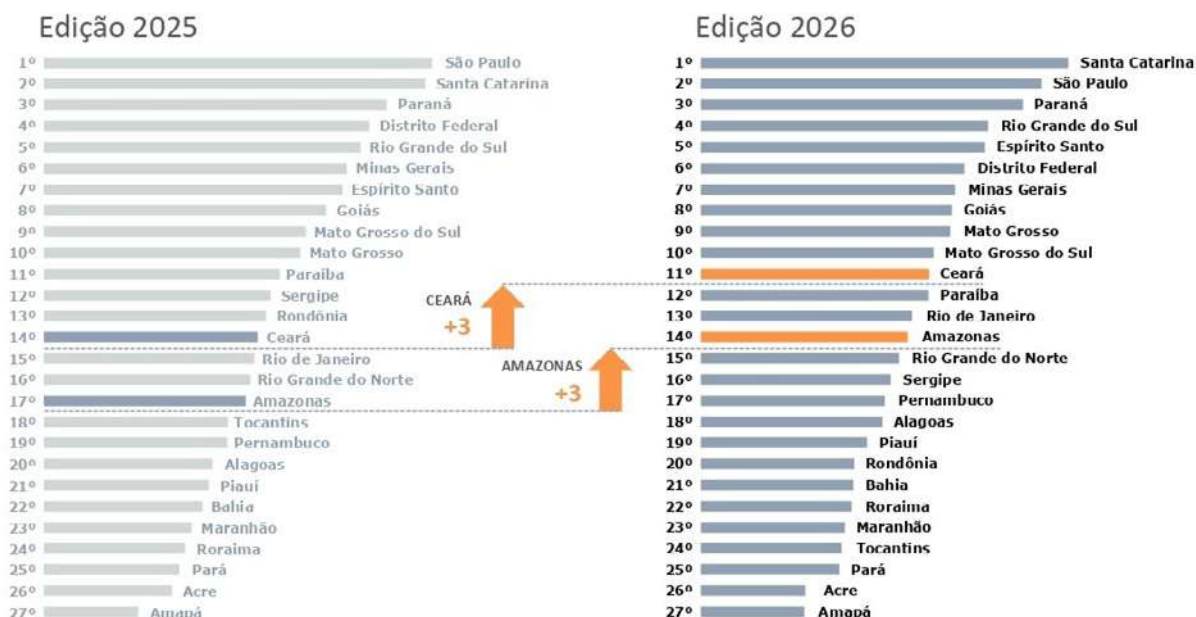


desejável. A competição no setor público é um elemento complementar à promoção da justiça, equidade e desenvolvimento econômico e social.

O elemento competitivo é compatível com a ideia de uma república federativa como a brasileira. A competição saudável faz com que Estados e Municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para ali viverem e se desen-

volverem social e economicamente.

Como mostra a literatura especializada, ao possibilitar uma comparação direta, entre as unidades da federação, de uma série de atributos econômicos e sociais que são comumente de difícil mensuração e avaliação, sistemas de ranking proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Desse modo, os rankings têm



potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo e de enforcement aos agentes públicos. Também funcionam como um mecanismo de accountability e promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.

O Ranking de Competitividade dos Estados tem como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da federação, trazendo para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados.

Ao mesmo tempo, o Ranking de Competitividade dos Estados pode representar também uma ferramenta bastante útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento.

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2025 – I

Ranking Geral									
UF	Nota Geral		Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank
SC	1	1 ▲	5	-1 ▼	1	1 ▲	1		2
SP	2	-1 ▼	1		2	1 ▲	7	-1 ▼	1
PR	3		3	2 ▲	5		4	6 ▲	6
RS	4	1 ▲	16		4		2	1 ▲	9
ES	5	2 ▲	2		7		19	4 ▲	10
DF	6	-2 ▼	12	-9 ▼	3	-2 ▼	3	-1 ▼	4
MG	7	-1 ▼	11	1 ▲	6		8	-3 ▼	3
GO	8		23	-10 ▼	11		10	1 ▲	7
MT	9	1 ▲	4	11 ▲	9		15	7 ▲	11
MS	10	-1 ▼	14	-4 ▼	8		16	3 ▲	18
CE	11	3 ▲	9		15		14	3 ▲	5
PB	12	-1 ▼	6	1 ▲	14	2 ▲	9	-2 ▼	16
RJ	13	2 ▲	19	-11 ▼	10		18	-3 ▼	8
AM	14	3 ▲	27		16	4 ▲	5	4 ▲	24
RN	15	1 ▲	13	4 ▲	13		6	-2 ▼	21
SE	16	-4 ▼	8	-2 ▼	17	1 ▲	13	-5 ▼	19
PE	17	2 ▲	15	-4 ▼	21		17	4 ▲	12
AL	18	2 ▲	18	2 ▲	20	2 ▲	20	-6 ▼	14
PI	19	2 ▲	17	1 ▲	22	-5 ▼	21	3 ▲	13
RO	20	-7 ▼	7	7 ▲	18	-6 ▼	25	-9 ▼	17
BA	21	1 ▲	22	-1 ▼	19		22	3 ▲	20
RR	22	2 ▲	21	4 ▲	24	1 ▲	23	3 ▲	23
MA	23		20	-1 ▼	27		12	6 ▲	22
TO	24	-6 ▼	26	-3 ▼	12	2 ▲	26	-6 ▼	15
PA	25		24		26	-2 ▼	11	2 ▲	25
AC	26		25	1 ▲	23		24	-12 ▼	26
AP	27		10	12 ▲	25	1 ▲	27		27

Para definir a estrutura, composição e a metodologia de cálculo do Ranking de Competitividade dos

Estados, foi empreendido um amplo estudo da literatura acadêmica especializada, bem como da experiência

nacional e internacional na confecção de rankings de competitividade

Como resultado, foram selecionados os indicadores considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos Estados brasileiros, distribuídos em 10 pilares temáticos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

Os Estados mais bem posicionados no Ranking de Competitividade dos Estados de 2026 estão reportados na figura anterior.

Na edição de 2026, Santa Catarina passou da 2ª para a 1ª colocação do Ranking Geral, enquanto São Paulo recuou para o 2º lugar. A mudança ocorreu após redução da distância entre as notas normalizadas nos anos recentes. A vantagem paulista, de 5,6 pontos em 2023, caiu para 2,7 pontos em 2024 e para 1,0 ponto em 2025. Em 2026, Santa Catarina passou a apresentar vantagem de 6,4 pontos frente a São Paulo.

A mudança de posição exige, portanto, uma leitura relativa. A perda da liderança não comprova, isoladamente, uma deterioração das condições de São Paulo, mas registra um desempenho menos favorável na comparação com Santa Catarina. A classificação pode mudar mesmo diante de uma melhora simultânea dos valores brutos dos dois estados, caso Santa Catarina apresente um avanço mais intenso no conjunto ponderado de pilares e indicadores. A identificação de melhora ou piora absoluta depende da análise dos dados brutos.

Entre os principais movimentos relativos de Santa Catarina, o estado ganhou 7 posições em Educação, com aumento de 23 colocações em Avaliação da Educação. Em Eficiência da Máquina Pública, também houve ganho de 7 posições, acompanhado por elevação de

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2025 – II

Ranking Geral								
Nota Geral			Solidez Fiscal		Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano	
UF	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1	1 ▲	4	3 ▲	3	7 ▲	1	
SP	2	-1 ▼	14	-1 ▼	11	-9 ▼	9	-4 ▼
PR	3		6		8	-5 ▼	4	
RS	4	1 ▲	26	1 ▲	1		6	
ES	5	2 ▲	1		4	4 ▲	8	2 ▲
DF	6	-2 ▼	19	1 ▲	16	-2 ▼	5	3 ▲
MG	7	-1 ▼	24	1 ▲	12	-7 ▼	10	-1 ▼
GO	8		8	-3 ▼	2	2 ▲	7	
MT	9	1 ▲	2	1 ▲	6	6 ▲	3	
MS	10	-1 ▼	10	6 ▲	5	4 ▲	2	
CE	11	3 ▲	11	1 ▲	10	7 ▲	19	1 ▲
PB	12	-1 ▼	16	-5 ▼	17	1 ▲	21	2 ▲
RJ	13	2 ▲	23	1 ▲	9	4 ▲	14	
AM	14	3 ▲	7	1 ▲	7	-1 ▼	17	-1 ▼
RN	15	1 ▲	27	-1 ▼	13	3 ▲	15	4 ▲
SE	16	-4 ▼	9	-5 ▼	24	-4 ▼	26	1 ▲
PE	17	2 ▲	12	2 ▲	14	1 ▲	25	1 ▲
AL	18	2 ▲	15	2 ▲	20	3 ▲	22	-1 ▼
PI	19	2 ▲	13	2 ▲	22	2 ▲	23	1 ▲
RO	20	-7 ▼	20	-1 ▼	18	-11 ▼	13	
BA	21	1 ▲	17	-8 ▼	15	-4 ▼	27	-2 ▼
RR	22	2 ▲	18	4 ▲	27	-1 ▼	12	-1 ▼
MA	23		3	-1 ▼	19		24	-2 ▼
TO	24	-6 ▼	25	-4 ▼	21		11	1 ▲
PA	25		5	5 ▲	23	2 ▲	20	-3 ▼
AC	26		21	2 ▲	26	-4 ▼	18	-3 ▼
AP	27		22	-4 ▼	25	2 ▲	16	2 ▲

17 colocações em Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual e de 12 em Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual. Em Solidez Fiscal, o avanço de 3 posições ocorreu em conjunto com os ganhos em Sucesso do Planejamento Orçamentário (+10), Regra de Ouro (+2) e Solvência Fiscal (+2). Santa Catarina ganhou, ainda, 3 posições em Sustentabilidade Ambiental, com avanços em Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento (+9), Serviços Urbanos (+4) e Tratamento de Esgoto (+3). Em Potencial de Mercado, o estado subiu 2 posições, acompanhado pelo ganho de 4 colocações em Comprometimento de Renda.

Em São Paulo, os principais recuos relativos concentraram-se em cinco pilares. Eficiência da Máquina Pública registrou perda de 9 posições, com quedas

em Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual (-23), Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (-8), Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário (-6) e Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual (-4). Capital Humano perdeu 4 posições, acompanhado por recuos em Inserção Econômica dos Jovens (-3) e Desocupação de Longo Prazo (-3). Segurança Pública recuou 1 posição, com perdas em Morbidade Hospitalar por Acidente de Trânsito (-3), Déficit de Vagas (-1), Mortalidade no Trânsito (-1), Segurança Pessoal (-1) e Segurança Patrimonial (-1). Solidez Fiscal também perdeu 1 posição, com recuos em Taxa de Investimentos (-7) e Sucesso do Planejamento Orçamentário (-6). Em Inovação, a perda de 1 posição ocorreu em paralelo ao recuo de 7 colocações em Bolsa de Mestrado e Doutorado, cujo cálculo foi alterado em 2026.

Posição das UF's em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2025 – III

Ranking Geral								
Nota Geral			Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
UF	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1	1 ▲	4	3 ▲	1	2 ▲	2	
SP	2	-1 ▼	1	2 ▲	5	4 ▲	4	-1 ▼
PR	3		3	-1 ▼	7	3 ▲	5	-1 ▼
RS	4	1 ▲	5	5 ▲	24	-12 ▼	1	
ES	5	2 ▲	6	-2 ▼	20	-2 ▼	7	4 ▲
DF	6	-2 ▼	2	-1 ▼	26	1 ▲	20	-3 ▼
MG	7	-1 ▼	10	-4 ▼	13	-2 ▼	10	-3 ▼
GO	8		8	-3 ▼	10	-5 ▼	21	5 ▲
MT	9	1 ▲	19	-5 ▼	22	-9 ▼	18	2 ▲
MS	10	-1 ▼	9		25	-2 ▼	12	2 ▲
CE	11	3 ▲	14	4 ▲	8	13 ▲	9	3 ▲
PB	12	-1 ▼	11	5 ▲	4	3 ▲	6	
RJ	13	2 ▲	7	8 ▲	14	11 ▲	15	
AM	14	3 ▲	12	-4 ▼	15	5 ▲	8	1 ▲
RN	15	1 ▲	15	2 ▲	11	8 ▲	13	
SE	16	-4 ▼	13	-2 ▼	9	13 ▲	14	-6 ▼
PE	17	2 ▲	20	-1 ▼	17	9 ▲	11	-1 ▼
AL	18	2 ▲	18	4 ▲	19	-2 ▼	3	2 ▲
PI	19	2 ▲	24	1 ▲	3	1 ▲	25	
RO	20	-7 ▼	23	-3 ▼	27	-12 ▼	22	-6 ▼
BA	21	1 ▲	22	-1 ▼	12	12 ▲	19	-1 ▼
RR	22	2 ▲	17	-4 ▼	2	-1 ▼	17	2 ▲
MA	23		27		16	-8 ▼	24	
TO	24	-6 ▼	21	2 ▲	21	-19 ▼	27	
PA	25		26	-2 ▼	23	-7 ▼	23	-2 ▼
AC	26		25	1 ▲	6		16	6 ▲
AP	27		16	-4 ▼	18	-4 ▼	26	-3 ▼

Apesar da mudança na liderança do Ranking Geral, São Paulo ocupa a primeira posição nos pilares de Infraestrutura, Educação e Sustentabilidade Ambiental. O resultado de 2026 combina o avanço relativo de Santa Catarina em áreas relevantes e as perdas de posição de São Paulo em pilares específicos, sem permitir, isoladamente, uma conclusão sobre piora absoluta do estado paulista.

Assim como na edição anterior, o Paraná permanece na 3ª posição, ocupada desde 2022. O Rio Grande do Sul, por sua vez, alcançou pela primeira vez a 4ª colocação, após três anos consecutivos no 5º lugar.

Os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do Ranking, enquan-

to os das regiões Norte e Nordeste ocupam posições inferiores. Na edição de 2026, o Ceará assumiu a liderança do Nordeste, na 11ª posição, e ultrapassou a Paraíba, na 12ª. Na região Norte, o Amazonas passou a ocupar a melhor colocação, no 14º lugar, à frente de Rondônia, na 20ª posição.

Assim como na edição anterior, as três últimas posições do Ranking de Competitividade dos Estados de 2026 foram ocupadas por Pará, no 25º lugar, Acre, no 26º, e Amapá, no 27º.

Em relação à edição anterior, não houve inclusão nem exclusão de indicadores. A ordem dos pesos dos pilares também permaneceu inalterada. Quatro indicadores, contudo, passaram por ajustes metodológicos, detalhados no Anexo 2; por isso,

suas variações de posição em relação a 2025 devem ser interpretadas com cautela.

Nesta edição do Ranking de Competitividade dos Estados, Ceará e Amazonas registraram os maiores avanços no Ranking Geral em relação à edição de 2025, com ganho de 3 posições cada.

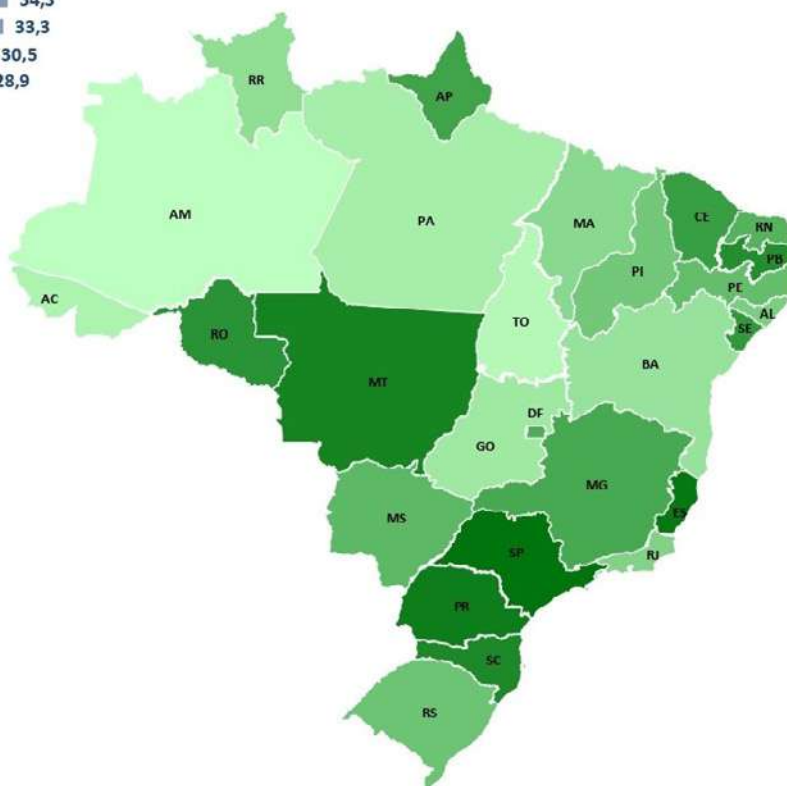
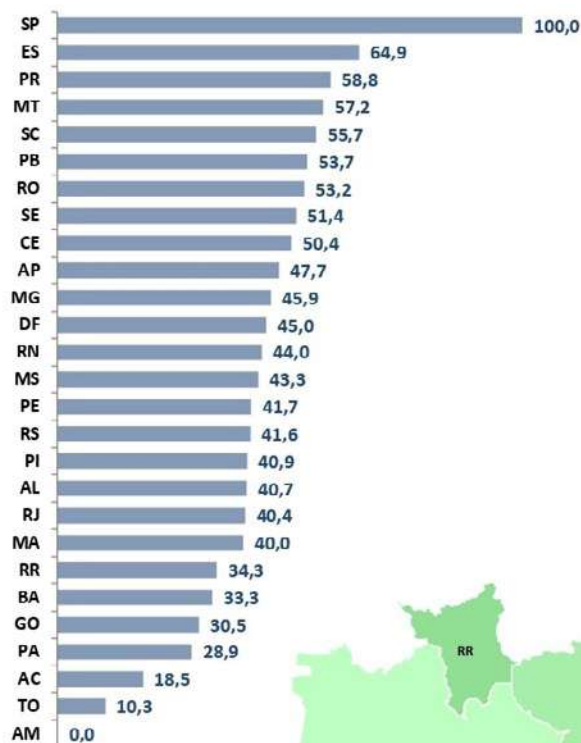
O Ceará passou da 14ª para a 11ª colocação no Ranking Geral, resultado correspondente a um avanço de 3 posições. No pilar de Potencial de Mercado, o Estado subiu 13 posições, com ganho de 17 posições no indicador de Qualidade de Crédito para Pessoa Física, com cálculo alterado em 2026. No pilar de Eficiência da Máquina Pública, avançou 7 posições, acompanhado por ganhos nos indicadores de Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (+19 posições), Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual (+9 posições) e Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual (+6 posições). O Ceará também avançou nos pilares de Sustentabilidade Ambiental (+4 posições), Segurança Pública (+3 posições) e Inovação (+3 posições).

O Amazonas passou da 17ª para a 14ª colocação no Ranking Geral, também com avanço de 3 posições. No pilar de Potencial de Mercado, o Estado subiu 5 posições, enquanto o indicador de Qualidade de Crédito para Pessoa Física apresentou diferença positiva de 21 posições em relação à edição anterior, com cálculo alterado em 2026. No pilar de Segurança Pública, avançou 4 posições, acompanhado por ganhos nos indicadores de Feminicídio (+11 posições), Segurança Pessoal (+10 posições) e Atuação do Sistema de Justiça Criminal (+7 posições). No pilar de Sustentabilidade Social, subiu 4 posições, com avanços nos indicadores de Trabalho Infantil (+8 posições), Mortalidade Materna (+7 posições), Mortalidade Precoce (+5 posições) e Cobertura Vacinal (+2 posições).



INFRAESTRUTURA

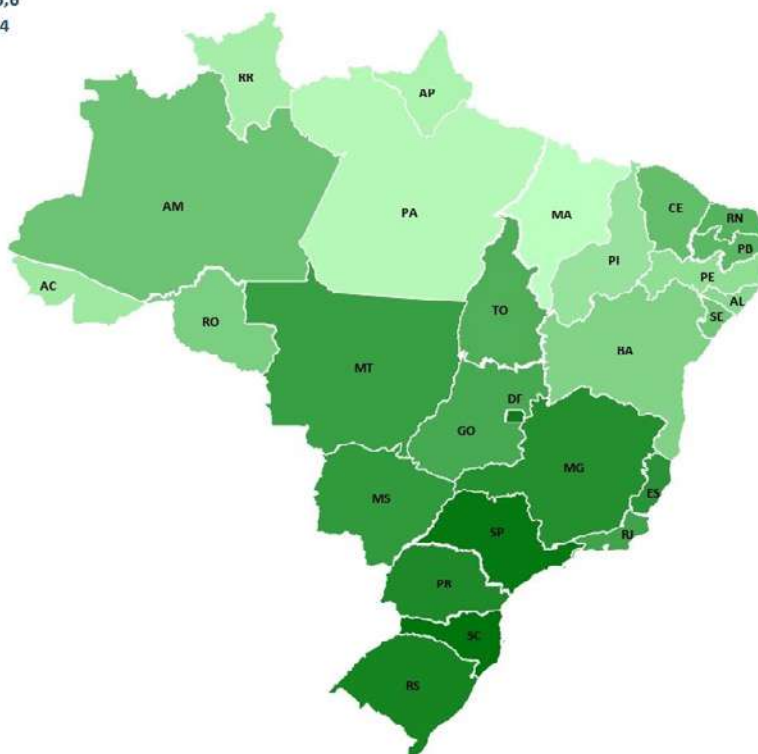
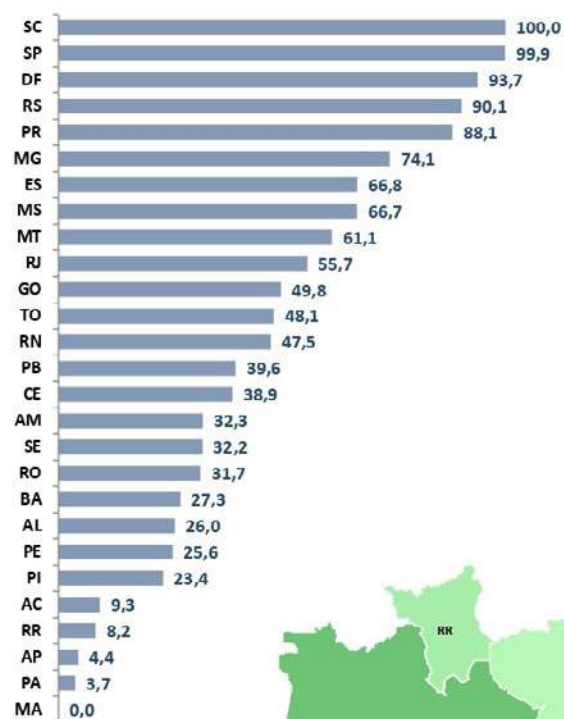
Ranking – Infraestrutura





SUSTENTABILIDADE SOCIAL

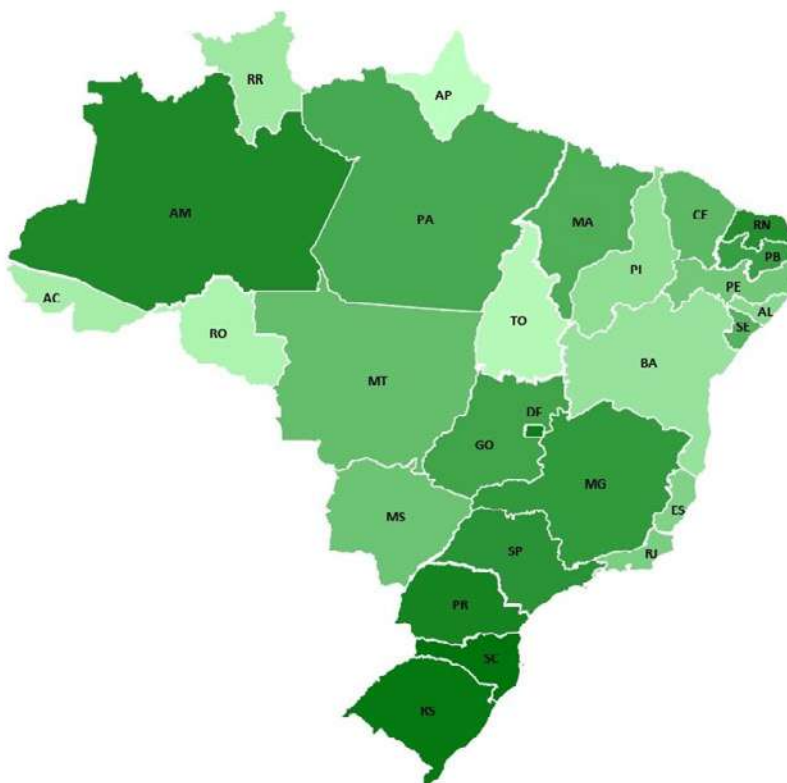
Ranking – Sustentabilidade Social





SEGURANÇA PÚBLICA

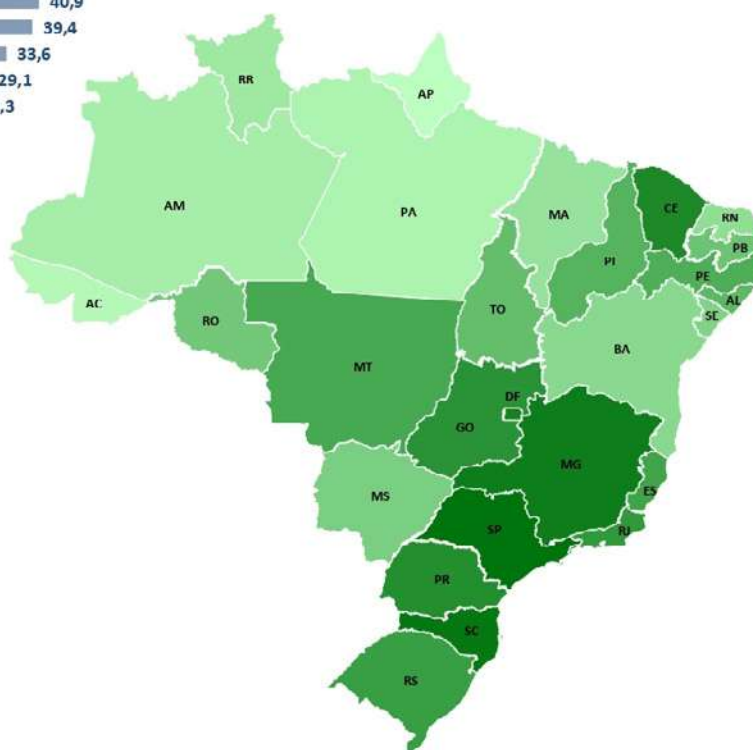
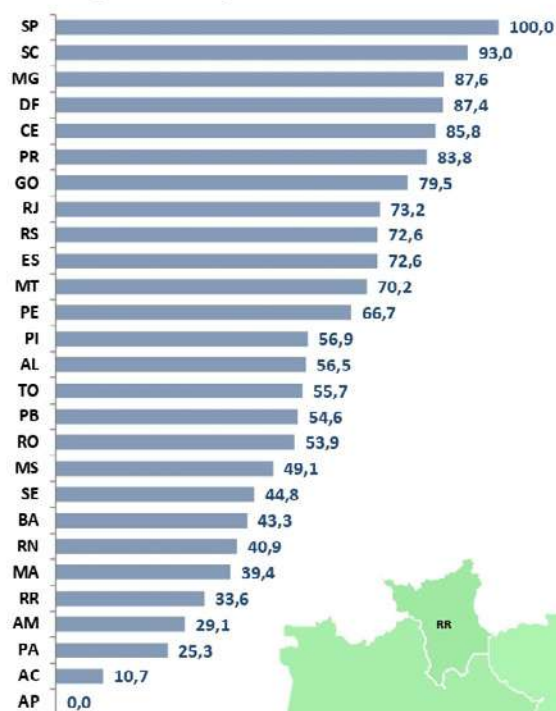
Ranking – Segurança Pública





EDUCAÇÃO

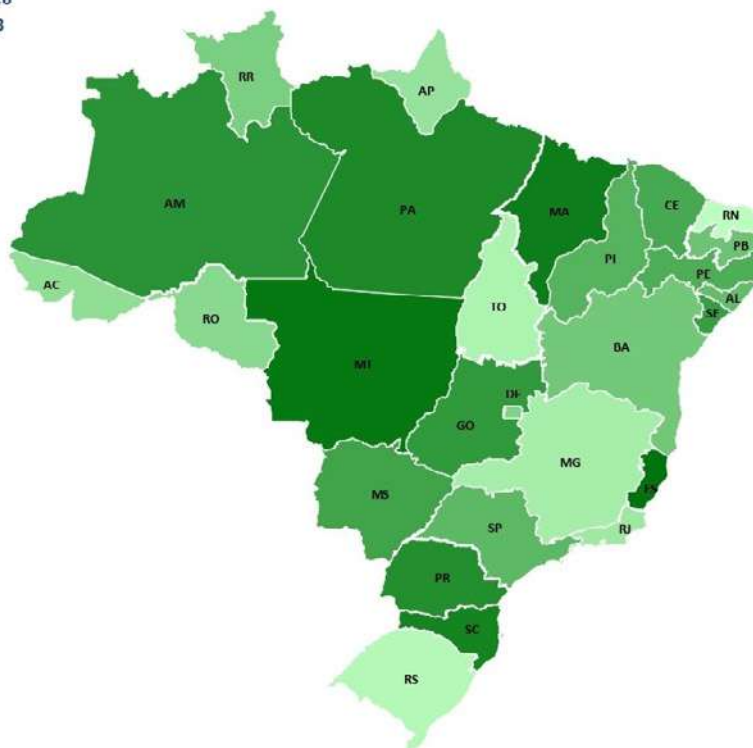
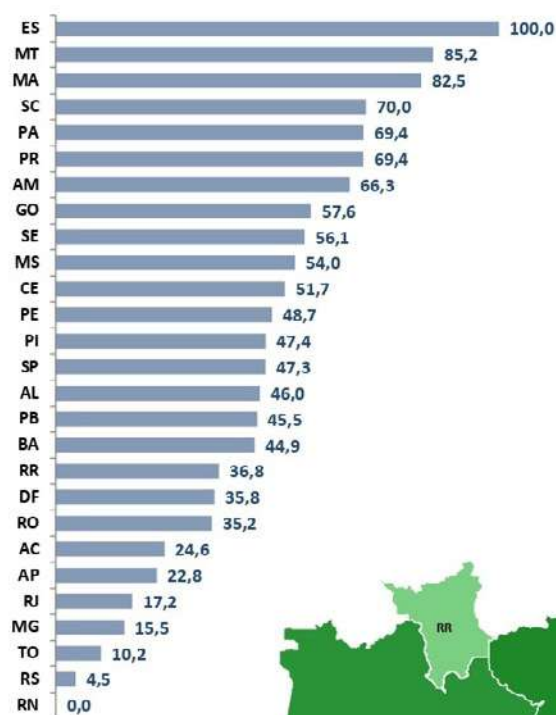
Ranking – Educação





SOLIDEZ FISCAL

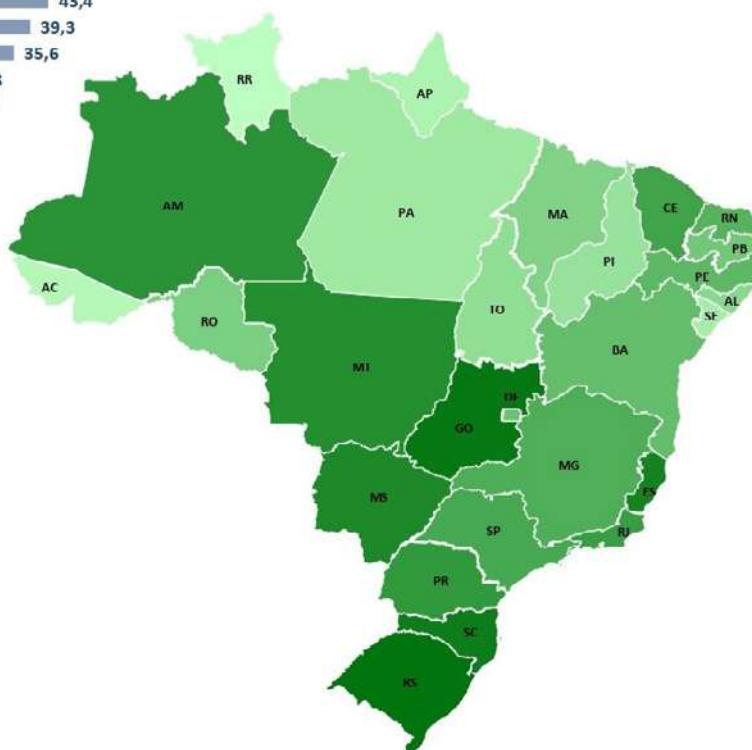
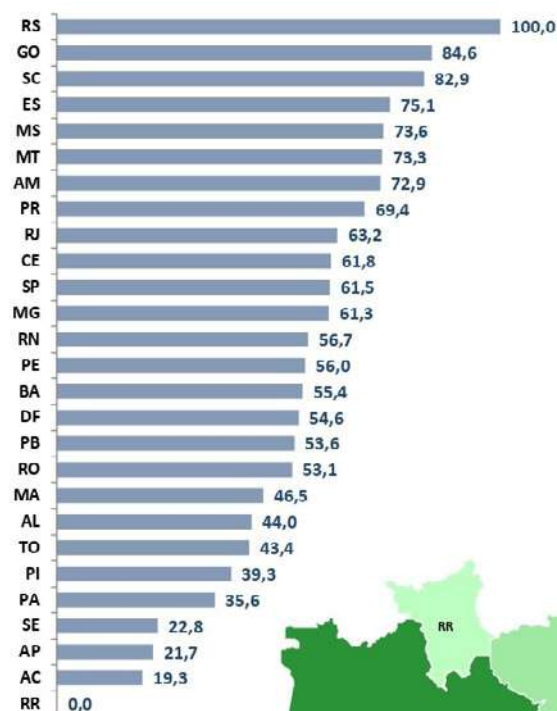
Ranking – Solidez Fiscal





EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

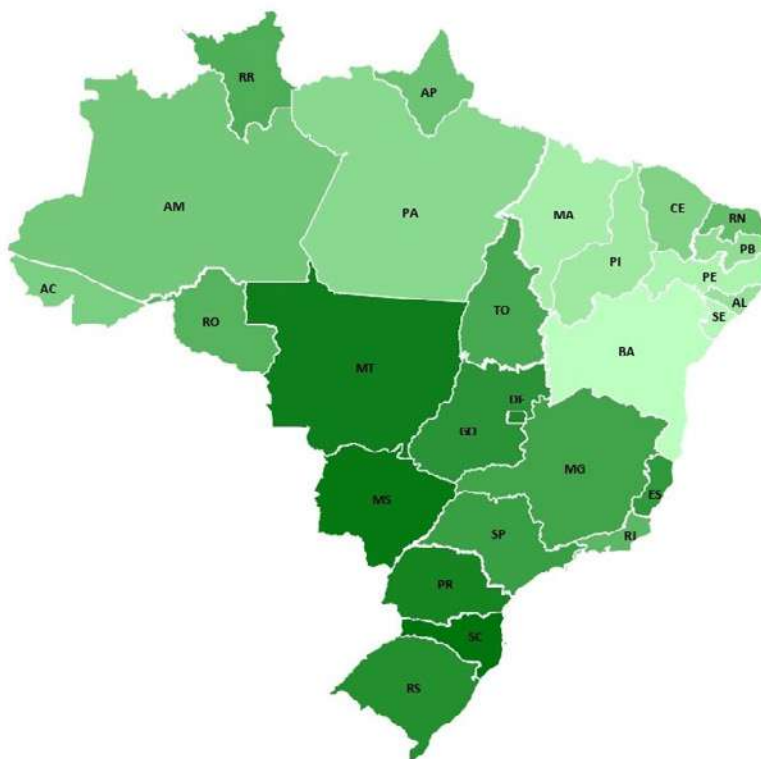
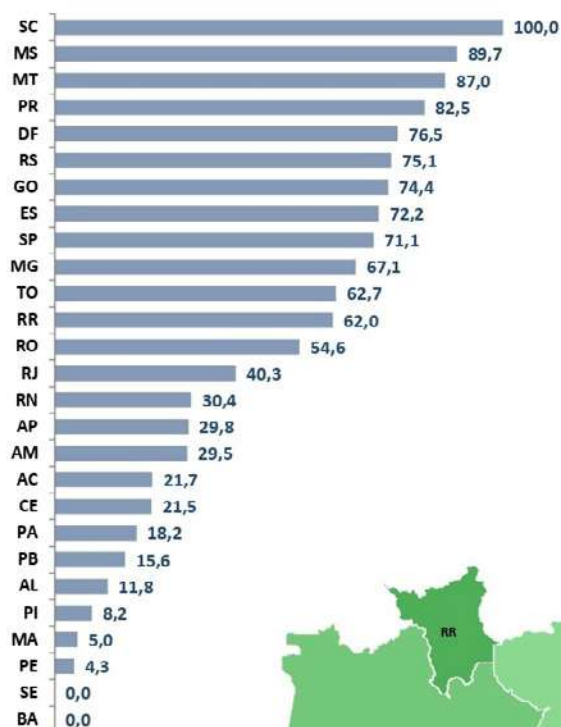
Ranking – Eficiência da Máquina Pública





CAPITAL HUMANO

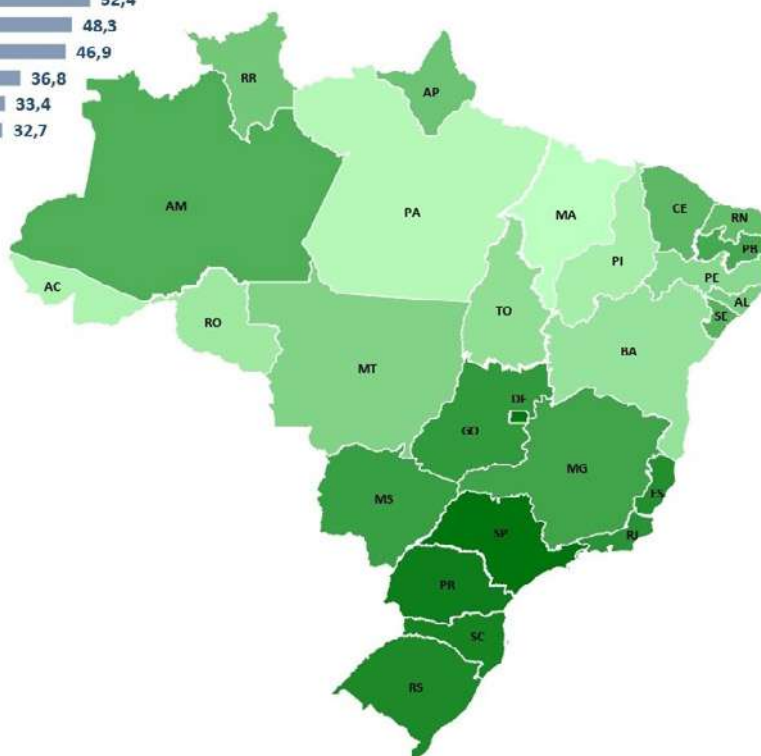
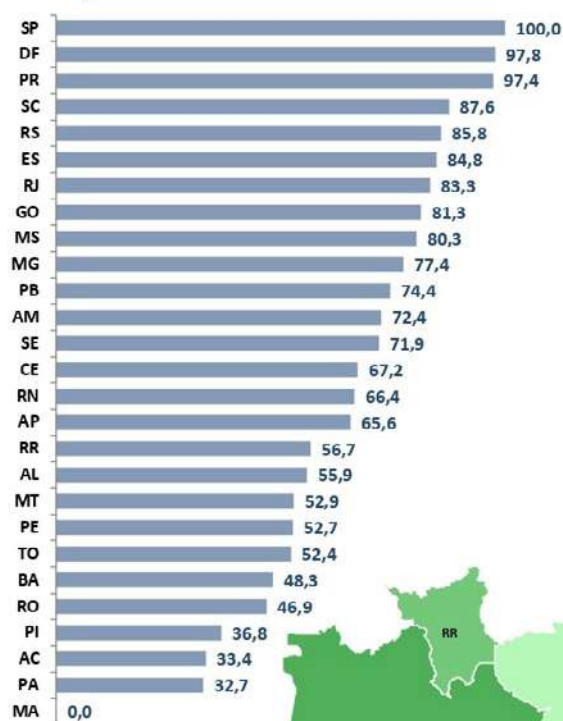
Ranking – Capital Humano





SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

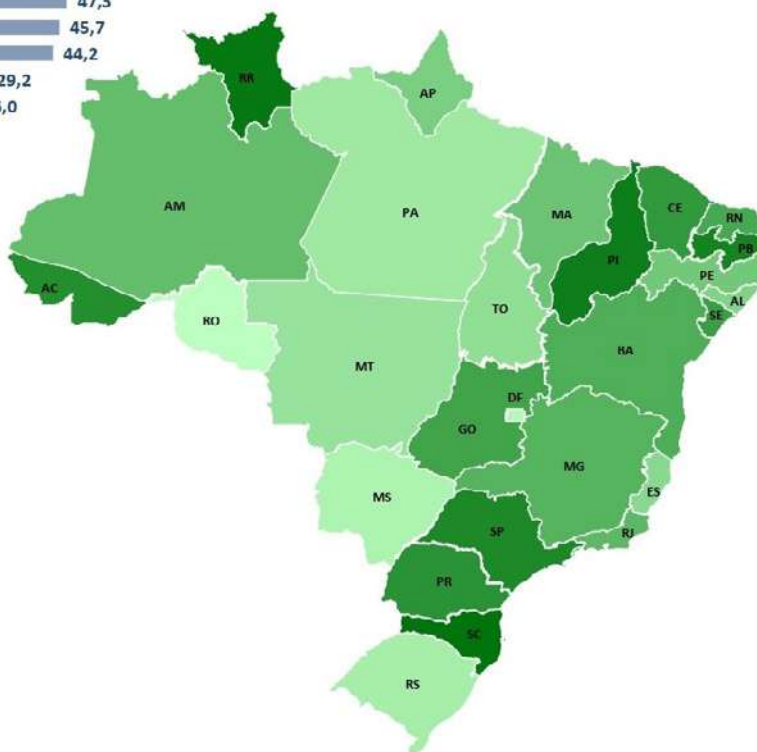
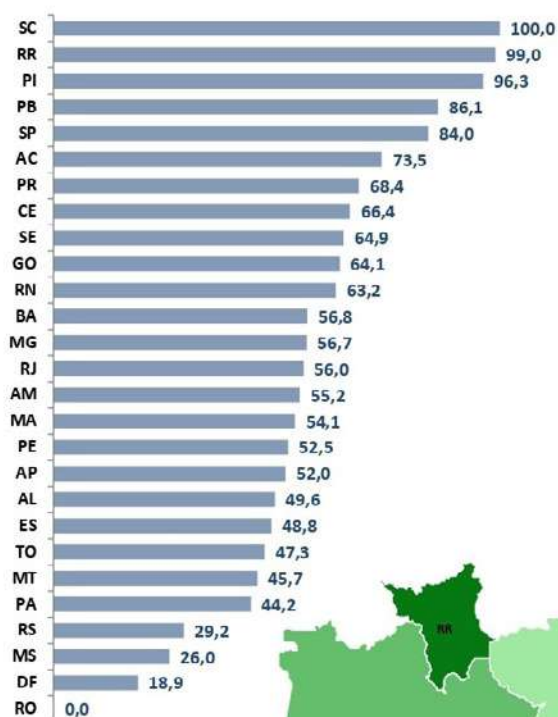
Ranking – Sustentabilidade Ambiental





POTENCIAL DE MERCADO

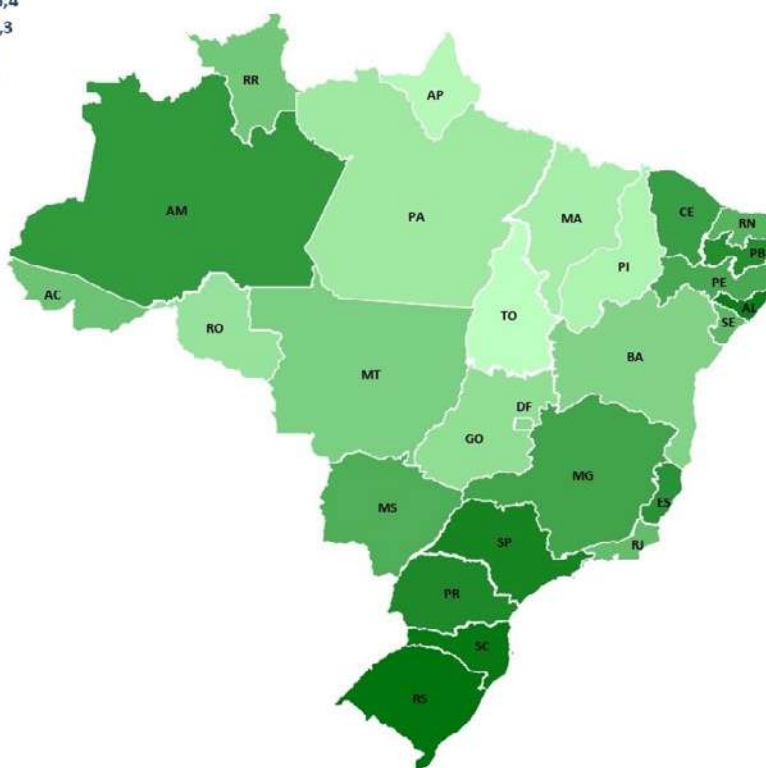
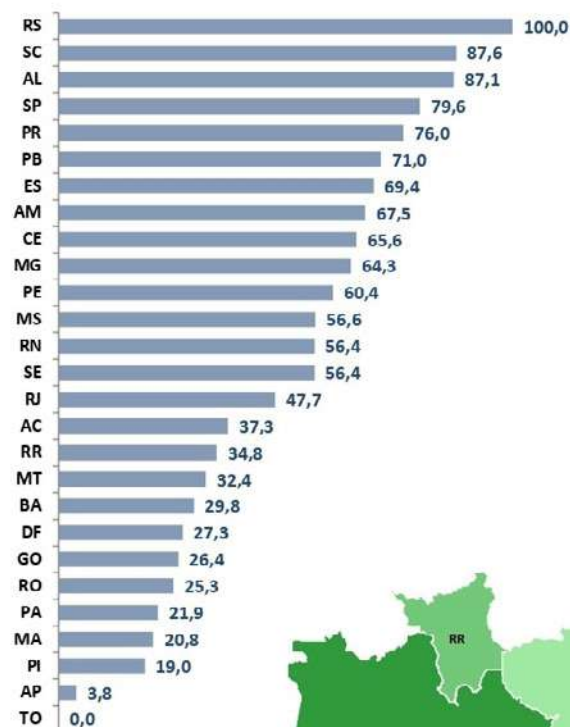
Ranking – Potencial de Mercado





INOVAÇÃO

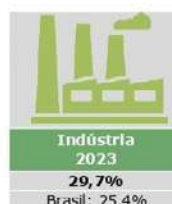
Ranking – Inovação





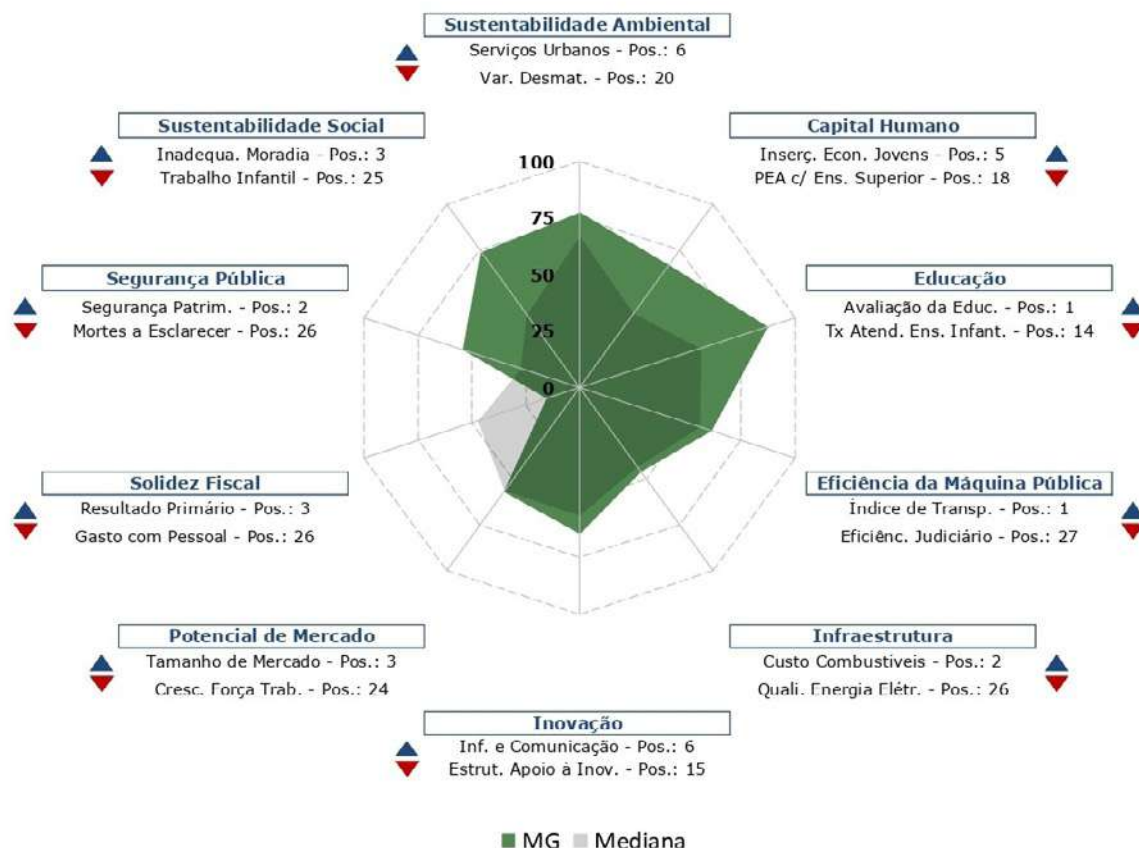
Minas Gerais

Posição no Ranking Geral: 7



Panorama do Estado:

Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

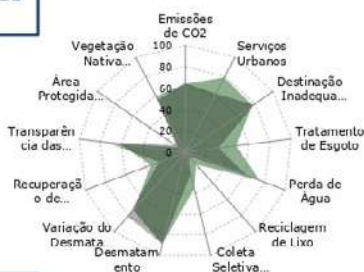


Minas Gerais

Posição no Ranking Geral: 7

Sustentabilidade Ambiental

Posição:
10



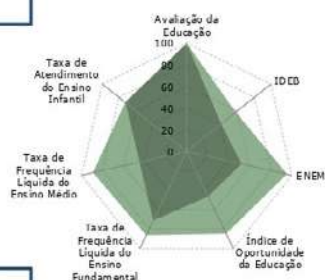
Capital Humano

Posição:
10



Educação

Posição:
3



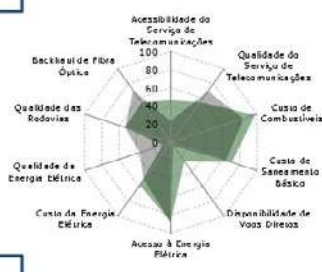
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
12



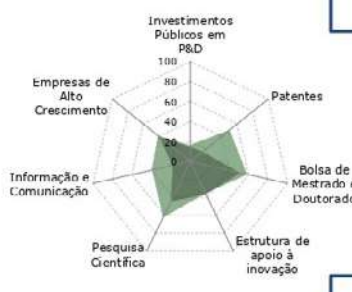
Infraestrutura

Posição:
11



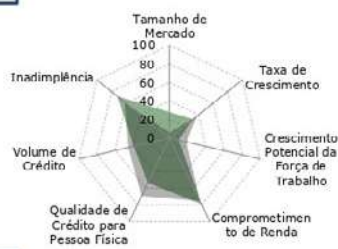
Inovação

Posição:
10



Potencial de Mercado

Posição:
13



Solidez Fiscal

Posição:
24



Segurança Pública

Posição:
8



Sustentabilidade Social

Posição:
6





AS CLASSIFICAÇÕES DE MINAS GERAIS EM RELAÇÃO A TODO O PAÍS NOS 10 PILARES ESTABELECIDOS NO ESTUDO:

Pilar	Posição no Ranking
Educação	3º
Sustentabilidade Social	6º
Segurança Pública	8º
Capital Humano	10º
Inovação	10º
Sustentabilidade Ambiental	10º
Infraestrutura	11º
Eficiência da Máquina Pública	12º
Potencial de Mercado	13º
Solidez Fiscal	24º



CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

DG Visa



Assessoria para viagens internacionais com **PETS**



Atendimento com
Danielle Gontijo

Por que contar com
auxílio especializado
para o seu pet em vez
de fazer sozinho?



Orientação para viagem de cães e gatos



Organização da documentação do pet



Checklist de vacinas e exigências



Apoio no preparo para
embarque internacional



Mais segurança, agilidade e tranquilidade



Tenha mais clareza em cada
etapa da viagem do seu pet.



Fale com a DG Visa



Ligue ou chame no WhatsApp

(31) 98850-6474



Famílias poderão fazer inventário antes de pagar imposto; veja quem mais se beneficia da nova regra

Resolução do CNJ permite lavratura da escritura de inventário e partilha sem a quitação prévia do imposto, mas especialistas alertam que tributo continua devido e pode ser exigido para o registro de imóveis



Famílias que enfrentam dificuldades para reunir dinheiro e pagar o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) antes de concluir um inventário extrajudicial ganharam uma alternativa para acelerar a partilha. A Resolução nº 695 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permite que a escritura de inventário e partilha seja lavrada mesmo sem o pagamento prévio do imposto, flexibilizando uma etapa que, na prática, podia atrasar a conclusão do procedimento.

Para especialistas em Direito de Família e Sucessões, a mudança tem potencial especialmente relevante

para famílias cujo patrimônio está concentrado em imóveis. Nesses casos, pode existir uma situação paradoxal: os herdeiros possuem patrimônio, mas não têm dinheiro disponível para quitar o imposto e, justamente por isso, ficam impedidos de acessar plenamente os bens herdados.

IMÓVEIS SÃO OS PRINCIPAIS BENEFICIADOS PELA MUDANÇA

“São as mais beneficiadas no curto prazo, sem dúvida. O problema que a Resolução 695 enfrenta é essencialmente de caixa. Imagine uma família que herdou três apartamentos avaliados em dois milhões de reais, mas

não tem vinte, trinta mil reais líquidos para pagar o ITCMD antes da escritura. Esse inventário ficava parado no cartório por meses, às vezes anos, gerando custos indiretos: IPTU acumulando, condomínio em atraso, impossibilidade de vender ou financiar o imóvel para levantar justamente o valor do imposto. É um ciclo vicioso. A resolução do CNJ quebra essa trava ao permitir que a escritura seja lavrada primeiro e o imposto seja quitado depois, inclusive com o produto da venda do próprio bem partilhado”, explica o advogado civilista Kevin de Sousa, sócio do Sousa & Rosa Advogados e especialista em Direito de Família e Sucessões.

Segundo o especialista, porém, a flexibilização não representa uma dispensa do imposto. “A escritura será lavrada sem o comprovante do ITCMD, mas o registro do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis continuará exigindo a quitação. Ou seja, a família consegue formalizar a partilha, organizar quem fica com o quê, mas só transfere a titularidade efetiva do imóvel depois de pagar o tributo. É um alívio real, não uma isenção. Os prazos tributários estaduais continuam correndo, e o atraso no recolhimento gera multa e juros normalmente”, alerta.

MAIS AGILIDADE PARA CONCLUIR O INVENTÁRIO

Na avaliação do advogado Otavio Pimentel, sócio do PHR Advogados e especialista em Direito de Família e Sucessões, um dos principais efeitos práticos da resolução é justamente retirar o pagamento antecipado do imposto como possível obstáculo à lavratura da escritura.

“Na prática, o principal benefício desta medida para os herdeiros reside na celeridade da lavratura da escritura de inventário. Atualmente, a necessidade de aguardar a homologação da declaração de ITCMD perante a Fazenda Estadual, processo que se torna ainda mais complexo quando há imóveis situados em diferentes unidades da federação, cada qual com seus ritos e prazos próprios, representa um entrave significativo. Ao permitir a conclusão da escritura de inventário extrajudicial antes do término das etapas fazendárias, a nova sistemática confere maior fluidez ao procedimento”, afirma.

O advogado ressalta, entretanto, que os herdeiros não devem interpretar a mudança como uma autorização para deixar as obrigações fiscais em segundo plano. “Vale a ressalva de que, em relação a imóveis, muito provavelmente, na hora de levar a escritura a registro, os cartórios de



registro de imóveis vão exigir que o recolhimento tenha sido feito de alguma forma ou já esteja avançado. Portanto, não é recomendável se aproveitar dessa novidade para focar somente na escritura e deixar completamente em segundo plano o recolhimento. O importante é fazer e ir tomando as providências ao mesmo tempo. Mas, havendo qualquer atraso perante alguma das Fazendas do Estado, isso não vai travar a conclusão da escritura, do ato da escritura de inventário”, explica.

REGRA PODE INFLUENCIAR ESTRATÉGIA DE DIVISÃO DOS BENS

A nova sistemática também pode trazer reflexos para o planejamento da própria partilha, ainda que não altere os direitos sucessórios dos herdeiros. De acordo com o advogado Luan Mazzali Braghetta, especialista em Direito de Família e Sucessões, a possibilidade de formalizar a divisão antes da quitação do ITCMD pode ajudar famílias a estruturar uma distribuição mais funcional do patrimônio. “A nova regra pode influenciar a forma como os bens são distribuídos entre os herdeiros durante a partilha, mas de maneira indireta, pois não

altera os direitos sucessórios nem o quinhão de cada herdeiro. O que muda é a possibilidade de lavrar a escritura de inventário e partilha antes do pagamento do ITCMD, permitindo uma divisão mais funcional do patrimônio, de modo que a falta de liquidez de um dos sucessores deixa de necessariamente paralisar todo o inventário”, diz.

O especialista destaca que o planejamento ganha importância em famílias com vários imóveis e herdeiros em situações financeiras diferentes. “A depender do caso, pode ser melhor atribuir imóveis específicos a cada sucessor e compensar eventuais diferenças com dinheiro ou outros ativos da herança, evitando que todos se tornem coproprietários de todos os bens”.

Nesse cenário, a possibilidade de antecipar a escritura pode permitir que diferentes herdeiros avancem em ritmos distintos, sem necessariamente comprometer toda a partilha. “Como a escritura poderá ser lavrada antes do pagamento do ITCMD, quem tiver condições de recolher o imposto poderá avançar com o registro do imóvel recebido, sem que a dificuldade financeira dos demais paralise toda a partilha”, conclui.

O Brasil vai às urnas no mês de outubro e muitos resultados podem ser decididos já no primeiro turno

Faltam poucos dias para as eleições. Em quatro de outubro, os brasileiros estarão aptos a ir às urnas para decidir quem vai comandar o país, quem estará à frente do estado e quem o representará no Congresso e nas Assembleias Estaduais pelos próximos anos.

O Brasil possui mais de 158,7 milhões de eleitores aptos a votar, uma alta de 1,46% em relação a 2022, sendo 136,5 milhões deles obrigatórios e 22,2 milhões facultativos — analfabetos, adolescentes de 16 e 17 anos e idosos com mais de 70 anos.

O colégio eleitoral do estado de São Paulo, com 34,4 milhões de eleitores, é maior do que a população inteira de países como o Canadá, Peru ou Marrocos e responde por mais de 21% de todos os votos do Brasil. Minas Gerais é o segundo maior colégio eleitoral do país.

Se no nível federal a polarização chama a atenção, nos estados, ela também aparece em alguns estados, mas fica misturada por um jogo de alianças com partidos de centro que ajudam a ditar o ritmo da corrida.

O PSD, liderado por Gilberto Kassab, é, provavelmente, o melhor exemplo disso. A sigla lançou 13 candidaturas ao governo, sendo que apenas 4 delas apoiam o candidato do próprio partido ao Planalto, Ronaldo Caiado.

No geral, os outros 9 usaram da estratégia de independência regional para fazer alianças específicas, dependendo do contexto. É o caso do Rio de Janeiro, em que o partido fez



aliança com o PT e disputa a corrida contra o PL.

Se olharmos para a comparação PL vs. PT, o partido de Flávio Bolsonaro fica ligeiramente na frente em candidaturas a governador, com 13, contra 12 do partido de Lula.

Ambos adotaram alianças com outros partidos, principalmente com nomes que já apareciam à frente da corrida. É o caso do Rio de Janeiro, com o apoio do PT a Eduardo Paes (PSD), e de São Paulo, com o apoio do PL a Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Em quesito de lideranças nas pesquisas, os números ficam assim:

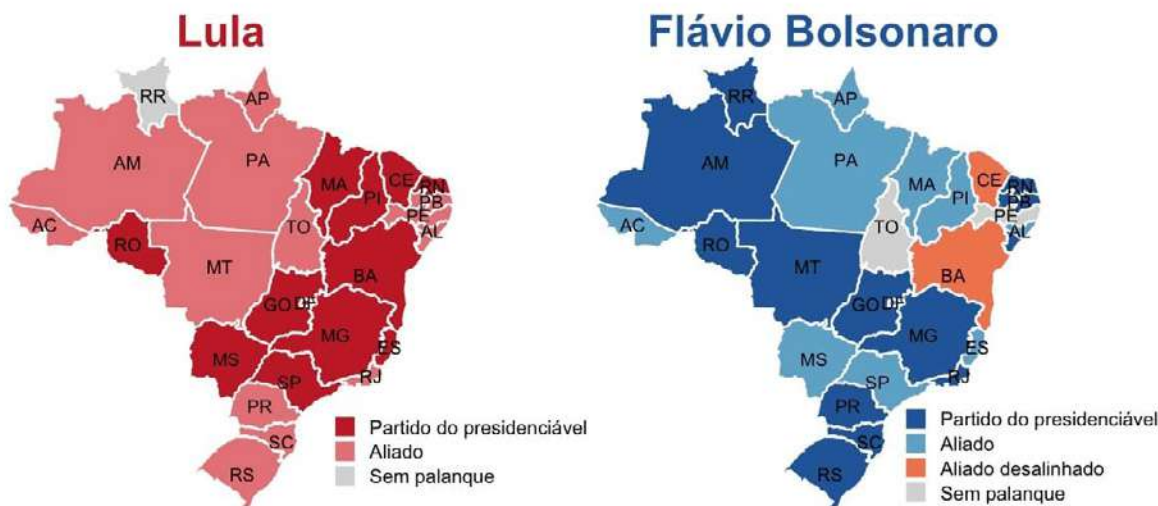
PSD: Lidera ou aparece empatado em 1º lugar com 7 candidatos. (Amazonas, Maranhão, Pernambuco, RJ, Amapá, Sergipe e Rondônia)

PL: Lidera ou aparece empatado em 1º lugar com 5 candidatos. (Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Roraima)

PT: Lidera ou aparece

Palanques estaduais nas eleições de 2026

Candidatos ao governo alinhados aos dois principais presidencialistas



Partido	Fundo Eleitoral
PL	R\$ 881 milhões
PT	R\$ 615 milhões
União Brasil	R\$ 526 milhões
PSD	R\$ 421 milhões

empatado em 1º lugar com 2 candidatos. (Piauí e Bahia)

Mas indo além dos números exatos dos partidos, existe um outro fator que aparece claro: as teias de aliança. Aqueles candidatos que não são respectivamente do partido de cada um, mas que devem estar no palanque.

Enquanto Lula consegue espalhar a sua influência através de aliados diretos em quase todos os estados, a rede de Flávio conta com apoios de grande peso, mas enfrenta situações pontuais de "aliados desalinhados".

É o caso de estados como Bahia

e Ceará, onde o partido está na coligação, mas o candidato local prefere manter distância do debate nacional.

Para bancar as candidaturas, precisa fazer a máquina girar

O fundo eleitoral liberado pelo TSE foi de R\$ 4,96 bilhões. Do total do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, quatro partidos abocanharam mais da metade da verba inteira do país:

Diferente das campanhas municipais concentradas em um só município, a eleição para governador consome fortunas em logística por cobrir

grandes territórios.

Pesquisas eleitorais devem ser vistas com absoluta cautela, mesmo a poucos dias da eleição. Em geral, o eleitor deixa para escolher suas opções na ultimíssima hora. A dificuldade de prever o resultado aumenta quando há polarização, como é o caso da eleição para a presidência da República, como neste ano e surpresas podem não se tornar nestas atuais circunstâncias. Eleições. As pesquisas precisam ser entendidas como uma foto, retratando uma situação pretérita ou alguma tendência, mas jamais um resultado já previamente definido.

Fonte: the News



A mãe de todas as reformas

Nestor de Oliveira
Jornalista e escritor

Quando o país mergulha em crises institucionais, nosso estágio atual, não existe outro caminho a seguir senão a reforma estrutural de sua organização. É profunda e preocupante a situação de crise política, econômica e social do país que parece ter sido criado para não dar certo, apesar de suas riquezas naturais e esforço de seu povo na busca de segurança, desenvolvimento e futuro melhor. A deterioração das relações entre os poderes, a insegurança geral, a perda de referências éticas e a descrença nos homens que conduzem os destinos do país, nos levam ao estágio lamentável e fragilizado, de uma nação que não acredita mais em si mesma.

Parece que todos os homens, e mulheres, que têm o poder de mudar nosso destino estão condenados a serem o que Nietzsche chamou de “O último homem”. Ele é o niilista passivo, arquetípico, cético radical que nega a realidade de um propósito, o sentido ou valor intrínseco da existência, cansado da vida e de suas crenças, não corre riscos e busca o próprio conforto e segurança, incapaz de construir e agir, não tem sonhos. O último homem é a meta que a sociedade estabeleceu para si própria, a cultura de buscar apenas o conforto passivo, a rotina, evitando tudo que poderia trazer riscos, dor ou decepção. Nada cria, não age, vê o mundo em sua volta passivamente, alheio a tudo que o cerca, desacreditando nos sonhos e mudanças necessárias para sua própria evolução social. Acima de tudo, uma vítima dos encantadores de mulhões e de si mesmo.



A política e a democracia nasceram para servir à sociedade, ordená-la, criar espaço para a construção de soluções para o estado e seus diversos problemas, defender os interesses da pátria e a busca de melhores dias, garantia de estabilidade e segurança jurídica para todos os cidadãos. O interesse coletivo é senhor de todas as decisões, não suportando que o poder seja usado em favor de vantagens pessoais ou corporativas, destruindo a credibilidade necessária à sua própria existência. Permitir que princípios e valores se tornem flexíveis é matar a essência da política e da democracia, é a corrosão das virtudes essenciais à governabilidade e representação legítima dos cidadãos.

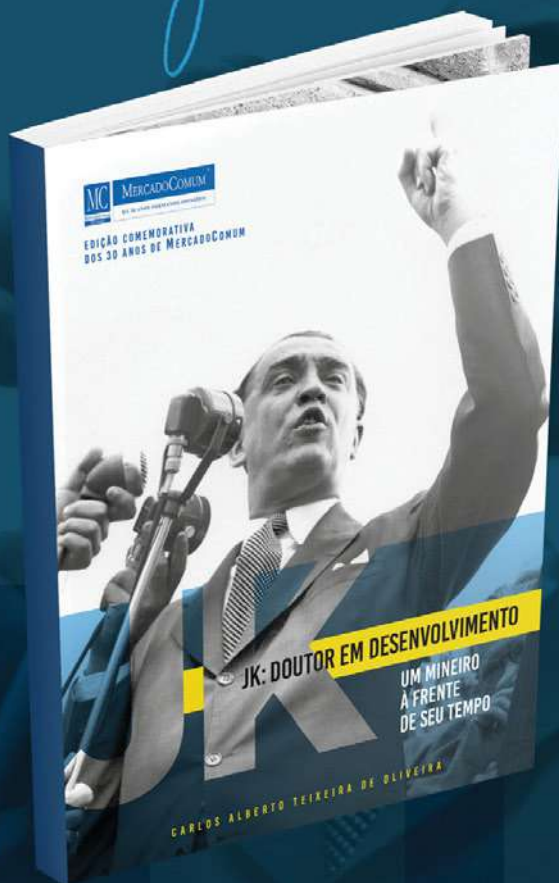
A história nos mostra que as crises são a antevéspera das grandes soluções, sejam através das reformas ou do sangue. Somos um povo pacífico, trabalhador, acostumado a solucionar problemas e encontrar caminhos que nos conduzam à superação. Cabe à política, aos homens que a conduzem,

encontrar as soluções, evitar rupturas indesejáveis, construir uma reforma e renovação institucional profunda, que não seja para satisfazer interesses casuísticos destinados a atender oportunos interesses eleitorais.

É urgente reformar a representação popular, partidos, reduzir privilégios e acabar com domínios e espaços criados por uma elite econômica e de funcionários públicos, notadamente do judiciário, deputados e privilegiados do executivo. O abismo que se abre a nossa frente, desenhado pela irresponsabilidade dos atuais condutores do estado, precisa ser evitado, ou nele a nação perecerá. Também é urgente que tenhamos de volta a moralidade pública, o respeito à honra, a prática da ética, o preceito da dignidade e fazer voltar valores usurpados e feridos pela corrupção de indignos homens que ocupam lugares estratégicos do poder brasileiro. Vale lembrar o artigo primeiro da Constituição: “Todo poder emana do povo e através de seus representantes, em seu nome será exercido”.

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE - MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADO COMUM®

JÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

Evento empresarial em SP discutiu o futuro da economia brasileira

Realizado por Portugallo Investimentos e com significativa presença de empresários, foi realizado, no dia 10 de setembro, almoço-palestra com o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega que discorreu sobre o tema “O futuro da economia brasileira: o que está em jogo nas eleições de 2026?”

Magda Portugal, presidente da Portugallo fez a apresentação do palestrante e coordenou os debates. O economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, presidente/editor geral de MercadoComum encerrou a iniciativa fazendo uma análise retrospectiva e atual da economia brasi-

leira, realçando os seus principais gargalos e entraves ao desenvolvimento nacional.

O evento ocorreu no restaurante Varanda Grill, no Jardim Paulista, na Capital paulista.



Magda Portugal abrindo o evento



Ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega



Equipe da Portogallo Investimentos com Mailson da Nóbrega e Carlos Alberto Teixeira



Magda Portugal e ministro Mailson da Nóbrega



Magda Portugal convida Carlos Alberto Teixeira para a sua apresentação



Carlos Alberto Teixeira durante a sua apresentação



Público participante



Vista parcial do evento



Carlos Alberto Teixeira, Glauca Nasser e Sérgio França



Fabrício Quirino, Cledorvino Belini e esposa



João Carlos, Fabrício, Carlos Alberto, Roberto Baraldi, Leonardo e Manoel Guimarães



Mario Milelli, Manoel Ferreira Guimarães, Fabrício Quirino, Glauca Nasser e Carlos Alberto Teixeira



Mailson da Nóbrega e Milton Luiz de Melo Santos



João Carlos, Fabrício, Manoel Guimarães, Mailson, Leonardo e Cledorvino Belini



Carlos Alberto Teixeira, Glauca Nasser, Mailson da Nóbrega e Manoel Ferreira Guimarães



Mario Milelli, Fabrício Quirino, Magda Portugal e Carlos Alberto Teixeira



João Carlos Amaral, Carlos Alberto Teixeira, Glauca Nasser e Sérgio França

Por que tanta gente perde dinheiro nas bets? As armadilhas por trás das plataformas

Antes vistas apenas como entretenimento, as apostas esportivas online passaram a ocupar um espaço cada vez maior no orçamento de milhões de brasileiros e, em muitos casos, também nas estatísticas de endividamento. Impulsionadas por publicidade massiva, influenciadores digitais e pela promessa de ganhos rápidos, as chamadas "bets" vêm sendo confundidas com uma forma de investimento, percepção que especialistas consideram equivocada e potencialmente perigosa.

Para o mestre em Administração e professor da Newton Paiva Wyden, Franz Petrucelli, a primeira mudança de mentalidade precisa ser justamente compreender que apostar não é investir. "As apostas esportivas online não são investimentos, e tratá-las dessa forma é um erro conceitual e financeiro bastante perigoso. Embora utilizem termos emprestados do mercado financeiro, como gestão de banca ou análise de valor, a lógica matemática e o risco das apostas são completamente diferentes dos investimentos", afirma.

Segundo o professor, o crescimento do setor não pode ser explicado apenas pela popularização das plataformas, mas também pela forma como elas são estruturadas para estimular o comportamento do usuário. "A grande armadilha está na maneira como as casas de apostas apresentam o produto. Elas utilizam uma roupagem que remete às finanças, mas a mecânica é desenhada para enfraquecer o controle financeiro do indivíduo. O que começa como uma brincadeira pode evoluir para o endividamento, impulsionado pela ilusão de controle, pela gamificação das plataformas e pelo intenso bombardeio publicitário", explica.

A consequência desse processo já preocupa especialistas em educação financeira. Muitas pessoas passam a enxergar as apostas como uma oportunidade de complementar a renda ou recuperar perdas financeiras, quando, na



prática, acabam comprometendo despesas essenciais do orçamento doméstico.

Segundo Petrucelli, confiar apenas no autocontrole não é suficiente para evitar esse cenário. "Os aplicativos são desenvolvidos justamente para estimular o impulso de continuar apostando. Por isso, é importante criar barreiras antes que esse impulso aconteça. Blindar o orçamento, automatizar investimentos e contas fixas e acompanhar claramente o quanto já foi perdido são estratégias que ajudam a proteger as finanças", orienta.

ENDIVIDAMENTO SILENCIOSO

Um dos aspectos mais preocupantes das apostas esportivas, segundo o especialista, é que os problemas financeiros costumam surgir de forma discreta. Ao contrário de outras formas de consumo, muitos apostadores escondem as perdas por vergonha, dificultando que familiares e amigos percebam a gravidade da situação. "O endividamento provocado pelas apostas costuma acontecer silenciosamente. A pessoa passa a negligenciar pequenas contas, perde o foco no trabalho e evita falar sobre o assunto. Um sinal importante é quando ela tenta passar alguns dias sem acessar os aplicativos

e sente ansiedade, irritação ou a sensação de que está perdendo uma oportunidade de ganhar dinheiro", alerta.

COMO SAIR DO CICLO

Para quem já percebeu que perdeu o controle sobre os gastos com apostas, o primeiro passo é reconhecer o problema e interromper o ciclo de impulsividade. "Reconhecer que houve perda de controle já representa um avanço importante. Depois disso, é preciso dar nome e dimensão ao problema, calcular os prejuízos acumulados e compartilhar a situação com alguém de confiança. O ciclo das apostas se alimenta do imediatismo e do segredo; quebrá-lo exige transparência e ações práticas", destaca Franz Petrucelli.

Na avaliação do professor, fortalecer a educação financeira tornou-se uma medida essencial em um cenário no qual plataformas de apostas utilizam recursos tecnológicos e estratégias de engajamento cada vez mais sofisticadas. "Mais do que ensinar as pessoas a economizar, a educação financeira hoje também precisa prepará-las para reconhecer armadilhas comportamentais e proteger o próprio patrimônio diante de ambientes desenhados para estimular decisões impulsivas", conclui.



Bruno Avelar: depois te explico

Carlos Frederick Gontijo Teixeira

Sócio fundador da HUBBIZ & Potenciano CPA



Conheci o Bruno Avelar antes dos grandes palcos do Poder do Network. Trabalhei ao lado dele quando, apesar de o evento já ter nascido grande, a empresa por trás dele ainda funcionava de forma improvisada dentro da sua casa. Entre planos que pareciam impossíveis, discussões, aprendizados e muitas conexões, tive a oportunidade de conhecer de perto um Bruno que talvez nem todos tenham conhecido.

Quando me tornei CFO do Poder do Network, o Poder do Network ainda não precisava de um CFO. Eu já conhecia o Bruno socialmente. Tínhamos amigos em comum e, além disso, morávamos muito perto um do outro

em Orlando, na Flórida. Desde os primeiros contatos, uma característica dele me chamou muito a atenção: ele era extremamente sociável e transitava com uma facilidade impressionante entre pessoas ricas e famosas.

E, talvez, o que mais me intrigasse fosse justamente o fato de ele estar longe daquele estereótipo do playboy socialite.

O Bruno era gordinho, careca, não se vestia particularmente bem e, certamente, não correspondia ao que normalmente se imagina quando pensamos em alguém que circula com tanta naturalidade naquele meio. Mas

bastaram algumas visitas à casa dele para eu começar a cruzar com pessoas como César Menotti e Fabiano, Carolina Dieckmann, Rubinho Barri-chello, entre tantas outras.

Ele simplesmente sabia se relacionar com as pessoas.

Entre os empresários de seu círculo estava Fábio Ruiz, para quem eu já havia trabalhado na área financeira. Fábio aconselhava o Bruno nos negócios e foi também um dos primeiros palestrantes do Poder do Network.

Foi através de um convite dele que, em 15 de janeiro de 2022, parti-

cipei da primeira edição do Poder do Network, em Orlando.

Naquele dia, eu estava ali como mero convidado. O que eu não sabia era que havia uma segunda intenção naquele convite: Fábio queria que eu conhecesse o projeto porque havia sugerido meu nome ao Bruno.

O evento já nasceu grande. Aquela primeira edição reuniu cerca de 1.400 pessoas. Mas a empresa por trás daquele palco ainda era outra história.

Pouco depois, recebi a proposta para assumir a área financeira do Poder do Network. Ou, como o Bruno gostava de dizer, para ser o **CFO do Poder do Network**.

A pompa do título era inversamente proporcional à estrutura da empresa. Não havia funcionários na folha de pagamento. A empresa era recém-constituída. O escritório funcionava de maneira improvisada dentro da casa do Bruno. Quando cheguei para trabalhar, mal havia um lugar adequado para eu me sentar e, o laptop que me deram, era emprestado da própria família dele.

Lembro que pensei: “Meu Deus, o que foi que eu fiz?”

Eu havia deixado outro emprego para estar ali. O Bruno, inclusive, tinha me oferecido uma remuneração competitiva para me convencer a fazer aquela mudança. Talvez eu tivesse confiado demais na credibilidade que Fábio me passava.

Mas não demorou muito para eu começar a entender o Bruno.

Hoje, quando penso naquele título de CFO — que, convenhamos, de CFO tinha muito pouco naquele momento —, não acho que fosse uma tentativa de me enaltecer. Acho que dizia muito mais sobre a maneira como o Bruno enxergava aquilo que estava construindo.



Para ele, aquela empresa seria grande.

Não era exatamente uma expectativa. Era quase uma certeza.

O futuro já tinha acontecido na cabeça dele

O Bruno era obstinado pelo que fazia. E praticamente todo o seu comportamento era orientado por uma convicção absoluta de que aquilo daria certo.

Ele assumia compromissos que eu considerava malucos. Fazia planos mirabolantes que dependiam de pessoas que ainda não estavam envolvidas com o projeto. Às vezes, de

pessoas que ele sequer conhecia. E falava sobre aquilo como se já estivesse combinado.

Eu olhava para as planilhas, para a estrutura que tínhamos naquele momento e para os recursos disponíveis. O Bruno olhava para alguma coisa que, aparentemente, só ele conseguia enxergar. Para ele, seus planos não pertenciam exatamente ao futuro. De alguma forma, já estavam materializados

Isso me aterrorizava. E, ao mesmo tempo, me impressionava muito.

Com o crescimento do Poder do Network, comecei a perceber que havia método por trás de pelo menos uma parte daquela aparente loucura.

O Bruno acordava pensando basicamente em duas coisas: no próximo Poder do Network e em quem precisava conhecer para fazer aquele próximo evento acontecer.

Foi convivendo com ele que pude observar aquilo que, na minha opinião, era seu maior talento: a capacidade de construir conexões intencionais através do servir.

O Bruno identificava alguém de quem queria se aproximar. A partir daí, procurava entender aquela pessoa: seus interesses, aquilo de que gostava e, principalmente, seus problemas. Depois colocava sua rede para trabalhar.

Se pudesse fazer uma conexão estratégica, fazia. Se descobrisse um presente que tivesse significado especial para aquela pessoa, encontrava uma maneira de consegui-lo. Se houvesse um problema difícil que pudesse ajudar a resolver, mobilizava quem fosse necessário. É importante dizer que havia intenção nisso. O Bruno sabia de quem queria se aproximar.

Mas havia também uma diferença importante entre o que ele fazia e simplesmente se aproximar de alguém para pedir alguma coisa. Antes de tentar extrair valor daquela relação, o Bruno procurava gerar valor para ela. Um de seus bordões resumia muito bem essa filosofia: “Seja interessante sem ser interesseiro.”

UMA LIGAÇÃO

Lembro de um episódio que talvez explique isso melhor do que qualquer teoria. O Poder do Network havia acabado de lançar a mentoria do Bruno. Certo dia, um dos mentorados foi até nosso improvisado escritório para dizer que queria cancelar. O Bruno perguntou o motivo. Ele respondeu que havia entrado na mentoria principalmente para fazer networking. Tinha conhecido pessoas interessantes, mas, como empresário do setor de higiene



pessoal, não havia feito nenhuma conexão que considerasse realmente estratégica para seu negócio.

O Bruno perguntou: — Com quem você mais gostaria de se conectar? A resposta foi José Carlos Semenzato. O empresário explicou que já havia tentado se aproximar dele. Entrara em uma confraria de vinhos da qual Semenzato participava, frequentara alguns dos mesmos ambientes, mas nunca tinha conseguido efetivamente conversar com ele.

O Bruno pegou o celular. Ali, na frente dele, fez uma chamada de vídeo para Semenzato e conseguiu uma reunião para seu mentorado. Eu não sei dizer se aquela reunião resultou

em algum negócio entre os dois. Sei, no entanto, que aquele mentorado que tinha ido até lá para cancelar acabou se tornando posteriormente palestrante e sócio do Poder do Network. Esse era o Bruno!

DEPOIS TE EXPLICO

Quem conviveu com ele provavelmente consegue visualizar a cena. O dedo indicador esticado horizontalmente, fazendo algumas voltas no ar. No rosto, aquela expressão de quem estava aprontando alguma coisa. E então: “Depois te explico.”

O bordão ficou conhecido entre as pessoas que o acompanhavam e foi muito lembrado nas homenagens feitas a ele logo depois de sua morte.



Eu ouvi alguns “depois te explico” ao longo do caminho. Um deles merece ser contado.

Certa vez, o Bruno descobriu que uma pessoa de quem ele queria muito se aproximar tinha o desejo de construir uma quadra de beach tennis em sua casa, em Orlando. O Bruno já tinha uma quadra em casa. Como trabalhávamos praticamente lado a lado, em algum momento comecei a ouvi-lo pedindo a um empreiteiro um orçamento para construir outra. Não fazia muito sentido. Depois vieram as negociações.

O Bruno tentava reduzir alguns milhares de dólares do orçamento

oferecendo, em troca, divulgação da empresa do empreiteiro em seu evento e no Instagram. Negociava mais um pouco oferecendo a indicação de um cliente. Em seguida, ligou para outra pessoa para saber se ela não queria “inteirar” o restante do valor. Em contrapartida, o Bruno garantiria que o doador também se aproximasse daquela pessoa que receberia a quadra. Era uma pequena operação sendo montada diante de mim. E, diante da minha evidente dificuldade para entender o que estava acontecendo, veio o dedo girando no ar: — Depois te explico.

O Bruno conseguiu construir a

quadra. Mais importante para esta história: tornou-se amigo muito próximo daquela pessoa que, posteriormente, também se tornou um dos palestrantes que mais participaram das edições do Poder do Network.

Seria ingênuo dizer que o Bruno fazia essas coisas sem interesse algum. Havia interesse. Havia estratégia. Muitas vezes havia um objetivo bastante claro. Mas acho que o outro bordão dele ajuda a explicar a diferença: “Seja interessante sem ser interesseiro.”

O interesseiro desaparece quando consegue aquilo que queria.

O Bruno, não.

Vi várias daquelas aproximações inicialmente intencionais se transformarem em relações genuínas. Pessoas de quem ele queria se aproximar passavam a frequentar sua casa, tornavam-se amigas e permaneciam em seu círculo, muito depois de qualquer interesse profissional imediato.

Talvez essa fosse uma das razões pelas quais ele conseguia fazer aquilo com tanta naturalidade.

“MUITAS QUANTAS?”

Durante aquele período, curto mas muito intenso, aprendi algumas coisas com o Bruno. Ele não tinha uma grande formação acadêmica formal. Muito do que sabia parecia ter vindo da própria vida, dos negócios e, principalmente, de sua capacidade de observar pessoas.

Uma das lições que ficaram comigo nasceu de uma coisa aparentemente banal.

Às vezes eu chegava para ele e dizia: - Bruno, tem muita gente reclamando disso. Ele me interrompia: Muita gente quanto? Eu insistia: - Muitas pessoas Bruno. E ele, calmamente: - Eu quero saber o número. Muitas quanto? Quando eu finalmen-

te respondia: - Três,,, quatro pessoas. Ele dizia: - E desde quanto três ou quatro são muitas pessoas? Parece simples, mas nunca esqueci.

Era curioso porque o mesmo homem capaz de planejar um evento contando com a participação de alguém que nem conhecia, ainda não aceitava que eu transformasse três reclamações em “muita gente”. O Bruno acreditava facilmente no improvável. Em argumentos vagos nem tanto.

NEM TUDO SE APRENDE NA FACULDADE

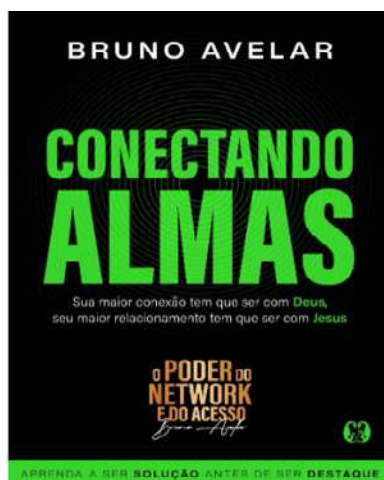
Naturalmente, aquele jeito de fazer as coisas também tinha um custo. Minha formação e minha experiência profissional sempre me levaram a olhar uma empresa através de controles, processos, sistemas e governança.

O Bruno tinha pouquíssima paciência para isso.

O que eu chamava de método, muitas vezes ele chamava de burocracia. O que eu enxergava como controle, ele podia enxergar como algo que simplesmente tornava a empresa mais lenta. Isso gerou inúmeros embates entre nós. Alguns muito mais acalorados do que deveriam ser. Em pelo menos uma ocasião, estivemos perigosamente perto de deixar de resolver nossas diferenças apenas com palavras.

Em uma dessas discussões, depois de eu provavelmente ter usado todos os argumentos técnicos que conhecia, o Bruno me disse: — Nem tudo se aprende na faculdade. E aquilo acabava com a minha argumentação. Porque, por mais anos de estudo que eu tivesse e por mais que acreditasse naquilo que estava tentando implementar, havia um fato inconveniente diante de mim: Era ele quem estava fazendo aquilo acontecer.

Com todas as suas imperfeições, improvisos e resistência aos proces-



sos que eu tentava criar, o Poder do Network crescia. Só fui descobrir muito tempo depois o que o Bruno realmente pensava sobre parte do trabalho que eu havia feito.

Quando encerrei minha atuação executiva no Poder do Network ainda permaneci, por aproximadamente três meses, ajudando a empresa como consultor de gestão. Nosso relacionamento profissional já estava chegando definitivamente ao fim.

Na véspera de um Natal, o Bruno parou na porta da minha casa. Ele estava entregando alguns presentes. E me disse:

— Estou presenteando apenas as pessoas que fizeram a diferença. E você fez com que o Poder do Network

se tornasse uma empresa.

Não me lembro de ter recebido dele, durante todo o tempo em que trabalhamos juntos, reconhecimento mais significativo do que aquele. Principalmente porque veio do Bruno.

O QUE ELE FEZ COMIGO

Pouco tempo depois de começar a trabalhar com o Bruno, contei a ele que tinha vontade de empreender. Não sabia exatamente quando faria isso. Sabia apenas que, em algum momento, queria construir meu próprio negócio.

Enquanto isso, fui sendo exposto ao mundo que existia em torno do Poder do Network.

Viajei com o evento por diferentes estados americanos. Conheci palestrantes, centenas de mentores, empresários e empreendedores brasileiros espalhados pelos Estados Unidos. E comecei a enxergar uma oportunidade.

Percebi que poderia fazer por outros empresários parte daquilo que fazia pelo Bruno: ajudá-los com gestão financeira, compliance, controles e governança.

Em determinado momento, a ideia deixou de ser apenas vontade de empreender. Eu tinha um conceito de negócio. contei para o Bruno. E ele fez exatamente aquilo que sempre fazia.

Pensou em alguém.

Imediatamente entrou em contato com uma contadora de seu relacionamento e, à maneira do Bruno de resolver as coisas, praticamente “fez” com que ela se tornasse minha sócia naquele novo empreendimento.

Depois vieram os primeiros clientes.

Alguns foram indicados diretamente por ele. Outros surgiram dos relacionamentos que eu havia cons-

truído enquanto trabalhava no Poder do Network. Alguns deles continuam comigo até hoje.

É impossível saber qual teria sido minha trajetória se eu não tivesse aceitado aquela proposta e chegado naquele escritório improvisado, sem ter direito nem a uma mesa adequada e usando um laptop emprestado.

E não pretendo atribuir ao Bruno escolhas e conquistas que, naturalmente, também dependeram de mim e de tantas outras pessoas.

Mas existe algo que posso afirmar.

Durante anos, o Bruno falou sobre o poder do network. Ensinou pessoas a construir relacionamentos, aproximou empresários e colocou gente que provavelmente jamais se encontraria sentada à mesma mesa.

Eu poderia terminar esta homenagem tentando explicar por que acredito que ele estava certo.

Não preciso.

Hoje, quando olho para a empresa que fundei, para algumas das pessoas que participaram de sua origem e para clientes que permanecem conosco até hoje, encontro conexões que começaram naquele pequeno escritório improvisado na casa do Bruno.

Talvez eu tenha demorado alguns anos para perceber.

Mas, no final, o Bruno fez comigo exatamente aquilo que passou a vida ensinando aos outros.

Depois te explico.

****Bruno Avelar (1985–2026)** foi um empresário, palestrante, escritor e influenciador brasileiro natural de Belo Horizonte, conhecido por idealizar o projeto O Poder do Network voltado a conexões profissionais*



e empreendedorismo estratégico. Morou fora do Brasil por mais de 20 anos, com passagens por países da Europa e pelos Estados Unidos. Participou do programa Operação Mesquita no SBT e atuou como apresentador oficial dos leilões beneficentes do Instituto Projeto Neymar Jr

É autor de livros como Página 67, Conectando Almas e Descubra seu Nível de Maturidade.

Nas redes sociais, onde reunia mais de 650 mil seguidores, Bruno costumava compartilhar registros de viagens, palestras e encontros com empresários e celebridades. Bruno Avelar morreu em 22 de setembro de 2026, aos 41 anos, em um acidente de helicóptero na Serra Catarinense (região de Urubici), tragédia que também vitimou o cantor sertanejo Rick (da dupla com Renner) e outros ocupantes.

Os vencedores do 28º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – MercadoComum - 2026

XXVIII PRÊMIO
MINAS
DESEMPENHO
EMPRESARIAL
MERCADO COMUM
MELHORES E MAIORES EMPRESAS - 2026



CONDECORAÇÃO

AC Minas

Medalha JK
Medalha Barão de Mauá
Medalha Itamar Franco

Apoio Especial



Apoio Institucional



Realização



Estão confirmadas as empresas/instituições agraciadas do **XXVIII Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores Empresas – MercadoComum - 2026**, considerado o “**Oscar da Economia de Minas Gerais**” e que, neste ano, será novamente realizado conjuntamente com a entrega das Condecorações da AC MINAS – Associação Comercial e Empresarial de Minas.

A solenidade de premiação ocorrerá às 19 horas do dia 16 de novembro, no Salão de Recepções do Minas Tênis Clube II, à Av. dos Bandeirantes, 3223 – Bairro Mangabeiras – Belo Horizonte– MG., seguida de Coquetel de Confraternização para um público estimado em 500 participantes.

O objetivo da premiação é homenagear o conjunto de empresas, listadas a seguir, que mais se destacaram em Minas Gerais durante os anos de

2026/2025, em função de suas atividades econômicas, desempenho operacional e resultados financeiros.

As empresas agraciadas foram definidas através de um processo eminentemente técnico que teve, como sustentação e fundamentação, as informações e dados relativos ao estudo intitulado **XXX Ranking de Empresas de Minas Gerais**, o qual será divulgado em edição especial, de MercadoComum, a circular no mês de dezembro próximo.

As empresas participantes deste **XXX Ranking de Empresas Mineiras possuem sede em Minas Gerais** e tiveram os seus balanços e demonstrações de resultados publicados até o dia 04 de setembro último – além daquelas que também os encaminharam, diretamente, à Redação de MercadoComum para estudo e análise, até aquela data.

A escolha das empresas premiadas é definida, fundamentalmente, por sua efetiva contribuição à economia e ao desenvolvimento de Minas Gerais, considerando-se também outros elementos, tais como: agregação de valor; inovação e absorção tecnológica; expansão de vendas; integração nacional e internacional; governança corporativa; competitividade e produtividade; geração de riqueza; transparência; liquidez; geração de renda e de emprego; contribuição de impostos; EBITDA; sustentabilidade; respeito ao consumidor; “compliance” visão de futuro e integração junto à sociedade da qual participa e integra.

As variáveis mais relevantes que determinam a escolha das empresas vencedoras são: equilíbrio econômico-financeiro; lucratividade e crescimento da receita operacional; governança corporativa; transparência e respeito ao consumidor.



O XXX RANKING DE MINAS GERAIS DIVULGARÁ OS SEGUINTE DADOS:

- As 300 Maiores Empresas de Minas por Ordem Alfabética;
- As 300 Maiores Empresas de Minas por Receita Operacional Líquida
- As 300 Maiores Empresas de Minas por Setor Econômico;
- As 100 Maiores Empresas de Minas por Lucro Líquido;
- As 100 Maiores Empresas de Minas por Patrimônio Líquido;
- As 100 Maiores Empresas de Minas por Ativos Totais;
- As 100 Maiores Empresas de Minas por Crescimento de Receitas
- As 50 Maiores Empresas de Minas por Retorno do Patrimônio Líquido
- As 50 Maiores Empresas de Minas em Ebitda
- As 50 Maiores Empresas de Minas em Rentabilidade do Patrimônio Líquido

- As 50 Maiores Empresas de Minas por Prejuízo
- As 50 Maiores Instituições Financeiras, Seguradoras e Cooperativas de Crédito

Cabe destacar que, para a realização deste XXX Ranking, foram analisados mais de 2.000 balanços e demonstrações de lucros e perdas – sendo consideradas aptas e classificadas cerca de 500 empresas – cuja Receita Operacional Líquida corresponde a mais da metade do PIB - Produto Interno Bruto de Minas Gerais do ano de 2025 – o que demonstra, cabalmente, a sua importância e dimensão.

São as seguintes as categorias a serem homenageadas neste “Oscar da Economia Mineira de 2026”:

- **MELHORES E MAIORES - EMPRESAS EXCELÊNCIA DE MINAS GERAIS (30)**
- **PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO (1)**
- **TRADIÇÃO E PERPETUIDADE (9)**

• EMPRESA DESTAQUE DO ANO DE MINAS GERAIS (2)

A escolha dos agraciados das Categorias Personalidade Empresarial do Ano de Minas Gerais e das Empresa Destaque do Ano do 28º Prêmio Minas - Desempenho Empresarial - Melhores e Maiores é realizada por uma Comissão Especial, composta por todos os agraciados dos anos anteriores com o mesmo título; pelos membros do Conselho Editorial e Consultivo de MercadoComum e por consulta, direta e seletiva, a leitores da publicação.

CONDECORAÇÃO ACOMINAS - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MINAS

1. MEDALHA JK

Nadim Elias Donato Filho
Empresário, presidente do Sistema FECOMÉRCIO-MG

2. MEDALHA BARÃO DE MAUÁ

Salim Mattar
Empresário, fundador da Localiza S.A.

3. MEDALHA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO

Carlos Henrique Martins Teixeira
Advogado, presidente do Minas Tênis Clube

XXVIII PRÊMIO MINAS – DESEMPENHO EMPRESARIAL – MELHORES E MAIORES 2026 XXX RANKING DE EMPRESAS DE MINAS GERAIS



01 – PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO DE MINAS GERAIS:

RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO

PRESIDENTE/CEO DO GRUPO DIRECIONAL ENGENHARIA

02 – EMPRESA DESTAQUE DO ANO DE MINAS GERAIS:

DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.

DROGARIA ARAUJO S.A.

03 – TRADIÇÃO E PERPETUIDADE:

- *ACMINAS - Associação Comercial e Empresarial de Minas - 125 Anos*
- *Grupo Gerdau S.A. - 125 Anos*
- *Drogaria Araujo S.A. - 120 Anos*
- *Construtora Aterpa S.A. - 75 Anos*
- *Fundação Dom Cabral - 50 Anos*
- *Grupo SADA - 50 Anos*
- *Prosegur Brasil S.A. - 50 Anos*
- *Stellantis - Automóveis Brasil Ltda. - 50 Anos*
- *Supermercados BH Com. Alimentos S.A. - 30 Anos*

04 - MELHORES E MAIORES EMPRESAS EXCELÊNCIA DE MINAS GERAIS (Setor de Atividade):

AGRONEGÓCIO

- *COOXUPÉ - Cooperativa Reg. Cafeicultura em Guaxupé Ltda.*
- *Mantiqueira Alimentos S.A.*

ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO

- *CEMIG - Cia. Energética de Minas Gerais*
- *COPASA - Cia. Saneamento de Minas Gerais*

COMÉRCIO

- *Drogaria ARAUJO S.A.*
- *SUPERMERCADOS BH Com. Alimentos S.A.*

EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E OUTROS

- *MINAS Tênis Clube*
- *M.I. MONTREAL Informática S.A.*
- *Rede BATISTA de Educação*

FINANÇAS

- *Banco INTER S.A.*
- *POTENCIAL Seguradora S.A.*
- *Sicoob CREDIMINAS Coop. Central de Crédito de Minas. Gerais Ltda.*
- *Sicoob CREDICOM Coop. Econ. Créd. Médicos e Profissionais Área de Saúde Ltda.*

INDÚSTRIA - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA

- *DIRECIONAL Engenharia S.A.*
- *LCM- Construção e Comércio S.A.*
- *TABOCAS - Part. Empreend. S.A.*

INDÚSTRIA - DIVERSAS

- *MAGNESITA Refratários S.A.*
- *STELLANTIS - Automóveis Brasil Ltda.*
- *Transformadores Serv. Eng. Américas S.A.*

INDÚSTRIA

MINERAÇÃO

- *ANGLO AMERICAN Mineração Ferro Brasil S.A.*
- *ANGLOGOLD ASHANTI Córrego do Sítio Mineração S.A.*
- *KINROSS Brasil Mineração S.A.*
- *Mineração USIMINAS S.A.*

SAÚDE

- *Associação Mário Penna*
- *Hospital Felício Rocho (Fundação Felice Rosso)*
- *Hospital Mater Dei S.A.*
- *UNIMED-BH – Cooperativa Trabalho Médico Ltda.*

TRANSPORTES E LOGÍSTICA

- *LOCALIZA Rent a Car S.A.*
- *PROSEGUR Brasil S.A.*
- *VLI Multimodal S.A.*



- 1998/1999 - **José Alencar Gomes da Silva** - Grupo Coteminas
- 1999/2000 - **Eduardo Borges de Andrade** - Grupo Andrade Gutierrez
- 2000/2001 - **Antônio José Polanczky** - Grupo Belgo-Mineira
- 2001/2002 - **Djalma Bastos de Moraes** - CEMIG
- 2002/2003 - **Salim Mattar** - Grupo Localiza
- 2003/2004 - **Alair Martins do Nascimento** - Grupo Martins
- 2004/2005 - **Robson Braga de Andrade** - FIEMG - Grupo/Orteng
- 2005/2006 - **Roger Agnelli** -

AGRACIADOS ANTERIORES COM O TÍTULO “PERSONALIDADE EMPRESARIAL DO ANO DE MINAS GERAIS”:

- | | |
|---|---|
| Grupo Vale do Rio Doce | CBMM - Cia. Bras. Met. Mineração |
| • 2006/2007 - Rinaldo Campos Soares - Grupo Usiminas | • 2016/2017 - Roberto Simões - FAEMG |
| • 2007/2008 - Cledorvino Belini - Grupo Fiat | • 2017/2018 - Lindolfo Paoliello - ACMinas e Sergio Leite de Andrade - Grupo Usiminas |
| • 2008/2009 - Modesto Carvalho de Araujo Neto - Drogaria Araujo S.A. | • 2018/2019 - Roberto Santoro - Grupo Hermes Pardini |
| • 2009/2010 - J. Murillo Valle Mendes - Grupo Mendes Jr. | • 2019/2020 - Samuel Flam - UNIMED-BH |
| • 2010/2011 - Wilson Nélio Brumer - Grupo Usiminas | • 2020/2021 - Eugênio Mattar - Grupo Localiza |
| • 2011/2012 - Ricardo Valadares Gontijo - Direcional Engenharia S.A. | • 2021/2022 - Jefferson De Paula - Grupo ARCELORMITTAL Brasil |
| • 2012/2013 - Olavo Machado Jr. - FIEMG | • 2022/2023 - Vander Francisco Costa - CNT-Conf. Nacional do Transporte |
| • 2013/2014 - Jacques Gontijo Álvares - CCPRMG-Itambé | • 2023/2024 - Gustavo Werneck da Cunha - Presidente do Grupo Gerdau |
| • 2014/2015 - Rubens Menin - Grupo MRV Engenharia | • 2024/2025 - Frederico José Amadee Peret - Presidente da Unimed-BH |
| • 2015/2016 - Tadeu Carneiro - | |

“EMPRESAS DESTAQUE DO ANO DE MINAS GERAIS” ANTERIORES:

- 1998/1999 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 1999/2000 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais
- 2000/2001 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais
- 2001/2002 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais
- 2002/2003 - **CEMIG** - Cia. Energética de Minas Gerais
- 2003/2004 - **USIMINAS** - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
- 2004/2005 - **USIMINAS** - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
- 2005/2006 - **USIMINAS** - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
- 2006/2007 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 2007/2008 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 2008/2009 - **FIAT** Automóveis S.A.
- 2009/2010 - **FIAT** Automóveis S.A.



- | | |
|--|---|
| • 2010/2011 - FIAT Automóveis S.A. | PARDINI S.A. |
| • 2011/2012 - CEMIG Distribuição S.A. | • 2019/2020 - UNIMED-BH - Cooperativa de Trabalho Médico |
| • 2012/2013 - FIAT Automóveis S.A. | • 2020/2021 - LOCALIZA Rent a Car S.A. |
| • 2013/2014 - FIAT Automóveis S.A. | • 2021/2022 - ARCELORMITTAL Brasil S.A. |
| • 2014/2015 - CBMM - Cia. Brasileira de Metalurgia e Mineração | • 2022/2023 - DROGARIA ARAUJO S.A. e SUPERMERCADOS BH Com. Alimentos S.A. |
| • 2015/2016 - DROGARIA ARAUJO S.A. | • 2023/2024 - Grupo GERDAU S.A. |
| • 2016/2017 - LOCALIZA Rent a Car S.A. | • 2024/2025 - UNIMED-BH - Cooperativa de Trabalho Médico |
| • 2017/2018 - USIMINAS - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. | |
| • 2018/2019 - Instituto HERMES | |



BENEFÍCIOS adicionais às empresas que veicularem publicidades nas edições especiais – Impressa e digital de MERCADOCOMUM

28º Prêmio Minas Desempenho Empresarial Melhores e Maiores – 2025:

1 PÁGINA ou CONTRA-CAPA:

- 1 Mesa de seis lugares e 6 convites individuais para a solenidade de premiação e Coquetel de Confraternização nos salões do Minas Tênis Clube II, em Belo Horizonte - MG;
- 1 Troféu em aço inox e um diploma de reconhecimento;
- 1 Matéria institucional correspondente a 1 página adicional nas edições especiais;
- 1 Banner Formato 350 x 280px - Mídias permitidas: JPG, PNG, GIF e HTML no portal/site de MercadoComum por 2 meses;
- Direito de uso da logomarca da premiação;
- Acesso às fotos e vídeos do evento com direito à sua divulgação.

PÁGINA DUPLA

- Mesa de dez lugares e 10 convites individuais para a solenidade de premiação e jantar de confraternização nos salões do Minas Tênis Clube I, em Belo Horizonte-MG;
- Troféu em aço inox e um diploma de reconhecimento;
- Matéria institucional correspondente a 2 páginas nas edições especiais;
- Banner Formato 350 x 280px - Mídias permitidas: JPG, PNG, GIF e HTML no portal/site de MercadoComum por 2 meses;
- Direito de uso da logomarca da premiação;
- Acesso às fotos e vídeos do evento com direito à sua divulgação.

MERCADOCOMUM estará circulando, em dezembro, com uma edição especial impressa e outra eletrônica trazendo matérias sobre os premiados, as empresas/instituições e personalidades - destacando a relevância desta iniciativa para a economia e o desenvolvimento de Minas Gerais. Cabe, ainda ressaltar, a importância da realização deste evento, que reúne expressiva parcela formadora do PIB mineiro e obtém ampla repercussão na mídia em geral. Nesta edição especial constará o descritivo do XXX Ranking de Empresas de Minas Gerais, listando-se as Maiores Empresas do Estado – em ordem alfabética, por setor econômico, receita operacional líquida, resultado, patrimônio líquido e ativos totais, entre outros.

A Newsletter MercadoComum, ora no 34º ano de circulação e em sua 361ª edição é enviada, mensalmente, a um público constituído por mais de 120 mil

pessoas formadoras de opinião em todo o país diretamente, via e-mail – através de postagens no LinkedIn, Instagram, Whatsapp e Telegram, além de estar disponibilizado, para acesso, o seu Portal www.mercadocomum.com, juntamente com as suas edições anteriores.

De acordo com estatísticas do Google Analytics Search a publicação MercadoComum obteve 9,049 milhões de visualizações no mês de agosto último e 65,031 milhões durante todo o ano de 2026.

O XXVIII Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores Empresas – MercadoComum - 2026 conta com o apoio institucional da ASSEMG – Associação dos Economistas de Minas Gerais; Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; IBEF - Instituto Brasileiro de Executi-

vos de Finanças de Minas Gerais e da MinasPart- Desenvolvimento Empresarial e Econômico Ltda.

Para maiores informações sobre MercadoComum:
<https://mercadocomum.com/>

Sendo do interesse participar como anunciantes da nossa edição especial impressa e eletrônica sobre este 28º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores/30º Ranking de Empresas Mineiras, V.Sas. poderão nos contatar diretamente:

Carlos Alberto ou Aline:
cato@mercadocomum.com
Fone: (31) 3281-6474

O prazo para definição e fechamento de publicidades é até o dia 19 de outubro.

RHI Magnesita nomeia Gustavo Franco como CEO

A RHI Magnesita, líder global no fornecimento de produtos, sistemas e soluções refratários de alta qualidade, anunciou a nomeação de Gustavo Franco como Chief Executive Officer (CEO), a partir de 1º de novembro de 2026, sucedendo Stefan Borgas, que deixará o cargo após dez anos.

A nomeação marca um novo capítulo importante para a RHI Magnesita e ocorre após um amplo processo de sucessão conduzido pelo Comitê de Nomeação e Governança e pelo Conselho de Administração. Gustavo foi selecionado pelo Conselho por ser um líder experiente da própria RHI Magnesita, reunindo mais de duas décadas de experiência no setor com profundo conhecimento do Grupo, de seus clientes, de seus colaboradores e de suas operações globais.

De acordo com Herbert Cordt, presidente do Conselho de Administração, o Conselho está muito satisfeito em nomear Gustavo como Chief Executive Officer. “Sua ampla experiência no setor, seu profundo conhecimento da RHI Magnesita e de seus clientes, além de seu sólido histórico dentro do Grupo, fazem dele a pessoa ideal para liderar a empresa em sua próxima fase de desenvolvimento.”

Franco ingressou na Magnesita em 2001 e construiu sua carreira em funções técnicas, comerciais e de liderança na América do Sul, América do Norte e Europa. Desempenhou um papel fundamental na bem-sucedida integração comercial entre RHI e Magnesita após a fusão, em 2017, e é membro da Equipe de Gestão Executiva desde 2019.

Como Chief Customer Officer (CCO), Gustavo atualmente lidera a organização comercial global da RHI Magnesita, sendo responsável pelo relacionamento com os clientes, pelo desempenho dos negócios nas diferentes regiões e pelas



funções de compras e cadeia de suprimentos. Essa combinação de proximidade com os clientes, conhecimento operacional, experiência internacional e conhecimento do Grupo oferece uma base sólida para que ele se prepare para liderar a RHI Magnesita em sua próxima fase de desenvolvimento.

“É um privilégio ser nomeado Chief Executive Officer da RHI Magnesita. Temos uma estratégia sólida, uma posição global única e uma equipe excepcional. Estou ansioso para desenvolver esses pontos fortes, trabalhando em estreita colaboração com nossos colaboradores e clientes em todo o mundo, e liderar a RHI Magnesita na próxima década”, afirma Franco.

A transição de liderança foi cuida-

dosamente planejada como parte do processo de sucessão de longo prazo do Conselho. Stefan Borgas e Gustavo Franco trabalharão juntos durante um período estruturado de transição antes da mudança, em 1º de novembro de 2026.

“Liderar a RHI Magnesita nos últimos dez anos foi um enorme privilégio, e tenho imenso orgulho do que nossos colaboradores conquistaram juntos. Estou muito feliz que Gustavo irá me suceder. Ele conhece excepcionalmente bem nossa Companhia, nossos clientes e nosso setor; e espero trabalhar em estreita colaboração com ele para garantir uma transição tranquila”, afirma Stefan Borgas.

A RHI Magnesita é o fornecedor líder global de produtos, sistemas e soluções refratárias de alta qualidade que são essenciais para processos de alta temperatura, superiores a 1.200°C, em uma ampla variedade de indústrias, incluindo aço, cimento, metais não ferrosos e vidro. Com uma cadeia de valor verticalmente integrada, de matérias-primas a produtos refratários e soluções totalmente baseadas em desempenho, a RHI Magnesita atende clientes em todo o mundo, com cerca de 20.000 colaboradores em 76 unidades de produção (incluindo plantas de reciclados), 16 unidades de matérias-primas e mais de 70 escritórios de vendas. A RHI Magnesita pretende alavancar sua liderança em termos de receita, escala, portfólio de produtos e presença geográfica diversificada para atingir estrategicamente os países e regiões que se beneficiam de perspectivas de crescimento econômico mais dinâmico.

O Grupo está listado na categoria Equity Shares (Commercial Companies) (“ESCC”) da Lista Oficial da Bolsa de Valores de Londres (símbolo: RHIM) e é um constituinte do índice FTSE 250, com uma listagem secundária na Bolsa de Valores de Viena (Wiener Börse).



Turismo sem história é viagem vazia

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br

Riga – Estônia. Centro nevrálgico nos bálticos

Viajei Bonito



Capital da Letônia, Riga, (aproximadamente 640 mil habitantes), é a cidade mais populosa dos países do Báltico e o principal centro político, cultural e econômico do país.

O centro histórico da cidade, hoje Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, tem importância comparável a Viena, São Petersburgo e Barcelona, especialmente pela arquitetura art nouveau.

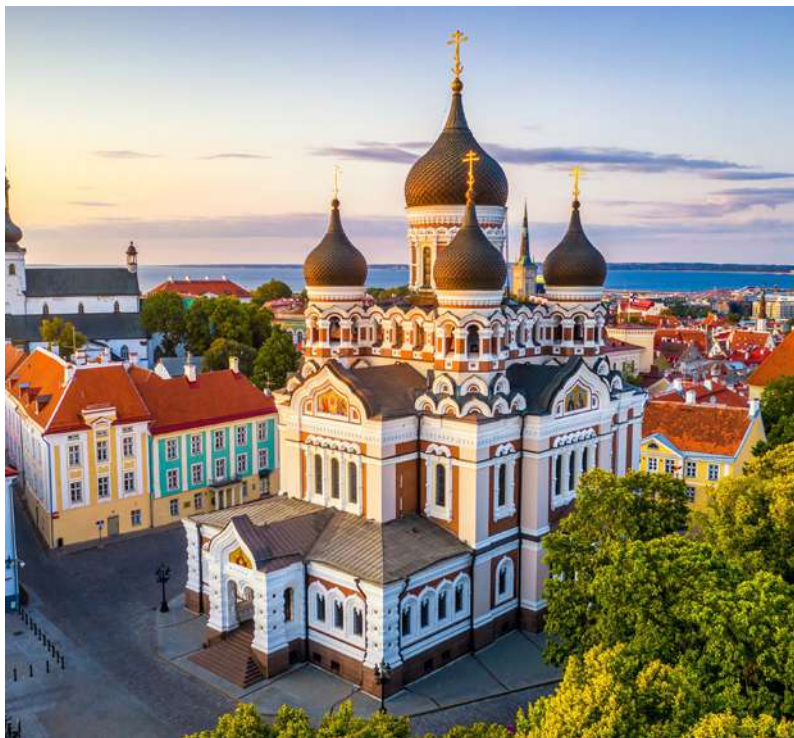
ORIGENS E TRAJETÓRIA

A fundação da cidade, no século XII, se dá com a chegada de comerciantes germânicos, que criaram um entreposto com os países bálticos e fincaram as bases religiosas cristãs trazidas pelos mercadores.

O bispo católico alemão Alberto de Buxhoeveden chega em 1201 com

23 navios e mais de 1500 cruzados armados, toma a cidade e estabelece a Ordem dos Irmãos Livônios da Espada.

Em 1282, a cidade torna-se membro da Liga Hanseática, uma guilda em aliança de protecionismo econômico nas cidades mercantis do norte da Europa, que dominou o comércio na região entre os séculos XII e XVII.



Com o declínio do poder político, religioso e econômico da Liga Hanseática, Riga, a Livônia e a Prússia ficaram sob o comando do Sacro Império Romano-Germânico, até 1522, quando as três regiões se converteram ao protestantismo de Martin Lutero.

Fato histórico marcante foi o julgamento, em 1524, de uma estátua venerada da Virgem Maria na catedral, que foi arremessada no rio. A estátua flutuou, e por isso foi denunciada como bruxaria e queimada em público. Este foi o fim definitivo do poder dos arcebispos católicos em Riga.

A partir de 1669, as alianças políticas entre a Lituânia e a Polônia e entre a Suécia, Dinamarca e Noruega limitaram a influência da Liga Anseática.

Em 1710, a Rússia, do Czar Pedro, o Grande invade a cidade, que emerge como a grande potência do norte.

Anexada à Rússia, Riga se torna

uma importante cidade industrializada, atrás de Moscou e São Petersburgo.

Com a Revolução Russa de 1917, os alemães marcharam sobre a cidade. No ano seguinte, o Tratado de Brest-Litovsk foi assinado, concedendo os estados bálticos à Alemanha.

Em 1918, a Letônia e os outros estados bálticos declaram independência.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Letônia é anexada à União Soviética e permanece até 1991. Daí, o país ingressa nas Nações Unidas, na União Europeia e na OTAN.

Em 2004, a cidade se organiza e abre ao turismo com o surgimento de linhas aéreas com tarifas reduzidas resultou em voos baratos de outras cidades europeias, como Londres e Berlim.

PONTOS RELEVANTES DE VISITA NA CIDADE:

A Casa do Gato, antiga sede da

guilda dos “Cabeças Negras” de comerciantes poderosos.

A Catedral Doma, do século XIII.

Castelo de Riga (Rīgas Pils), que abriga o Museu de História da Letônia e o Museu de Arte Estrangeira.

Igreja de São Pedro, com sua torre de 123 m de altura.

Igreja de São João, uma pequena capela do século XIII atrás da Igreja de São Pedro.

A Torre da Pólvora (Pulvertornis), a única que permanece da muralha da cidade. Abriga o Museu da Guerra.

Arquitetura em madeira (museu ao ar livre).

O Museu da Ocupação da Letônia, que documenta o cerco e ocupação do país por diferentes forças entre 1940 e 1991.

Arquitetura Art Nouveau nas ruas Alberto, Elizabetes e outras do centro da cidade.

Torre de Rádio e TV - a terceira mais alta da Europa.

Motormuzejs (Museu do Automóvel) - coleção de automóveis antigos, incluindo as limusines de Leonid Brejnev e de Stalin com figuras em cera destes políticos. Localizado em Mežciems. Jardim Zoológico de Riga e Mežaparks (Parque Florestal).

Palácio de Cultura e Ciência

Bunker Soviético

Mais do que um simples roteiro pelas ruas e monumentos, a estada em Riga é uma experiência de viagem marcante, que revela a beleza da cultura e da história desta parte singular do norte da Europa chamada países bálticos.

Diamantina: uma viagem por história, natureza e sabores de Minas Gerais

Patrimônio da humanidade, cidade de ruas de pedra e tradições que atravessam gerações, destino mineiro convida os viajantes a descobrir paisagens, cultura e experiências que vão muito além do turismo histórico

Em meio às montanhas de Minas Gerais, Diamantina encanta os visitantes com uma combinação singular de história, arquitetura, natureza e cultura. Reconhecida como Patrimônio Mundial pela Unesco, a cidade preserva um conjunto arquitetônico colonial que revela a riqueza de seu passado e a identidade de um povo que mantém vivas suas tradições. Caminhar pelo centro histórico é uma oportunidade de apreciar casarões coloridos, igrejas seculares e vielas que conduzem a descobertas a cada esquina, em um cenário que transforma o passeio em uma verdadeira viagem no tempo.

A experiência de conhecer Diamantina também passa por suas paisagens naturais. A região reúne cachoeiras, trilhas, mirantes e formações rochosas que convidam à contemplação e à prática de atividades ao ar livre. Entre os atrativos estão a Cachoeira da Sentinela e a Cachoeira dos Cristais, opções para quem deseja aproveitar o contato com a natureza. Já a Serra dos Cristais oferece cenários privilegiados para apreciar o relevo montanhoso e o pôr do sol, enquanto o Parque Estadual do Biribiri apresenta caminhos cercados pela biodiversidade do Cerrado e pelas belezas da Serra do Espinhaço.

A cultura é outro destaque do destino. Diamantina é conhecida pelas tradicionais Vesperatas, apresentações musicais realizadas nas sacadas dos casarões da Rua da Quitanda, que transformam o centro histórico em um grande palco a céu aberto. O evento reúne músicos, moradores e visitantes em



uma atmosfera que traduz a musicalidade mineira e a força das manifestações culturais locais. Além das apresentações, a cidade oferece museus, igrejas e espaços históricos, como a Casa de Juscelino, que ajudam a contar a trajetória de personalidades e acontecimentos marcantes de Minas Gerais.

A gastronomia completa o roteiro com sabores que valorizam os ingredientes e os modos de preparo da cozinha mineira. Restaurantes, cafés e estabelecimentos tradicionais apresentam receitas que fazem parte da memória afetiva da região, como o pão de queijo, o feijão tropeiro, o frango com quiabo e os doces artesanais. A culinária local é uma extensão da hospitalidade mineira, convidando os viajantes a conhecer o destino também pela mesa, em refeições que reúnem simplicidade, sabor e histórias compartilhadas.

Para quem busca uma hospedagem que valorize a identidade regional sem abrir mão do conforto, o Hotel Estilo de Minas se apresenta como uma opção em Diamantina. A proposta combina modernidade com as raízes mineiras, oferecendo aos hóspedes o aconchego de casa e o caloroso acolhimento do povo da região. Os apartamentos contemporâneos incorporam elementos autênticos da cultura do Vale do Jequitinhonha, com detalhes como almofadas bordadas à mão e cerâmicas artesanais, que traduzem a rica herança cultural mineira. O café da manhã é outro destaque, com um verdadeiro banquete de delícias artesanais que agradam ao paladar e aquecem o coração. Assim, a hospedagem complementa a viagem e reforça a conexão com a cultura local, tornando a estadia parte da experiência de descobrir Diamantina.

Juscelino Kubitschek:

PROFETA DO DESENVOLVIMENTO EXEMPLOS E LIÇÕES AO BRASIL DO SÉCULO XXI

"Não se trata de uma obra biográfica, nem de um documento de natureza acadêmica porque é muito mais do que simples relato e análise de sua vida. Esta nova obra sobre JK, contendo fatos inéditos ainda não revelados busca, resgatar o debate sobre o Desenvolvimento Nacional para que o Brasil possa se reconciliar com o crescimento econômico, vigoroso, consistente, contínuo e sustentável."



Conheça o legado do político que transformou o País
e fez o Brasil crescer 50 anos em 5 anos de governo.

São 2.336 páginas distribuídas em três volumes:

Volume I - O Profeta do Desenvolvimento

Volume II - O Desenvolvimento em 1º Lugar
A Construção de uma Nação Próspera e Justa

Volume III - Mensageiro da Esperança
Coletânea de 250 Discursos Proferidos na Presidência
da República

AUTOR:

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Bacharel em Ciências Contábeis e Economista; Presidente/ Editor Geral de MercadoComum - Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios; Presidente da ASSEMG - Associação dos Economistas de Minas Gerais; e Coordenador-Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Vice-Presidente da ACMinas - Associação Comercial e Empresarial de Minas.

Maiores informações: (031) 3281-6474 ou www.mercadocomum.com



Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Vinho tranquilo e borbulhante

Inimá Souza
souza@gmail.com



Costuma ser frequente a indagação, se normal a presença de gás frisanter, ou seja, de borbulhas em vinhos tranquilos - antes, para repetir o óbvio, vinhos tranquilos são aqueles que não são espumantes, pois, o vinho tinto, vinho branco e vinho rosé. Logo, a efervescência além de não ser normal, representa, geralmente, um defeito.

Esse defeito é anotado a partir da cantina, já que, é ali, acidentalmente ou não, que o vinho é engarrafado com gramas de açúcar residual, gerando, na garrafa, uma não pensada segunda fermentação; a qual, também, decorre com frequência, de vinificações em que não se adiciona sulfitos.

Todavia, nem sempre isso compromete o vinho, que só eventualmente apresentará alteração na cor, que será mais turva, e nos aromas, devido à ação das leveduras nessa re-fermentação.

Necessário destacar que alguns vinhos são propositalmente engarrafados com certa porção de gás, seja para destacar o seu frescor, seja para dar a sensação de leveza. Entre os exemplos:

Vinhos brancos jovens - quase sempre para realçar a acidez e o frescor.

Vinho Verde - este o exemplo de maior destaque. Sua “agulha”, acidez e frescor, justificam a fama.

Tendo mencionado gás, borbulha, frisanter, no vinho espumante isto é assim traduzido aqui no Brasil:

Gaseificado - resulta da inserção de anidrido carbônico puro e deve ter graduação alcoólica de 7% a 14%, em volume, e pressão entre 2,1 e 3,9 atmosferas a 20°C.

Espumante ou Espumoso Natural - é o vinho espumante no qual

o anidrido carbônico resulta de uma segunda fermentação alcoólica na garrafa, a que se denomina método champenoise/Tradicional ou em grandes recipientes, o método Charmat. A pressão mínima é de 4 atmosferas a 20°C e graduação alcoólica de 10% a 13% em volume a 20°C.

Vinho Frisante - deve ter graduação alcoólica de 7% a 14% em volume e conteúdo de anidrido carbônico de 1,1 até 2 atmosferas de pressão a 20°C. O gás carbônico pode ser natural ou adicionado.

Vinhos Espumantes Naturais - são os vinhos nos quais o anidrido carbônico resulta da fermentação em recipientes fechados e com pressão mínima de 4 atmosferas a 20°C.

Moscato Espumante ou Moscatel Espumante - é o vinho espumante no qual o anidrido carbônico é resultante da fermentação em recipiente fechado do mosto ou mosto conservado de uva Moscatel ou Moscato, com pressão mínima de 4 atmosferas a 20°C, com graduação alcoólica de 7% a 10% em volume. O açúcar natural remanescente mínimo deve ser de 20 gramas por litro.

PRIMAVERA

É a estação dos vinhos brancos leves e refrescantes, dos rosés ou rosados no mesmo perfil e, naturalmente, dos insuperáveis espumantes, especialmente brasileiros.

Tim, tim.



Mercado Gastronômico

Pra quem viaja, os Melhores

Sérgio Augusto Carvalho

sergioamc@uol.com.br



Para quem gosta de viajar pelo mundo – ou parte dele – o maior prazer é comer e beber bem onde estiver: comida cara ou barata, é o que menos conta. Você pode dar nota 10 para um prato de 150 dólares ou para um petisco de 5 dólares. Claro que a diferença está na curtição, mas a satisfação de comer um Panzerotti, em Polignano a Mare, no Sul da Itália, é semelhante ao de degustar um Pato Prensado no Tour Dargent, em Paris.

Dentro dessa realidade, a empresa de Viagens Tripadvisor criou um

programa para premiar os melhores restaurantes do mundo, apontados apenas de quem viaja pelos cinco continentes, independente de seu conhecimento técnico de culinária e gastronomia. O que conta é o “gostei” ou “não gostei”. Não interessa se foi na rua, numa casa luxuosa ou shopping center.

Essa diferenciação foi levada em conta na pesquisa: os votos foram divididos para Restaurantes Finos, Os Que Estão Fazendo Sucesso, Os Casuais, Românticos, Tesouros Escondidos, Os Veganos E Vegetarianos.

O motivo principal que chamou a minha atenção foi o público votante durante 12 meses: superou a casa de um bilhão de votos!

Assim a Tripadvisor explica essa promoção entre seu público: “Os melhores dos melhores celebra o mais alto nível de excelência em viagens. Ele é concedido a quem recebe um grande volume de avaliações e opiniões positivas da comunidade do Tripadvisor em um período de 12 meses. Dos nossos 8 milhões de perfis, menos de 1% alcança esse marco.”



As listas de cada categoria mostram a diversidade de gosto ou conhecimento de mundo gastronômico entre os que votaram. Principalmente os escolhidos no grupo “Restaurantes Finos”. Nenhuma das casas que figuram nas listas internacionais mais estreladas, como o Guia Michelin, o site Taste Atlas e a revista inglesa Restaurant, premiou as indicações da Tripadvisor.

O fato de serem eleitores sem bagagem registrada em nenhuma cozinha pode explicar essa curiosa preferência dos viajantes da Tripadvisor. Não haver coincidência entre as listas famosas é uma realidade até entre elas. A verdade é que o objetivo da Agência é orientar seus clientes na hora de buscar onde comer “em qualquer parte do mundo. Quem busca casas estreladas de chefes famosos é um público muito pequeno, sem dúvidas. Daí, a importância dessa iniciativa.

Curioso também é o fato de poucas casas brasileiras, em todas as categorias, terem sido votadas. Mas curioso ainda: tem um restaurante de comida brasileira em York, Reino Unido, “Casa Brazilian”, que ficou com o 9º lugar entre os “Casuais”...

Na categoria “Comidas Finas”, por exemplo, o Brasil emplaca a sua melhor colocação com o restaurante Catherine, uma das atrações de Gramado, no Rio Grande do Sul: 7º lugar. O próximo brasileiro é, também, de Gramado: Osteria Di Lucca, 13º colocado.

Entre os Restaurantes Casuais, o Brasil não tem nenhum entre os 10 primeiros. Nenhum badalado ou “casual” do Rio e São Paulo a dupla Carro Chefe da culinária brasileira. Outra vez, nossa melhor indicação nessa categoria é de longe: Restaurante Barraca, em Porto de Galinhas, Pernambuco.

Entre os Restaurantes que estão Fazendo Sucesso, o Brasil não tem nenhum entre os 25 primeiros, segundo os viajantes da Tripadvisor. Nossa vizinha Argentina, deu um show em várias categorias. O Peru também. Enfim...

Vou preferir entender que os votantes do Traveller’s Choice não vêm ao Brasil para comer. Querem ir à praia, sambar e namorar. Sem dúvidas, há muito o que ver nesse nosso imenso país e pode não sobrar tempo para conhecer a fantástica gastronomia que caracteriza cada uma das nossas regiões.

O consolo é que os maiores centros gastronômicos do mundo também não apareceram com brilhantismo nas listas do Traveller’s Choice. França, Itália, Japão, Portugal, Espanha, China, Tailândia e Estados Unidos foram mais mencionados que o Brasil, mas nada pra tirar o apetite.

Se você não quer acessar o Tripadvisor para conferir as listas, aqui vão os 10 melhores colocados nas duas mais destacadas”

RESTAURANTES FINOS

1. **FOGON ASADO**
Buenos Aires. Argentina
2. **KONA**
Singapura. Cingapura
3. **THE RITHMS**
Hoan Kiem. Vietnam
4. **THE WITCHERY**
Edimburgo, Reino Unido
5. **MEAT MARKET**
Valencia. Espanha
6. **ABRASADO**
Guaymallen. Argentina (!)
7. **CATHERINE**
Gramado. Brasil
8. **CAREYES**
Cancun. México
9. **ACRE**
Animas Bajas. México
10. **EL MERCADO**
Buenos Aires. Argentina.

RESTAURANTES CASUAIS

1. **PIZZERIA ARRIVEDERCI**
Paris. França
2. **TONNARELLO**
Roma. Itália
3. **METATE CABO**
Cabo S. Lucas. México
4. **THES**
Athenas. Grécia
5. **ORGANIKA**
Cuzco. Peru
6. **PANZOTIS**
Cuzco Peru
7. **HOOK & BAREL**
Mirth Beach, EUA
8. **CASA BRASILEIAN**
York. Reino Unido
9. **DA CICERO**
Roma. Itália
10. **BODEGAS MESQUITA**
Córdoba, Espanha.

GPS: como o sistema de localização se relaciona com as telecomunicações?

Como os sinais de satélite ajudam a identificar a localização de pessoas e dispositivos e qual é o papel das redes de telecomunicações nesse processo



Você já usou o celular para encontrar um endereço, pedir um carro por aplicativo ou compartilhar sua localização? Entre as tecnologias utilizadas nessas situações está o GPS, que permite ao dispositivo determinar sua posição a partir de sinais de satélite.

A sigla GPS significa Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global). Os dispositivos recebem informações de diferentes satélites e, a partir do tempo que esses sinais levam para chegar ao aparelho, calculam sua localização.

É importante destacar que GPS e telecomunicações são tecnologias diferentes, mas podem ser utilizadas em conjunto em diversas aplicações. O GPS está relacionado ao posiciona-

mento, enquanto as redes de telecomunicações estão ligadas à conectividade e à transmissão de informações.

Na prática, o GPS ajuda a determinar onde o dispositivo está. Já as redes de telecomunicações, como as redes móveis 4G e 5G e o Wi-Fi, podem ser utilizadas para transmitir dados relacionados à localização para aplicativos, serviços e outras pessoas.

A combinação dessas tecnologias está presente em atividades do dia a dia, como transporte, serviços de emergência, rastreamento de veículos e equipamentos e compartilhamento de localização em tempo real.

Ao usar um aplicativo de mapas, por exemplo, o GPS pode determinar

a posição do usuário, enquanto a conexão com a internet permite carregar o mapa, apresentar informações sobre locais próximos, mostrar condições de trânsito e calcular rotas.

Para receber sinais dos satélites e determinar a posição, o GPS não depende de uma rede móvel. Isso significa que um aparelho pode, em determinadas situações, obter sua localização mesmo sem estar conectado à internet.

Entretanto, muitos serviços que utilizam informações de localização dependem de uma conexão de telecomunicações para funcionar completamente. Embora seja o mais conhecido, o GPS não é o único sistema de navegação por satélite existente.

Fonte: Ascom MCom

Nova linha de crédito Finep destina R\$ 10 bi para impulsionar a competitividade agrícola

Programa Move Agrícola contribuirá para a modernização do parque de máquinas

A nova linha de crédito da Finep voltada à modernização tecnológica do agronegócio brasileiro, a Aquisição Inovadora Move Agrícola, disponibilizará até R\$ 10 bilhões para o financiamento de máquinas e equipamentos de ponta desenvolvidos pela indústria nacional. Na avaliação da Martinelli FinCorp, consultoria referência nacional em soluções financeiras para inovação e investimentos estruturados, a medida representa uma oportunidade única para o setor produtivo.

Osmar Bublitz, sócio da consultoria, destaca que a competitividade do agronegócio brasileiro depende, cada vez mais, da incorporação de tecnologias capazes de elevar a eficiência no uso dos recursos naturais, e que a nova linha contribui para que as empresas do agronegócio avancem em termos de inovação e eficiência.

“A nova linha de crédito representa uma oportunidade estratégica para antecipar investimentos em modernização do parque de máquinas, especialmente em um cenário de crescente digitalização do campo, agricultura de precisão e automação”, explica Bublitz. “Equipamentos tecnologicamente mais avançados contribuem para reduzir desperdícios, aumentar a eficiência operacional e melhorar o aproveitamento dos insumos, gerando ganhos diretos na competitividade das propriedades rurais.”

Operacionalizada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



(FNDCT), a nova linha de crédito da Finep permite que produtores rurais e cooperativas adquiram tecnologias avançadas com condições financeiras altamente competitivas. O programa oferece financiamentos de até R\$ 30 milhões por proposta, com prazo de pagamento de até 60 meses, sem carência, e encargos estipulados em Taxa Referencial mais juros de 7,12% ao ano.

Bublitz ressalta que um dos grandes atrativos do Move Agrícola é a possibilidade de a Finep financiar até 100% do valor dos equipamentos elegíveis, o que reduz substancialmente a necessidade de uso de capital próprio por parte do produtor ou da cooperativa.

ATUAÇÃO DESCENTRALIZADA E ESTRUTURAÇÃO ESTRATÉGICA

Os recursos da nova linha de crédito destinam-se exclusivamente à aquisição de equipamentos que constam em uma relação oficial publicada pela Finep, englobando milhares de itens como tratores, colheitadeiras e plantadeiras inovadoras fabricadas

no Brasil. O modelo de operação da linha é descentralizado: enquanto a instituição de fomento aporta os recursos, os agentes financeiros credenciados são os responsáveis por realizar a análise de crédito, a avaliação das garantias e a liberação dos valores.

Nesse cenário, o sócio da Martinelli Fincorp ressalta que o acesso a linhas subsidiadas demanda planejamento minucioso. “Para maximizar os benefícios econômicos, é necessária uma estruturação adequada das operações de financiamento, que englobe a análise rigorosa das garantias e a avaliação dos impactos societários, financeiros e tributários.” Além disso, acrescenta Bublitz, a integração dessa nova linha com outros incentivos governamentais, como a Lei do Bem e programas estaduais de desenvolvimento, pode potencializar fortemente os resultados do investimento.

O financiamento está disponível para pessoas físicas ou jurídicas, e os interessados devem apresentar propostas por meio de agentes financeiros credenciados.

Unimed-BH iniciará operação do novo Hospital Unimed Nova Lima

Primeiro hospital no bairro Vale do Sereno começará suas atividades pelo Pronto Atendimento, que tem previsão de abertura para novembro. Cerca de 150 profissionais serão selecionados para atuação no local

Visando ampliar a oferta de atendimento no Vektor Sul, a Unimed-BH irá iniciar as atividades do Hospital Unimed Nova Lima. A partir da segunda quinzena de novembro, o Pronto Atendimento estará disponível para atendimento aos clientes e, no próximo ano, a estrutura será progressivamente ampliada. O projeto está previsto para ser realizado em fases.

Para iniciar o funcionamento do Pronto Atendimento, serão contratados profissionais para atuação nas áreas assistenciais e administrativas. São 150 oportunidades para Técnicos de Enfermagem, Enfermeiros, Auxiliares de Farmácia, Farmacêuticos e algumas posições administrativas e de atendimento. Os interessados podem cadastrar o currículo no banco de talentos da Cooperativa, que fica disponível no portal - vagas.unimedbh.com.br. Todas as vagas também são destinadas a pessoas com deficiência, pessoas de todas as orientações sexuais e identidades de gênero, de diferentes raças e etnias, e idades, sem qualquer tipo de distinção.

O Pronto Atendimento do Hospital Unimed em Nova Lima seguirá todos os padrões de qualidade e segurança assistenciais da Unimed-BH, garantindo acesso e cuidado. Nesta primeira fase de operação, o foco será o atendimento clínico para o público adulto que possui cobertura da Rede Ampla, e a capacidade prevista é de aproximadamente 7.500 atendimentos por mês. As especialidades oferecidas serão Clínica Médica e Cirurgia Geral, com atendimento 24 horas, além de Ortopedia e Traumatologia,



disponível das 7h às 20h.

“A primeira fase de operação do Pronto Atendimento em Nova Lima é um passo fundamental na estratégia de fortalecer nossa presença neste importante polo de saúde na Região Metropolitana, além de ampliar o acesso dos clientes aos serviços. Seguimos comprometidos com o crescimento sustentável da Cooperativa, implementando ações que expandem nossa atuação em áreas de relevância e garantem cuidado de qualidade”, afirma o diretor-presidente da Unimed-BH, Frederico Peret.

Após a implantação da primeira fase do PA, o serviço seguirá evoluindo ao longo do próximo ano, quando o pronto atendimento deverá ter o atendimento ampliado para diversas especialidades.

HOSPITAL UNIMED NOVA LIMA

O hospital terá implantação progressiva, começando com a operação do PA. A previsão é que a unidade tenha aproximadamente 150 leitos, incluindo internação, terapia intensiva adulto e pediátrica, Bloco Cirúrgico e um Centro de Diagnóstico.

SERVIÇO:

**Pronto Atendimento
Hospital Unimed
Nova Lima**

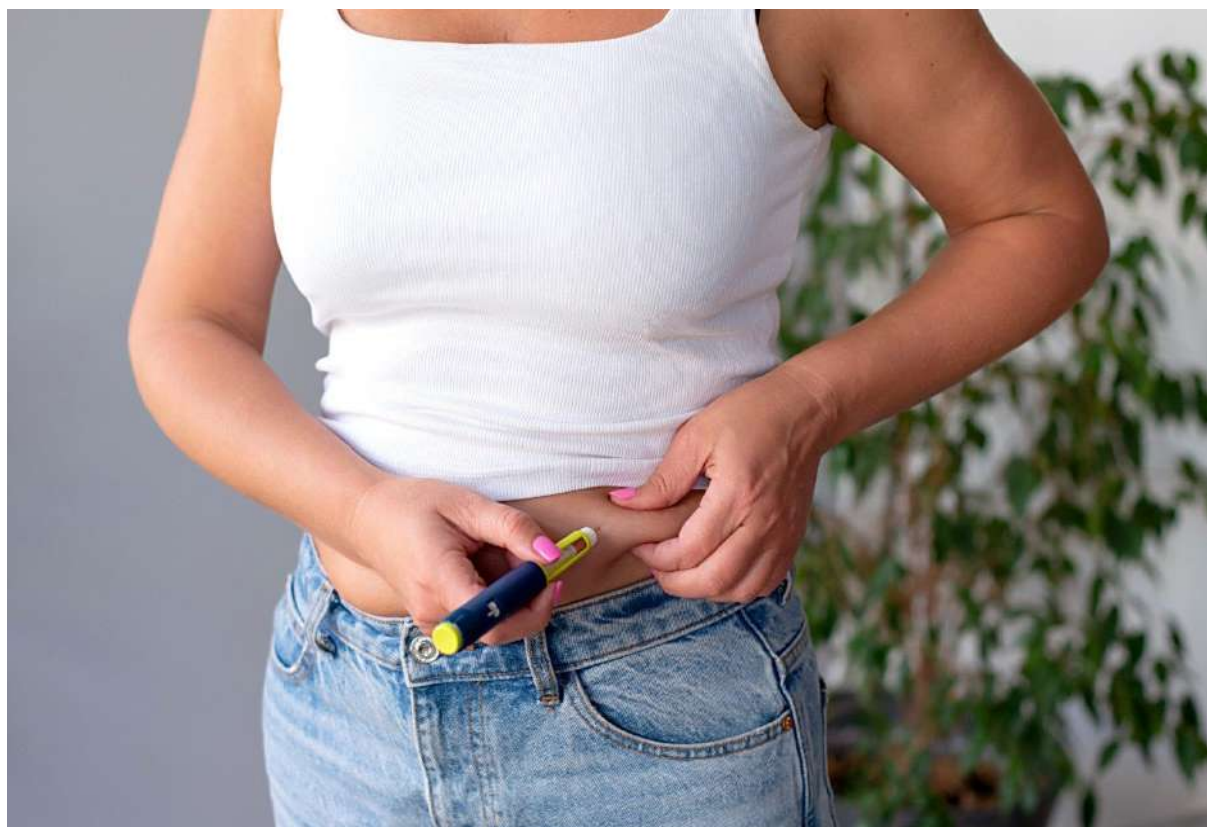
Endereço: Rua Sibipiruna,
nº 48, Vale do Sereno,
Nova Lima.



Emagrecer com canetas depois dos 40 exige um cuidado que a balança não mostra

Rairtoni Pereira

personal trainer há mais de 10 anos, ajudando pessoas a desenvolverem hábitos saudáveis e uma relação positiva com o próprio corpo. É autor do livro “5 Atitudes para criar o hábito de se exercitar todos os dias”.



Nunca houve tanta facilidade para falar sobre emagrecimento. As chamadas canetas emagrecedoras, medicamentos como Ozempic e Mounjaro, ganharam espaço e passaram a fazer parte da rotina de muitas pessoas que buscam reduzir o peso. Quando existe indicação médica e acompanhamento adequado, elas podem ser ferramentas importantes no tratamento da obesidade.

Mas existe uma pergunta que de-

veria acompanhar qualquer processo de emagrecimento, especialmente depois dos 40 anos, “quanto desse peso perdido veio da gordura e quanto veio do músculo?”

A resposta faz diferença porque o corpo muda com o passar dos anos. A massa muscular e a força começam a apresentar uma queda gradual a partir da meia-idade, e esse processo pode se acelerar com o envelhecimento. A sarcopenia, termo usado para descrever a

perda progressiva de massa muscular e função, está relacionada à redução da força e da capacidade funcional ao longo do tempo.

Quando uma pessoa entra em um processo de emagrecimento, portanto, existe uma preocupação que vai além do número mostrado pela balança. Perder peso é diferente de perder gordura. E preservar a massa muscular precisa fazer parte dessa equação.

Um subestudo do ensaio clínico SURMOUNT-1 ajuda a entender essa questão. Pesquisadores acompanharam 160 participantes que fizeram exames de composição corporal por densitometria, no início e após 72 semanas. A média de idade desse grupo foi de 46,2 anos. Entre os participantes que receberam tirzepatida, aproximadamente 74% do peso perdido veio da massa de gordura e 26% da massa magra.

Isso não significa que a medicação esteja provocando uma perda inadequada de músculo. O resultado mostra algo mais simples e importante. Quando o peso diminui, a composição corporal também muda. Parte da massa perdida pode ser massa magra, e esse é um aspecto que precisa ser acompanhado durante o tratamento.

Para quem já passou dos 40, essa atenção ganha ainda mais importância. A perda muscular relacionada à idade pode comprometer força, mobilidade e independência. Por isso, o objetivo de um emagrecimento bem conduzido deveria ser reduzir o excesso de gordura preservando, tanto quanto possível, aquilo que ajuda o corpo a continuar forte e funcional.

O PAPEL DA MUSCULAÇÃO DURANTE O EMAGRECIMENTO

É nesse ponto que o treino de força deixa de ser apenas uma estratégia para mudar a aparência do corpo.

Durante o emagrecimento, a musculação oferece um estímulo para que o organismo preserve e desenvolva a musculatura. O objetivo aqui não é simplesmente aumentar o gasto calórico de uma sessão, mas manter força, capacidade física e função enquanto o peso diminui.

Esse cuidado é relevante porque a perda de massa magra durante um processo de emagrecimento pode ter



consequências que vão muito além da estética. Menos músculo pode significar menos força para realizar atividades cotidianas, como subir escadas, carregar compras, levantar da cadeira ou manter uma rotina ativa.

A evidência disponível também reforça a importância do treinamento resistido durante a perda de peso. Dados reunidos pelo American College of Sports Medicine mostram que a inclusão desse tipo de exercício pode ajudar a preservar a massa livre de gordura durante o emagrecimento.

Isso muda a forma como devemos enxergar a musculação nesse processo. Ela não precisa ser tratada como uma ferramenta para compensar calorias ou acelerar o número da balança. Sua importância está em proteger uma estrutura que será necessária muito depois de o objetivo inicial de emagrecimento ser alcançado.

Também é por isso que alimentação, ingestão adequada de proteínas, sono e treinamento precisam caminhar juntos. A estratégia deve consi-

derar a idade, o histórico de treinamento, a rotina, a condição física e a resposta de cada pessoa ao processo.

Depois dos 40, emagrecer pode continuar sendo um excelente objetivo. O que muda agora é a necessidade de olhar para o resultado de forma mais completa.

Uma pessoa pode terminar um processo alguns quilos mais leve. Outra pode terminar com menos gordura, mantendo força e capacidade para se movimentar bem. Na balança, talvez a diferença não pareça tão grande, mas, no dia a dia e nos anos seguintes, ela pode ser.

As canetas podem fazer parte de um tratamento quando existe indicação médica. O treino de força pode fazer parte da estratégia para preservar aquilo que o emagrecimento não deveria levar embora.

E no fim, o melhor resultado é conseguir emagrecer sem abrir mão da força necessária para continuar vivendo bem.

Galo fecha parceria com gigante chinesa de tecnologia

Huawei será fornecedora de servidores e soluções de tecnologia para o data center do Clube

O Atlético fechou uma importante parceria na área de tecnologia com a Huawei, uma das maiores empresas do mundo no setor, com sede em Shenzhen, na China. O Clube escolheu a gigante chinesa como fornecedora de servidores, soluções de armazenamento de dados e sistemas de backup, em um contrato de cinco anos, cuja implantação terá início em novembro. A partir dessa etapa, a Arena MRV passará a operar integralmente com tecnologia Huawei em sua infraestrutura de dados.

A integradora responsável pelo projeto é a SYX-AI, parceira tecnológica da Huawei no Brasil, que será responsável pelo desenvolvimento da solução, implantação e acompanhamento da operação.

Como parte da nova parceria, o vice-presidente de Negócios do Atlético, Márcio Freire, e o diretor de Tecnologia do Clube, Leandro Evangelista, visitaram instalações da Huawei na China e tiveram a oportunidade de apresentar o Atlético aos executivos chineses.

Os dirigentes também conheceram o Shanghai Stadium, arena com capacidade para cerca de 80 mil pessoas e que conta com diversas soluções desenvolvidas pela Huawei, incluindo câmeras, conectividade, gerenciamento de dados e um centro de operações que monitora, em tempo real, diferentes aspectos do funcionamento do estádio.

"Eles usam inteligência artificial para avaliar o que está acontecendo com o público e os cenários, tudo o



que acontece dentro do estádio", explica o diretor de Tecnologia do Atlético.

A expectativa é que, nos próximos anos, soluções semelhantes possam ser incorporadas à operação da Arena MRV, ampliando o uso de tecnologia, dados e inteligência artificial na experiência dos torcedores e na gestão da arena mais tecnológica da América Latina.

Durante a viagem, os executivos do Atlético também conheceram o Ox Horn Campus, um dos principais centros de pesquisa e desenvolvimento da Huawei, que reúne cerca de 25 mil engenheiros e 108 prédios dedicados à pesquisa. Eles participaram ainda da Huawei Connect 2026, principal evento corporativo da empresa no ano, dedicado a infraestrutura e soluções de inteligência artificial.

"O Atlético tem como objetivo buscar parcerias na China, onde realmente há fartura de tecnologia, inovação e, claro, de investimentos. Aproveitamos a viagem para visitar empresas como a BYD e conhecer de perto o que está sendo desenvolvido no país", afirma o vice-presidente de

Negócios, Márcio Freire.

Além da infraestrutura tecnológica da Arena MRV, a parceria com a Huawei poderá abrir novas possibilidades para o futebol do Atlético, especialmente nas áreas de análise de desempenho, dados e scouting.

"Estamos sempre nos atualizando, e a Huawei está muito à frente no que se refere à tecnologia. Ficamos muito satisfeitos com essa oportunidade. Foi um momento de conhecer as estruturas da Huawei, as cidades, entender o que eles estão realizando e avaliar como podemos agregar essas tecnologias ao futebol e à Arena MRV", reforça Leandro Evangelista.

Fundado em 25 de março de 1908, o Clube Atlético Mineiro é um dos maiores e mais tradicionais clubes do futebol brasileiro. Reconhecido por sua história vitoriosa e por uma das torcidas mais apaixonadas do país, o Galo acumula conquistas de destaque no cenário nacional e internacional, entre elas o Campeonato Brasileiro, a Copa do Brasil, a CONMEBOL Libertadores e a Recopa Sul-Americana.

Entendemos que cada cliente é único

Gestão de patrimônio significa
total personalização, transparência e
confiança aos nossos clientes.

Para nós, da Portogallo Family Office, o
planejamento do seu futuro é o que mais
importa para nós.

Acreditamos no seu potencial.
E você, acredita?

**Não administramos fortunas,
administramos futuros.**



PORTOGALLO

FAMILY OFFICE

*Não administramos fortunas.
Administramos futuros.*

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830

www.portogallofamilyoffice.com.br



O risco invisível de fazer negócios com empresas ligadas ao crime organizado

Alexandre Pegoraro

CEO do Kronoos



A descoberta de fintechs supostamente utilizadas pelo Primeiro Comando da Capital para movimentar bilhões de reais colocou uma questão incômoda na mesa de empresas, instituições financeiras e profissionais de compliance: até que ponto conhecemos realmente as organizações e pessoas com as quais fazemos negócios?

A pergunta ganhou urgência. Em maio, uma investigação do Ministério Público de São Paulo e da Receita Federal apontou seis fintechs suspeitas de funcionar como braços financeiros do PCC. Segundo as autoridades, o esquema investigado teria movimentado mais de R\$ 26 bilhões entre 2022 e 2025, utilizando mecanismos como

contas concentradoras, depósitos em espécie e estruturas destinadas a dificultar o rastreamento dos recursos.

Pouco mais de um mês depois, a Polícia Federal deflagrou outra operação contra um grupo suspeito de lavagem de recursos do tráfico internacional de drogas ligado à facção. Nesse caso, a investigação apontou movimentação superior a R\$ 10 bilhões por meio de criptoativos, transporte de valores, operações bancárias e transferências entre pessoas físicas e jurídicas.

Os casos revelam algo maior do que um problema restrito ao sistema financeiro. O crime organizado vem

demonstrando capacidade crescente de utilizar estruturas empresariais formais para movimentar recursos, construir cadeias de relacionamento e conferir aparência legítima às suas operações.

Isso muda a natureza do risco para quem contrata um fornecedor, estabelece uma parceria, recebe um investimento, abre uma conta, concede crédito ou simplesmente escolhe uma empresa para processar seus pagamentos. Uma organização não precisa ter qualquer relação intencional com uma facção criminosa para sofrer as consequências dessa proximidade. Basta que um elo relevante da sua cadeia esteja envolvido

em uma investigação para que surjam questionamentos de clientes, bancos, investidores, auditores, reguladores e da própria imprensa.

É o que podemos chamar de risco de contaminação por relacionamento. Durante muito tempo, conhecer uma contraparte significava essencialmente confirmar sua identidade, verificar documentos, consultar listas restritivas e identificar algumas informações cadastrais. Esse procedimento continua necessário, mas a sofisticação das estruturas utilizadas para ocultar recursos mostra que ele já não é suficiente.

O problema é que vínculos de risco raramente aparecem de maneira organizada. Uma pessoa pode não constar de uma lista de sanções e, ainda assim, aparecer em um processo judicial relacionado a organização criminosa. Uma empresa aparentemente regular pode ter sócios ou administradores mencionados em investigações. Um potencial parceiro pode nunca ter sido condenado, mas acumular ocorrências, relações societárias ou referências públicas que, analisadas em conjunto, justificariam uma diligência mais aprofundada.

Nenhum desses elementos, isoladamente, permite concluir que uma pessoa integra uma organização criminosa. E esse cuidado é fundamental. Uma menção em processo ou reportagem não equivale a condenação, assim como compartilhar uma relação societária ou comercial com alguém investigado não significa participação em seus atos. O papel do compliance não é produzir condenações privadas. É identificar fatos e indícios relevantes antes de tomar uma decisão de risco. É justamente aí que a due diligence precisa evoluir.

O desafio deixou de ser apenas encontrar informação. Hoje existem processos judiciais, publicações oficiais, registros empresariais, notícias

e diversas outras fontes disponíveis. O desafio é conseguir relacionar essas informações, confirmar se elas dizem respeito à pessoa correta, compreender seu contexto e preservar a origem de cada evidência para que uma decisão possa ser posteriormente justificada. Essa necessidade se tornou ainda mais relevante com as mudanças recentes no tratamento jurídico das facções criminosas.

Em março, entrou em vigor a Lei 15.358/2026, que instituiu o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado e criou mecanismos destinados à asfixia financeira, logística e material dessas organizações. Dois meses depois, o Departamento de Estado dos Estados Unidos classificou PCC e Comando Vermelho como Specially Designated Global Terrorists e anunciou a intenção, posteriormente efetivada em junho, de enquadrá-los também como Foreign Terrorist Organizations.

Para empresas brasileiras com operações internacionais, investidores estrangeiros ou relações com instituições submetidas a regras de sanções dos Estados Unidos, esse novo contexto torna a análise de contrapartes ainda mais sensível. Mas há uma armadilha nesse processo. Quanto mais as empresas procuram identificar vínculos com organizações criminosas, maior também é o risco de produzir falsos positivos. Nomes semelhantes, homônimos, notícias antigas, processos envolvendo terceiros e referências fora de contexto podem levar a conclusões injustas e decisões equivocadas. Uma política séria de integridade precisa ser capaz de identificar riscos sem transformar suspeitas em sentenças. Por isso, o próximo estágio do KYC e da due diligence não será simplesmente consultar mais bases. Será conectar informações com contexto e rastreabilidade.

Se uma pessoa aparece em determinado processo, é preciso saber qual

é o processo, em qual tribunal tramita, de que maneira ela é mencionada e qual é o estágio da ação. Se existe uma notícia negativa, é necessário conhecer a fonte, a data e exatamente o que foi atribuído àquela pessoa. Se existe um vínculo societário relevante, é preciso entender sua natureza e temporalidade.

A tecnologia pode reduzir drasticamente o trabalho necessário para encontrar e organizar essas informações. A interpretação, porém, precisa continuar sendo humana. Esse equilíbrio será cada vez mais importante. Sistemas de compliance não deveriam simplesmente entregar uma classificação dizendo que determinada pessoa é de “alto” ou “baixo risco” sem permitir compreender como aquela conclusão foi construída. Em temas tão sensíveis quanto uma possível relação com organizações criminosas, a evidência precisa ser mais importante do que o score.

As operações recentes mostram que a discussão sobre crime organizado deixou há muito tempo de estar restrita às áreas de segurança pública. Ela chegou às mesas de compliance, risco, crédito, investimentos e governança corporativa. Para essas áreas, talvez a principal mudança seja entender que conhecer o cliente já não basta. É preciso conhecer também sócios, administradores, parceiros e contrapartes, além de conseguir identificar sinais que, individualmente, parecem dispersos, mas juntos podem revelar uma exposição que não estava visível.

Em um ambiente no qual organizações criminosas conseguem utilizar empresas formalmente constituídas, instituições financeiras e estruturas sofisticadas para movimentar bilhões, descobrir com quem se está fazendo negócios depois que uma operação policial chega às manchetes é tarde demais. A boa due diligence começa justamente antes disso.



Multa contra comprador de imóvel na planta vira grande negócio para as construtoras

Kênio de Souza Pereira

Consultor Especial da Presidência da OAB-MG; Vice-presidente da Comissão Especial de Direito Condominial da OAB Federal; Diretor Regional de MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário; Diretor da Caixa Imobiliária Netimóveis. contato@keniopereiraadvogados.com.br - Tel. (31) 97139-1474

Com o crescimento dos distratos de apartamentos vendidos na planta, as construtoras passaram a lucrar com a retenção de valores que, em muitos casos, corresponde a 70% do valor pago, enquanto a devolução do saldo pode ocorrer somente após 30 dias da conclusão da obra, sendo que esse prazo supera seis meses se o empreendimento não tiver patrimônio de afetação.

O distrato de incorporadoras de capital aberto cresceram 27,7% no primeiro semestre de 2026 em comparação com o mesmo período de 2025, superando de R\$2,167 bilhões. Somente a Construtora Direcional registrou alta de 69,5%, o que evidencia o erro dos compradores ao aceitarem as cláusulas que preveem multa de 50% em caso de desistência no caso de incorporação com patrimônio de afetação.

Além da multa, o comprador pode arcar com a comissão de corretagem, geralmente de 6% sobre o valor do imóvel, e com os impostos da transação. Essas despesas geram perdas que podem representar a poupança acumulada durante décadas de trabalho.

A compra da moradia é frequentemente movida pela emoção. Esse comportamento, agravado pelo desconhecimento da terminologia jurídica dos contratos e da matemática financeira, resulta em situações que poderiam ser evitadas com a orientação de um advogado especializado. Essa assessoria possibilitaria negociar cláusulas mais equilibradas, pois a Lei nº 13.786, criada sob o lobby das construtoras, estabeleceu regras abusivas, como a multa de até 50% nos empreendimentos submetidos ao patrimônio de afetação.



LEI FAVORECEU CONSTRUTORAS AO AFRONTAR DECISÕES DO STJ

Os desequilíbrios dessa lei contrariam o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, que limitava a retenção a 25%, já incluída a comissão de corretagem e determinava a restituição imediata do saldo ao comprador. Com a Lei de 2018, o prazo foi ampliado para até 6 meses após a finalização do empreendimento sem patrimônio de afetação. Na prática, a devolução amigável raramente acontece, pois em geral ocorre somente após ordem judicial, fato esse que havia motivado a Súmula 543 do STJ.

A desigualdade é tão exagerada que a multa contra o comprador é 50 vezes maior que à imposta à construtora pelo atraso da obra, correspondente a apenas 1% ao mês sobre o valor recebido.

COMPRADOR DEVE VENDER A UNIDADE RÁPIDO

O comprador, ao perceber que perdeu a capacidade de pagamento ou que não conseguirá aprovar o financiamento, especialmente diante do maior rigor dos bancos, deve vender a unidade de imediato, ainda que conceda um desconto expressivo.

Caso fique inerte, poderá receber de volta menos de 30% do valor desembolsado e

ainda esperar dezenas de meses após o término da obra, o que é um péssimo negócio.

A falta de orientação e a demora em formalizar uma atitude tem um alto custo. É fundamental agir rapidamente, pois a construtora não facilitará o distrato, já que lucra com a dificuldade do comprador. Este, ao ver o sonho da casa própria desmoronar, muitas vezes não compreende o emaranhado de cláusulas e cálculos que deixou de analisar antes de assinar o contrato.

STJ PODE REDUZIR A MULTA

Apesar da Lei autorizar a multa de até 50%, existem decisões do STJ que reduzem esse percentual quando constatada sua abusividade, especialmente quando há o enriquecimento sem causa da construtora.

Essa situação foi prevista nesta coluna em abril/26, no artigo "O preço 'irreal' dos imóveis na planta e os riscos ocultos nos contratos de construtoras" - <https://mercadocomum.com/o-preco-irreal-dos-imoveis-na-planta-e-os-riscos-ocultos-nos-contratos-de-construtoras/>. Alertamos que muitos apartamentos prontos seriam negociados abaixo dos valores das unidades vendidas na planta e que haveria construtoras atrasando a entrega dos empreendimentos diante dos aumentos dos custos dos materiais, mão de obra e dos juros.



A força do varejo brasileiro

Jorge Gonçalves Filho

Jorge Gonçalves Filho é presidente do IDV – Instituto para Desenvolvimento do Varejo

Quando analisamos os setores que movem o Brasil, um desponta com sua força: o varejo brasileiro. Dos R\$ 6,7 trilhões em valores correntes que formaram o PIB brasileiro no 1º semestre de 2026, temos 9,4% produzidos pelo varejo, ou seja, cerca de R\$ 630 bilhões.

O PIB do varejo brasileiro, por exemplo, é 44% maior do que o PIB da agropecuária e equivale a 83% da indústria de transformação. Mas, apesar desses números grandiosos, nos últimos anos tem registrado dificuldades para manter seu crescimento, haja vista que o comércio varejista ampliado, em julho/2024, cresceu, nominalmente, cerca de 3,5% ao ano; já em julho/2025, em torno de 1,8%; e agora, em julho/2026, módico 1,2%.

Segundo o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), que publica mensalmente o Índice Antecedentes de Vendas (IAV), que mede o comportamento das vendas de seus associados, as maiores empresas de varejo do país, nos últimos 20 meses, as vendas totais ajustadas pelo IPCA (vendas reais) apresentaram desempenho negativo, sendo, em julho, -2,8% frente ao mesmo mês do ano passado. E as projeções para os próximos meses mantêm-se negativas.

Desnecessário mencionar o que a maioria dos artigos sobre o varejo já abordou como principais causas desse momento difícil: juros elevadíssimos, endividamento e inadimplência tanto das pessoas físicas quanto das empresas, além de bilhões retidos



nos sites de apostas que deveriam estar no varejo e serviços, entre outras causas. E, mais recentemente, a MP 1.357, de 12 de maio de 2026, que zerou o Imposto de Importação nas compras internacionais pelas plataformas eletrônicas (cross border) até U\$ 50,00 (taxa das blusinhas) e foi transformada na Lei 15.502, de 10 de setembro de 2026, que manteve zero por cento de Imposto de Importação, confirmando a retirada dos 20% deste tributo existente até abril/2026.

Com zero por cento de Imposto de Importação no cross border para compras de até U\$ 50,00, o volume de pacotes/remessas que passou a entrar no Brasil disparou. A saber: em outubro/2024, registrou-se 13,5 milhões de pacotes/mês; no ano de 2025, uma média próxima a 14 milhões; e já em maio/26, com a edição da MP 1.357, o volume saltou para 20 milhões ao mês, atingindo, na média de junho e julho de 2026, 28 milhões de pacotes. E agora é lei.

São bilhões de reais que estão saindo do mercado interno, sendo transferidos para os países exportadores favorecidos com a Lei 15.502/26, e as consequências estão sendo sentidas.

O comércio varejista tinha, em dezembro/2025, o volume de 7.171.382 empregos formais e caiu para 7.119.607 empregos em julho/26. São 51.775 empregos eliminados nos principais setores atingidos pela medida provisória, em especial o setor de artigos do vestuário e acessórios, com redução de 31.069 empregos. Na sua maior parte, efeito causado pelo zero no Imposto de Importação no cross border. Certamente, há um impacto grande no varejo e no trabalho informal, que são afetados ainda mais por essa concorrência predatória que a Lei 15.502/26 criou. Sem equidade concorrencial e isonomia tributária, a tendência é de agravamento da crise no varejo.

Não se quer exportar empregos, não se quer exportar empresas para os países fronteiriços. Para evitar isto, há um sinal de esperança na nova Lei 15.502/26, que prevê, pelo Ministério da Fazenda, a primeira avaliação dos impactos econômicos desta nova lei no prazo de três meses, ou seja, em 10 de dezembro de 2026, logicamente após as eleições.

Enquanto isto, até que dezembro chegue, resta ao varejo a resiliência para enfrentar um mercado adverso e sobreviver até lá.



A Ansiedade e o Vazio

Carlos Alberto dos Santos
Jornalista, professor e escritor



A célebre imagem de Arthur Schopenhauer da vida como um pêndulo entre a dor e o tédio parece ganhar ainda mais força no mundo contemporâneo. Se, no século XIX, o filósofo observava o desejo como motor do sofrimento humano, hoje vivemos em uma sociedade que o estimula, intensifica e reinventa continuamente.

Na lógica atual, marcada pelo consumo, pela hiperconectividade e pela exposição nas redes sociais, a “dor” pode ser associada à sensação de inadequação: nunca somos produtivos o suficiente, bem-sucedidos o bastante ou felizes como aparentam ser os outros. A comparação social cria um ambiente em que o desejo deixa de ser espontâneo e passa a ser induzido. Queremos não apenas o que nos

falta, mas aquilo que nos dizem que deveríamos querer.

Quando esses desejos são momentaneamente satisfeitos, como uma conquista profissional, um bem adquirido ou o reconhecimento social, surge muitas vezes não a plenitude, mas um vazio silencioso. O “tédio” contemporâneo não é apenas ausência de estímulo, mas uma espécie de anestesia emocional diante do excesso. A satisfação perde rapidamente seu valor e é substituída por uma nova necessidade, reiniciando o ciclo.

Sob a perspectiva da psicologia social, esse movimento pendular resulta também de dinâmicas coletivas que moldam nossa subjetividade. Não sofremos isoladamente: somos atra-

vessados por expectativas culturais, normas sociais e modelos de sucesso que orientam nossos desejos.

Nesse cenário, a dor não é apenas pessoal, mas também socialmente produzida. E o tédio, longe de ser descanso, pode se transformar em desconexão de si mesmo, levando-nos a buscar incessantemente novos estímulos para preencher o vazio. O pêndulo de Schopenhauer continua em movimento. Talvez, porém, tenha sido acelerado.

O desafio contemporâneo não é eliminar esse movimento, mas tomar consciência dele. Em vez de sermos arrastados entre a falta e o excesso, entre a ansiedade e a apatia, a reflexão pode abrir espaço para uma relação mais consciente com o desejo.



O Brasil precisa fechar para balanço

Décio Freire

Advogado, sócio-titular do Décio Freire Advogados-DFA, Presidente do Conselho Consultivo dos Diários Associados e Fundador do Instituto Dom Luciano Mendes de Almeida – IDL Pró-Vida

Nos últimos anos, o caos generalizado que se instalou no País, nas mais diversas áreas, justificaria, se se tratasse de uma empresa, o fechamento para balanço neste final de 2026. Tal afirmação não se trata de politização ou é fruto de alarmismo. O Estado tem que ser chamado “de volta para o jogo”. O cidadão brasileiro se acostumou com um Estado ausente. Acostumou-se com a situação de que “já que o Estado não faz, as empresas pagam a conta”; “já que o Estado não funciona” o cidadão tem que arcar com a segurança de seu condomínio, com plano de saúde, com educação privada. Isto tem que mudar.

Os empresários e os cidadãos não aguentam mais ser responsáveis por suprir a total ausência do Estado. O próximo governante, seja ele quem for, tem que fazer “um pacto de arrumação” no Brasil. No agro, por exemplo, responsável por equilibrar a balança comercial, 23% dos produtores rurais que dependem de crédito estão com problemas para pagamento de suas dívidas, que já se avolumam em mais de R\$ 207 bilhões. Temos 6.341 empresas em recuperação extrajudicial ou judicial, o que representa 63% a mais do que em 2023. E nenhum candidato fala nada sobre isso em seus projetos de governo.

A insegurança jurídica é absoluta e bastam dois exemplos para demonstrar isso. Primeiro, a proibição do funcionamento das Bets. Não vou analisar se o jogo deve ou não ser autorizado. Mas defendo, com todas as forças, que contratos devem ser respeitados. No caso das Bets existem válidos e vigentes contratos de investimento em clubes de futebol, de patrocínios, de publicidade. Em 27 de julho deste ano, há três me-



ses portanto, festejou-se que parte da receita com as Bets fomentaria a Polícia Federal no combate ao crime organizado. Isto foi aprovado pelo Senado. E com uma canetada tudo isso virará pó a partir de 06 de outubro.

Outro exemplo vem de um grupo de empresas de minimercados que opera em São Paulo. Foi multado, pelo judiciário, em R\$ 2 milhões, por dano moral coletivo, por sujeitar seus empregados a exposição a assaltos. Como se a vítima primeira dessa violência não fosse a própria empresa e não fosse do Estado a responsabilidade pela segurança pública. Explicar casos como estes para investidores estrangeiros é tarefa árdua para nós profissionais do direito no Brasil.

O brasileiro se acostumou a comemorar que o orçamento anual do País seja aprovado na madrugada do último dia de funcionamento do congresso. Como se orçamento não fosse o mais importante para qualquer gestão séria. A Reforma Tributária ficou década emperrada e depois chegaram à conclusão de que tinha que ser aprovada a toque de caixa para dar uma resposta para a opinião pública. E até hoje não se sabe a alíquota total que será suportada e

sequer se realmente entrará em vigor em 2027.

O fim da jornada 6x1, que afeta centenas de milhares de empresas, é discutida em meio a campanha eleitoral, sujeita a conchavos eleitorais e pressões de toda ordem. É esse o ambiente de absoluta insegurança com o qual as empresas convivem. Costumo dizer que empresário no Brasil não é só um herói, como o mais competente do mundo, pois conviver com esse grau de insegurança é algo inimaginável em qualquer país minimamente civilizado. E não é só nos ambientes econômico e jurídico que a insegurança impera. O Brasil registrou a marca de 40.775 homicídios em 2025, mais que a maioria dos países em guerra. Portugal teve 98 homicídios e os EUA, que tem 340 milhões de habitantes, cerca de 14.000. E ninguém fala disso! Roubam 500 celulares por dia em São Paulo. E ninguém fala mais nisso! Achamos normal e a conta vai para o empresário e para o contribuinte. Mas estes não aguentam mais.

A população brasileira caminha em passos largos para a insolvência civil. Uma pesquisa recente feita em julho/26 com 18.000 famílias concluiu que 82% das famílias brasileiras têm dívidas, com uma média de endividamento de 29,5% do orçamento mensal, enquanto em países como Austrália o nível de endividamento é de 15,5%, no Canadá 14,5%, na Coreia do Sul 11,5% e nos EUA 7,9%. Das famílias brasileiras com dívidas 19% comprometem mais de 50% do orçamento mensal com pagamento de cartão de crédito, crédito consignado, etc.

O Estado realmente precisa de um “freio de arrumação”. E é urgente!

Andreia Tarelow



O populismo do voto: do Bolsa Família à MP das bets

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifief, UniFMU, do Ciee/O Estado de S. Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que unificou e ampliou os diversos programas de auxílio criados na gestão de Fernando Henrique Cardoso, de extrema importância para a proteção social, o combate à pobreza e a reinserção no mercado de trabalho; contudo, não da forma como é praticado no Brasil, pois sofreu um profundo desvirtuamento ao se transformar em mero instrumento de manutenção do poder.

A conversão de programas assistenciais em ferramentas de barganha eleitoral consolida a marca do atual governo: a troca do compromisso fiscal pelo populismo desenfreado.

Nesse sentido, quero trazer à reflexão as medidas do governo Lula para alcançar a reeleição, haja vista o aumento do valor do Bolsa Família anunciado a 17 dias das eleições.

No Brasil, o programa se estrutura de modo a não estimular grande parcela dos beneficiários a procurar trabalho ou a deixar de depender do auxílio assistencial. As regras para o recebimento do benefício deveriam ser mais rígidas, com revisões periódicas e a exigência de busca ativa por emprego. Há inúmeras empresas — em setores como a construção civil e o comércio — que oferecem vagas, mas muitos dos eventuais interessados preferem não ter o contrato registrado em carteira para não perder o benefício.

Dados do Cadastro Único, de feve-



reiro de 2025, indicam que 7 milhões de famílias — 34,1% do total de 20,6 milhões de beneficiários — recebem o Bolsa Família há mais de 10 anos, com maior concentração da dependência de longo prazo no Nordeste (38,8%) e no Norte (33,7%). Em muitas localidades do interior, a subsistência informal combinada ao benefício cria uma acomodação estrutural, na qual a busca pelo emprego formal deixa de ser prioridade. Em suma, essas famílias optam por não trabalhar com carteira assinada, têm sua casa, sua horta, seu galinheiro, não gastam muito e o benefício tornou-se um complemento.

Um programa como o Bolsa Família, destinado àqueles que estão realmente desempregados e condicionado a critérios rígidos — especialmente a exigência de procura

ativa de emprego —, é fundamental. Contudo, a distribuição de benefícios sem critérios, utilizada para ganhar eleições, é altamente preocupante.

No cenário atual, outro fator crítico é o expressivo endividamento público no presente mandato do governo Lula, que já era de R\$ 10,9 trilhões em junho. A necessidade constante de tomar recursos emprestados no mercado pressiona a taxa de juros e a mantém em níveis elevados para atrair investidores. O resultado dessa dinâmica é perverso: o setor produtivo se desestabiliza, os pedidos de recuperação judicial se multiplicam, grandes empresas encerram suas atividades e o PIB não cresce.

Além disso, surgem diversas outras medidas de cunho eleitoreiro — alvo de



duras críticas nos editoriais dos principais jornais do país —, que evidenciam uma total desconexão com a realidade econômica, no exato momento em que as contas públicas se encontram abolutamente estraçalhadas.

Comenta-se amplamente o caráter eleitoreiro das recentes medidas do presidente Lula. Soma-se a isso a preocupante proximidade entre o Executivo e ministros do Supremo Tribunal Federal, o que evidencia relações que descaracterizam a própria função da Corte e geram crescente rejeição ao presidente. Para grande parte da opinião pública, essa articulação busca evitar a apuração aprofundada do escândalo do Banco Master, episódio que, somado às irregularidades no INSS, compromete gravemente a credibilidade do governo.

Aliás, essa foi uma marca de outros governos do PT: o Mensalão, o escândalo da Petrobras e a Lava Jato. Apesar de muitos envolvidos terem obtido reabilitação — mesmo após confessarem crimes e devolverem dinheiro —, vemos agora episódios como o perdão de R\$ 1,2 bilhão em juros de acordos.

Diante desse histórico, fica evidente que estamos diante de mais um projeto estritamente eleitoreiro.

Tudo isso me entristece muito, porque não discutimos, nestas eleições, ideias para o presente e o futuro. Para se reeleger, o presidente Lula utiliza apenas políticas eleitoreiras e populismo, enquanto o Brasil afunda em uma crise de Poderes, caracterizada pela falta de credibilidade nas instituições.

O eleitor brasileiro terá de decidir entre um presidente que luta por todos os meios para se reeleger e permanecer no poder e os candidatos de oposição que, desprovidos da máquina pública, precisam vencer o debate no campo das ideias. Nesse cenário, despontam quadros com propostas consistentes, como Flávio Bolsonaro, Romeu Zema, Augusto Cury e Ronaldo Caiado — este último com a credibilidade de quem comprovou eficiência administrativa ao obter a reeleição no primeiro turno em Goiás.

Enfim, é esse o cenário em que nos encontramos: uma conjuntura

na qual o presidente Lula recorre a práticas populistas e, a meu ver, demagógicas para assegurar a sua reeleição — como a recente edição da Medida Provisória contra as apostas virtuais (bets), que é apenas mais um exemplo desse oportunismo eleitoral às vésperas do pleito.

É lamentável a realidade de um país em que a população perdeu a confiança nas suas próprias instituições, conforme demonstram recentes pesquisas. Por isso, é perfeitamente compreensível que o ministro André Mendonça — referência de integridade no Supremo Tribunal Federal —, ao embarcar em um avião de carreira, tenha sido aplaudido de pé pelos demais passageiros. Esse gesto sintetiza o anseio de toda a sociedade: o resgate da moralidade na gestão pública.

Queremos voltar a confiar nas instituições. Algo que, infelizmente, não se revela possível no atual cenário. O resgate da moralidade na gestão pública é a única via para devolver a esperança ao país — missão que cabe ao eleitor exigir e resgatar soberanamente nas urnas.



O Egito eterno no Louvre

Rachel Capucio

Advogada especialista em Cultura

Entre faraós, escribas e símbolos milenares, as galerias egípcias do Louvre revelam uma civilização que continua fascinando o mundo.

Visitar a coleção egípcia do Museu do Louvre, em Paris, é atravessar milhares de anos de história. Entre esculturas, sarcófagos, papiros, joias, objetos funerários e inscrições em hieróglifos, o visitante encontra os vestígios de uma das civilizações mais fascinantes da humanidade.

A coleção ganhou força na França a partir do crescente interesse europeu pelo Egito, especialmente após a campanha de Napoleão Bonaparte, entre 1798 e 1801, que levou ao país uma expedição formada também por estudiosos, artistas e pesquisadores. Décadas depois, a decifração dos hieróglifos por Jean-François Champollion ampliaria profundamente a compreensão sobre a sociedade egípcia.

Entre as obras mais célebres está O Escriba Sentado, produzida durante o Antigo Império. A escultura impressiona pelo realismo e pelos olhos incrustados, que parecem acompanhar o visitante. Embora a identidade do personagem seja desconhecida, sua representação evidencia a importância dos escribas, responsáveis pelo registro de informações e pelo funcionamento administrativo do Estado.

A força dos faraós também domina as galerias. Ramsés II, um dos mais conhecidos soberanos do Egito Antigo, aparece representado em obras que traduzem a relação entre poder, religião e eternidade. Para os

egípcios, a imagem do faraó não era apenas um retrato: representava autoridade e continuidade.

Outro destaque é a Grande Esfinge de Tanis, com seu tradicional corpo de leão e cabeça humana. Encontrada no Delta do Nilo, a monumental escultura traz inscrições relacionadas a diferentes soberanos, revelando como monumentos podiam ser reutilizados ao longo dos séculos.

Já o Zodíaco de Dendera aproxima arte, religião e astronomia. Produzido no período greco-romano, o relevo representa o céu e suas constelações, mostrando como os antigos egípcios relacionavam os movimentos celestes

aos deuses e aos ciclos da natureza.

Mas talvez a maior riqueza da coleção esteja justamente na diversidade de seus objetos. Amuletos, vasos, joias, mobiliário e elementos funerários permitem conhecer não apenas os faraós, mas também aspectos da vida cotidiana e das crenças de uma sociedade profundamente ligada à ideia de continuidade após a morte.

No Louvre, o Egito Antigo não parece tão distante. Cada escultura, cada hieróglifo e cada pequeno objeto funciona como uma janela para um mundo que desapareceu há milhares de anos, mas que permanece vivo através da arte.



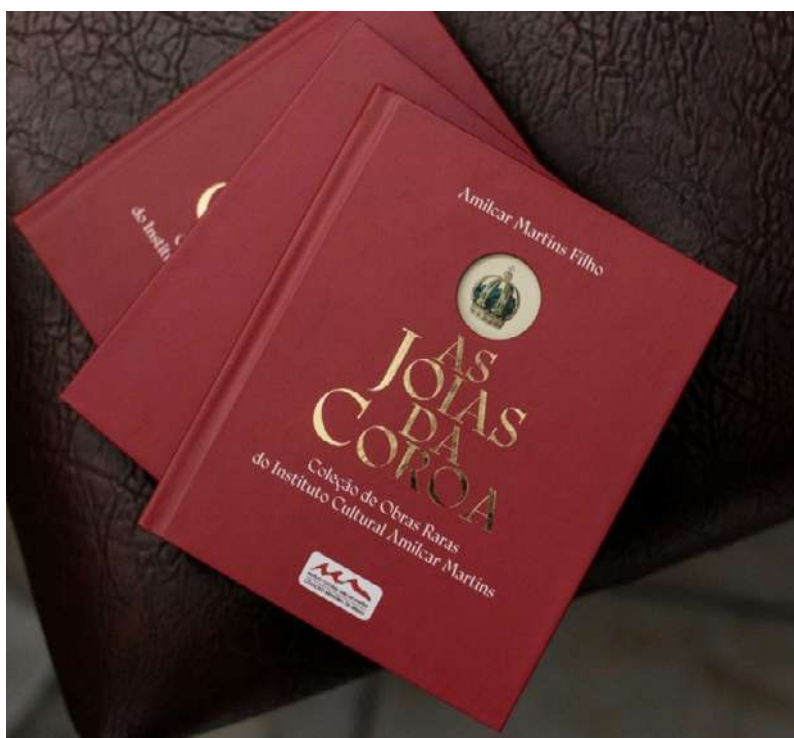
Instituto Cultural Amilcar Martins completa 25 anos com acervo reconhecido pela UNESCO

Com mais de 15 mil títulos e um dos mais importantes conjuntos bibliográficos sobre Minas Gerais, instituição celebra um quarto de século de atuação preservando a história e a cultura de Minas Gerais

Guardião de um dos mais relevantes acervos dedicados à história de Minas Gerais, o Instituto Cultural Amilcar Martins – ICAM, completa 25 anos de atuação reafirmando seu compromisso com a preservação da memória, da pesquisa e da produção cultural do Estado. Reconhecida internacionalmente pela UNESCO, a instituição reúne mais de 15 mil títulos e integra o programa Memory of the World, que destaca conjuntos documentais de excepcional valor histórico para a humanidade. As comemorações serão realizadas no dia 21 de setembro, em solenidade na Academia Mineira de Letras.

Ao longo de sua trajetória, o Instituto consolidou a maior biblioteca especializada em história de Minas Gerais já catalogada. O acervo reúne entre 1.800 e 2.000 obras raras, muitas delas dos séculos XVIII e XIX, incluindo exemplares de extraordinário valor bibliográfico, como a primeira edição de Marília de Dirceu, de Tomás Antônio Gonzaga, publicada em 1792, e uma primeira edição de Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa, com dedicatória autógrafo do escritor.

Além da biblioteca, o Instituto desenvolve projetos permanentes de incentivo à pesquisa, promove seminários, exposições e cursos de conservação e restauro de livros e documentos, realiza ações de digitalização de acervos e publica obras relevantes sobre a história de Minas Gerais.



O Instituto atua continuamente na preservação e divulgação de seu patrimônio bibliográfico, no fortalecimento das atividades de pesquisa e na ampliação do acesso da população a esse valioso patrimônio cultural. Por meio dessas iniciativas, o ICAM contribui para a preservação, a valorização e a difusão da memória, da história e da cultura mineira.

A Biblioteca do Instituto Cultural Amilcar Martins é aberta ao público e funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

LANÇADO O LIVRO “AS JOIAS DA COROA”, DE AUTORIA DE AMILCAR MARTINS

Contendo 232 páginas ricamente ilustradas, “As Joias da Coroa” de autoria de Amilcar Martins, foi lançada no dia 22 de setembro, na Academia Mineira de Letras, em Belo Horizonte - MG, com o comparecimento de um público estimado em 400 pessoas.

A obra As Joias da Coroa apresenta a Coleção de Obras Raras do Instituto Cultural Amilcar Martins - ICAM,

considerada a “joia da coroa” de seu acervo bibliográfico.

Formada por 1.807 títulos de livros dos séculos XVIII, XIX e primeiras décadas do século XX sobre a história de Minas Gerais, contemplam diferentes áreas do conhecimento. A coleção reúne livros, opúsculos, periódicos, mapas e alguns manuscritos de grande importância para a história e cultura de Minas Gerais.

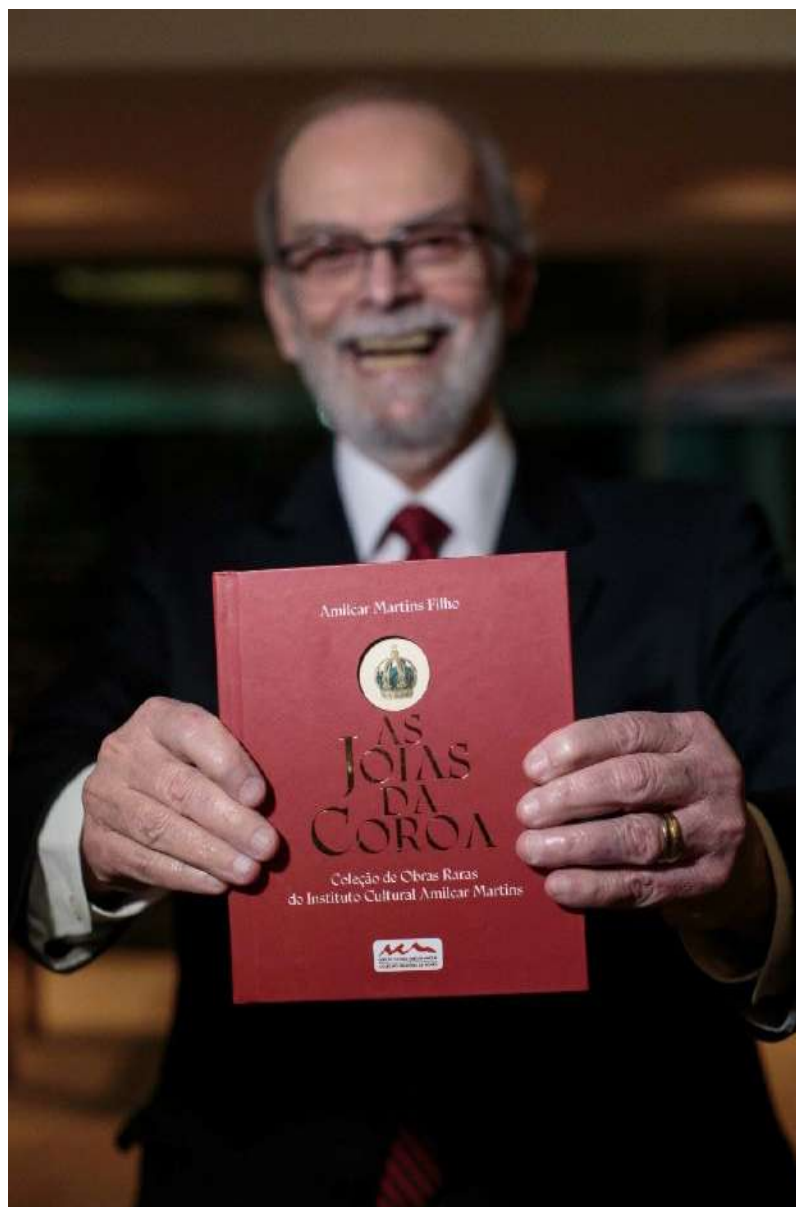
Em 2016, em reconhecimento à excepcional importância desse conjunto, a Coleção de Obras Raras da Biblioteca do ICAM foi reconhecida como parte da Memória do Mundo pela UNESCO, através de seu programa Memory of the World – Memória do Mundo.

A coleção de obras raras do ICAM é o primeiro acervo bibliográfico brasileiro a ser agraciado com o título de Memory of the World da UNESCO.

Além de descrever obras extremamente importantes e representativas para a história e memória de Minas Gerais, As joias da coroa também busca explicar o que caracteriza um livro como raro, afirmando que a antiguidade, por si só não determina sua raridade. São considerados aspectos como edição, autoria, local e data de publicação, características físicas, ilustrações, encadernação, dedicatórias, estado de conservação, marcas de propriedade, etc. Entretanto, o principal fator de valorização é o interesse que a obra desperta e a procura por parte de pesquisadores, bibliófilos e colecionadores. Esse conjunto de características é que fazem os livros raros serem reconhecidos como parte da memória coletiva e do patrimônio documental da humanidade.

Assim, um livro antigo somente se torna verdadeiramente raro quando possui relevância e continua sendo procurado.

A preservação dessas obras signi-



fica proteger não apenas objetos físicos, mas também ideias, identidades e narrativas históricas.

A obra seleciona vinte livros para representar a riqueza e a diversidade da coleção do ICAM, utilizando referências de importantes especialistas brasileiros e estrangeiros em bibliografia, história e bibliofilia, como Rubens Borba de Moraes, José Mindlin, José Honório Rodrigues, Hélio Gravatá e Pedro Corrêa do Lago.

Entre os principais temas está a influência da religião católica na vida dos mineiros durante o século XVIII: destacam-se obras relacionadas às grandes festas barrocas de Vila Rica e Mariana, como Triunfo Eucarístico e Áureo Trono Episcopal.

A coleção também preserva importantes registros sobre a medicina praticada em Minas no período colonial: entre eles estão o Erário Mineral, de Luís Gomes Ferreira, e a obra so-



bre as supostas curas da Lagoa Grande, atual Lagoa Santa.

Outro conjunto fundamental trata da história política de Minas, incluindo a Guerra dos Emboabas, a Revolta de Vila Rica e a Inconfidência Mineira.

Os relatos de viajantes estrangeiros também ocupam lugar de destaque, especialmente os de John Mawe e Auguste de Saint-Hilaire. Esses registros oferecem importantes informações sobre a natureza, a sociedade e os costumes de Minas Gerais no século XIX.

A literatura colonial mineira constitui outro núcleo de grande relevância da coleção: estão presentes as obras dos poetas inconfidentes Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga, além de Silva Alvarenga, Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

Entre os destaques literários estão Obras Completas, de Cláudio Manuel da Costa, a raríssima primeira edição de Marília de Dirceu, de Tomás Antônio Gonzaga, e O Uruguai, de Basílio da Gama.

A obra apresenta ainda contro-

vérsias bibliográficas, mostrando que a pesquisa sobre livros raros permanece aberta a novas descobertas. Um exemplo é Glauro, cuja primeira edição, de 1799, só foi identificada recentemente.

Outro caso é o Exame de Bombeiros, cuja verdadeira origem e local de impressão ainda são objeto de discussão entre especialistas.

Ao reunir essas obras e questões, As Joias da Coroa demonstra que preservar livros raros é preservar a própria memória histórica de Minas Gerais e garantir que esse patrimônio

continue disponível para a pesquisa e para as futuras gerações.

DETALHES INTERESSANTES:

Um detalhe interessante para divulgação: o acervo possui obras dos três poetas inconfidentes, incluindo Obras Completas, de Cláudio Manuel da Costa, a raríssima primeira edição de Marília de Dirceu de 1792, e dois dos apenas três poemas que Alvarenga Peixoto publicou em vida.

Além disso, possui um manuscrito do poema Villa Rica de Claudio Manuel da Costa, de 1773.



Como aproveitar o potencial da IA nas decisões de consumo

Publicado pela DVS Editora, novo livro de Rafael Rez aprofunda o conceito de Generative Engine Optimization (GEO) e propõe uma nova abordagem para empresas que buscam relevância em um ambiente cada vez mais influenciado pela IA



A inteligência artificial já alterou a forma como as pessoas pesquisam, descobrem informações e tomam decisões de compra. Em vez de navegar por dezenas de sites, comparar diferentes fontes e analisar informações por conta própria, consumidores recorrem às respostas produzidas por ferramentas de IA.

Essa mudança impacta profundamente a jornada do cliente e desafia empresas a repensarem a maneira como constroem autoridade e conquistam visibilidade no ambiente digital. É sobre essa transformação que trata GEO – Decisões influenciadas pela IA, novo livro de Rafael Rez, publicado pela DVS Editora.

A obra propõe uma reflexão sobre o impacto da inteligência artificial na relação entre consumidores, conteúdo e marcas. Ao mesmo tempo em que esclarece como funcionam os grandes modelos de linguagem (LLMs), o autor demonstra por que compreender o comportamento humano continua sendo a principal vantagem competitiva em um cenário dominado pela IA.

A partir dessa perspectiva, o autor

aprofunda o conceito de Generative Engine Optimization (GEO), disciplina voltada à otimização de conteúdos para plataformas de IA.

Ao contrário de pensar apenas em mecanismos de busca tradicionais, a proposta é compreender como os modelos de linguagem selecionam informações, identificam sinais de autoridade e decidem quais conteúdos serão utilizados para formular suas respostas.

Além da fundamentação conceitual, a obra apresenta aplicações práticas para empresas e profissionais de marketing. Entre os temas abordados estão a estruturação de conteúdos com maior potencial de citação pelas inteligências artificiais, frameworks editoriais, técnicas de SEO adaptadas aos ambientes de IA, boas práticas de governança e recomendações sobre segurança e compliance. O objetivo é oferecer um caminho para que organizações possam produzir conteúdo relevante em um cenário em que o clique deixa de ser o principal indicador de sucesso.

Outro destaque do livro é a discussão sobre mensuração de resultados. Se grande parte da jornada de decisão acontece dentro das plataformas de inteligência artificial, métricas tradicionais deixam de contar toda a história. Para responder a esse desafio, Rafael Rez propõe um novo modelo de avaliação basea-

do em três pilares — presença, cobertura e base de conteúdo — acompanhado de um processo contínuo de diagnóstico e otimização das estratégias digitais.

Baseado em pesquisas acadêmicas, dados de mercado atualizados e na experiência prática do autor em projetos de conteúdo e SEO para grandes marcas, a obra oferece uma leitura voltada a empresários, executivos e profissionais que precisam compreender como a inteligência artificial está redefinindo a descoberta de informações, a construção de autoridade e a tomada de decisões.

Mais do que apresentar uma nova face da tecnologia, GEO – Decisões influenciadas pela IA mostra que, em um ambiente em constante transformação, entender o comportamento humano continua sendo o elemento central para construir estratégias capazes de gerar relevância e influência.

FICHA TÉCNICA

Título: GEO - Decisões influenciadas pela IA

Autoria: Rafael Rez

Editora: DVS Editora

ISBN: 978-65-5695-190-4

Páginas: 240

Preço: R\$ 87,00

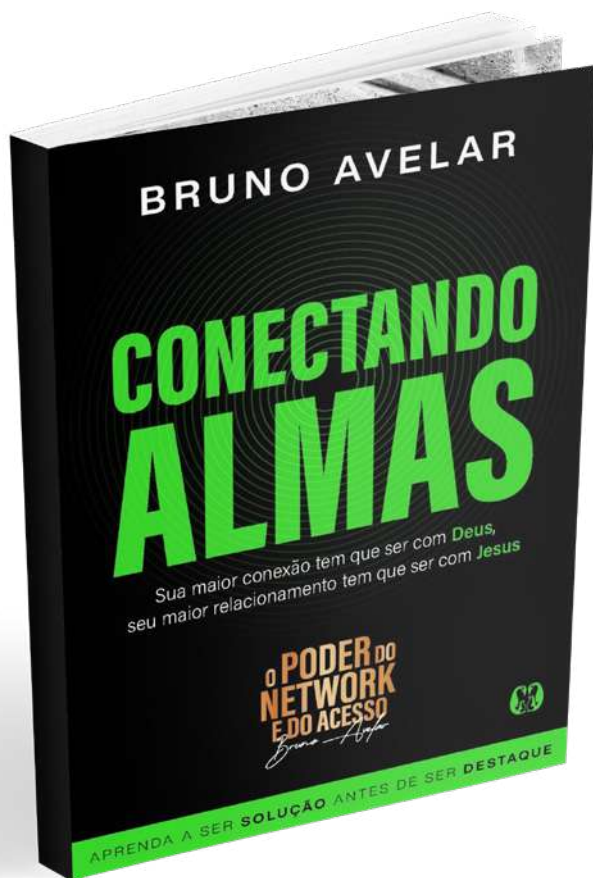
Onde encontrar: Amazon e principais livrarias do Brasil

O AUTOR

Rafael Rez atua no marketing digital desde 1997 e é fundador da Web Estratégica, consultoria pioneira em marketing de conteúdo no Brasil. Autor do best-seller "Marketing de Conteúdo: A Moeda do Século XXI" (DVS Editora), é professor em programas de MBA e extensão, onde leciona sobre estratégia de conteúdo, SEO e o impacto da inteligência artificial na descoberta de informações e na tomada de decisões. Em GEO – Decisões influenciadas pela IA, seu segundo livro, reúne décadas de experiência e pesquisa para explicar como os modelos de linguagem estão transformando a visibilidade das marcas e o comportamento do consumidor.

Bruno Avelar deixa legado em livro

Na obra “Conectando Almas” empresário apresenta visão sobre networking, baseada em conexões intencionais e geração de valor



Para Bruno Avelar, construir uma rede de contatos nunca significou apenas acumular nomes ou oportunidades. Na escrita da obra *Conectando Almas*, publicada pela Citadel Editora, ele usou a própria trajetória para discutir como relações construídas com intenção podem abrir caminhos, aproximar pessoas de diferentes experiências e contribuir para a realização de propósitos.

Empresário, palestrante e especialista em networking, Bruno Avelar fez das conexões uma parte importante de sua atuação e da forma como

se relacionava com o mundo. Aos 41 anos, sua trajetória foi interrompida após a queda do helicóptero onde estava, na região serrana de Santa Catarina, mesmo acidente que vitimou o cantor Rick, da dupla Rick & Renner.

No livro, o empresário apresentou aos leitores temas como mentoria, preparação, ambientes de influência e geração de valor, além de apresentar cinco etapas para transformar contatos em relacionamentos consistentes: identificar conexões alinhadas ao propósito, conquistar acesso, gerar valor, construir confian-

ça e garantir a permanência por meio de resultados. O autor também utiliza a liderança de Jesus como referência para refletir sobre proximidade, serviço e transmissão de conhecimento.

“Bruno nos deixará saudade: da sua generosidade, do seu jeito leve de estar no mundo, da paixão com que dividia suas histórias e ideias. Era um verdadeiro conector de almas, alguém que aproximava pessoas com uma naturalidade rara. Foi uma honra caminhar ao lado dele, mesmo que por um tempo curto demais”, afirma Marcial Conte, editor executivo da Citadel Editora.

Marcial, inclusive, foi quem sugeriu o título “Conectando Almas” para a obra. Segundo ele, o projeto chegou inicialmente com o nome “O poder do network”, mas a conversa com Bruno o levou a perceber que o trabalho do empresário ia além do networking tradicional. “O que ele fazia efetivamente não era networking, era conectar almas”, conta. A dedicatória que Bruno escreveu no exemplar entregue ao editor sintetiza a relação construída entre os dois: “Você tirou de mim o que ninguém conseguiu em 40 anos”.

FICHA TÉCNICA

Título: *Conectando Almas*

Editora: Citadel Editora

Autor: Bruno Avelar

ISBN livro físico: 978-6550477257

Páginas: 176

Preço: R\$ 69,90

Onde encontrar: Amazon e principais livrarias do país

ANUNCIE NA MELHOR

PUBLICAÇÃO NACIONAL
DE ECONOMIA, FINANÇAS
E NEGÓCIOS FEITA
EM MINAS GERAIS

78,9
MILHÕES
DE VISUALIZAÇÕES

De 01/09/2025 a
31/08/2026 – de
acordo com o Google
Analytics Search.

Com 34 anos de tradição, a newsletter **MercadoComum** expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seletor público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das mídias e grandes empresas.

**Divulgue sua empresa
para quem decide
os negócios!**

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- MC promove, há 31 anos, o Prêmio Top of Mind, Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- MC realiza, há 29 anos, o Ranking de Empresas de Minas Gerais e promoveu, em 2025, o 27º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores.
- As edições mensais são encaminhadas,
- em PDF e por e-mail, Whatsapp, Facebook, LinkedIn e Telegram a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.



Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.

Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar – CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG

Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474

MERCADO COMUM

HÁ 34 ANOS FORMANDO OPINIÕES!